

JOEL JOSÉ DE SOUZA

**GÊNESE E EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS DO
OESTE DE SANTA CATARINA**

Florianópolis
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**Universidade federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de pós-graduação em geografia**

Joel José de Souza

**GÊNESE E EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS DO
OESTE DE SANTA CATARINA**

Orientador

Carlos José Espíndola

DEFESA DE MESTRADO

Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis/SC, Agosto de 2009.

GÊNESE E EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA

Joel José de Souza

Coordenador _____

dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.

Orientador: _____
Prof. Dr. Carlos José Espíndola. (UFSC)

Membro: _____
Prof. Dr. Armen Mamigoinian (USP/UFSC)

Membro: _____
Prof. Dr. Clécio Azevedo da Silva (UFSC)

Membro: _____
Prof. Dr. Fernando dos Santos Sampaio (UNIOESTE)

Florianópolis-SC, 11 de Agosto de 2009.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer aos meus pais, Manoel Felipe de Souza e Rosêlane Terezinha de Souza, que tanto me ajudaram ao longo desses anos, emocionalmente e financeiramente.

A minha companheira e amiga, Deise Mara Martins, pelo apoio, compreensão, paciência e carinho durante tantos momentos inesquecíveis.

Aos meus amigos agradeço pelo companheirismo e pela paciência necessária ao longo desses anos, obrigado pelos bons momentos que passamos juntos. Em especial aos companheiros: Lucas, Nathalia, Jéferson, Tomás, Geisa e Michelle (graduação), Nadia, Zeno, Pedro Toledo, Humberto, Maycon, e toda a turma do LABEUR (Pós-graduação).

Aos amigos de infância e do futebol Luiz (parte gráfica dos mapas), Cabral (suporte técnico informática), Alex e Ademar (conversas).

Pela orientação, incentivo e liberdade concedida ao longo desses anos, meu Orientador e amigo, professor Carlos.

Pela amizade, pelas conversas, jogos do Avai e por sempre ter acreditado e incentivado este projeto o professor Messias.

Pelas conversas, conselhos e por aceitado participar da banca ao professor Armen, Fernando e ao professor Clécio.

Sem esquecer os professores; Marcos (UFSC), Fabio Napoleão (UDESC) e Marlon (UNIOESTE), pelas conversas e contribuições ao longo do trabalho.

Aos professores e funcionários do curso de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFSC.

Agradeço também a Nelson Foss da Silva (Terra Viva), Nereu F. Selle (Aurolat), Andresa Moschetta (CBL), Marcelo Kandeler (Tirol) aos funcionários da Terra Viva, Aurora, epagri, Instituto CEPA, especial destaque aos trabalhadores rurais do Extremo Oeste de Santa Catarina, entre outros, pelas entrevistas e matérias disponibilizadas.

A CAPES e o programa de Pós-graduação em geografia da UFSC, pelo apoio financeiro e técnico durante parte dessa pesquisa.

Não sabe o que dizer
na hora de chegar
fantasia desmanchou, antes de começar
Como barata tonta,
sem sentido e direção
porta aberta, devaneios e ilusão

Um mar sem sal
Amor sem coração
A gente aprende com a vida
Palavras não enchem barriga

José Messias Bastos

RESUMO

A industrialização de leite em Santa Catarina, ao longo de sua história, sofreu profundas transformações, dando origem a uma das regiões mais dinâmicas no setor hoje no país – o Oeste catarinense. O crescimento do setor nessa região pode ser observado pelos diversos investimentos que passaram a ocorrer nessa atividade na década de 1970. Essa atividade fez do Oeste do estado um pólo de produção e industrialização de leite no país, integrado ao centro da grande região que envolve os estados do Rio Grande do Sul e Paraná. Estes dois estados, juntamente com Santa Catarina, formam o principal destino dos maiores e mais modernos investimentos direcionados ao setor de laticínios no Brasil contemporâneo. O desenvolvimento do setor na região gerou a necessidade de se fazer uma pesquisa que leve em consideração as diferentes formações socioespaciais que constituem as áreas onde se localizam as principais empresas, distinguindo-as em relação ao desenvolvimento da produção e de suas atuais plantas produtivas. Partindo-se dessa justificativa, esta pesquisa apresenta uma proposta de estudo sobre o desenvolvimento da indústria de laticínios do Oeste de Santa Catarina, considerando a categoria de formação socioespacial articulada com a idéia de combinações geográficas e o caráter dinâmico do desenvolvimento do capitalismo, materializado nos chamados ciclos econômicos. Esta pesquisa pretende, ainda, compreender a gênese e evolução das principais empresas de laticínios, avaliando a importância do apoio do poder público e privado para o desenvolvimento econômico do setor, caracterizando o papel da região perante o contexto regional e nacional. Este trabalho, portanto, busca compreender o desenvolvimento industrial e capitalista no setor, procurando entender como tal dinâmica tem-se formado, permitindo a manutenção dessa atividade econômica de forma viável diante da sociedade capitalista em que ela está inserida.

Palavras-chave: Laticínios. Indústria. Produção. Inovação. Formação.

Resume

The milk industrialization in Santa Catarina, during its history, had deep transformations, giving origin to one of the most dynamic regions in the sector today in Brazil, the west of Santa Catarina state. The sector growing in this region can be observed by many investments that were made in this activity during the seventies. This activity made the west of the state a milk production and industrialization polo in Brazil, integrated to the big center of the region that includes the Rio Grande do Sul and Paraná states. These two states, with Santa Catarina, make the principal destiny of the bigger and most modern investments to the dairy produce sector in contemporary Brazil. The sector development in the region, generated the necessity to do a research that takes into consideration the different social- space formations, that constitute the areas where the principal companies, differentiating those companies in relation with the production development and yours actual production plants. From this justification, this research shows a study propose about the dairy produce industry development in the west of Santa Catarina, considering the category of social-space formation articulated with the geographic combinations idea and the dynamic character of capitalism development materialized in the economic cycles. This research, also pretends, understand the genesis and evolution of the principal dairy produce companies, evaluating the public power and privet importance to the sector economic development, characterizing the region role before the national and regional context. This work, searches the understanding of the capitalist and industrial development in the sector, trying to understand how this dynamic has been formed, allowing the economic activity maintenance in a viable way in the face of the capitalist society that it's included.

Key-words: Dairy Produce, Industry, Production, Innovation, Formation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Principais estados produtores de leite no Brasil segundo os censos agropecuários de 1985, 1995-96 e 2006.....	pg. 14
Tabela 2 Quantidade de leite cru ou resfriado industrializado pelo estabelecimento.....	pg. 16
Tabela 3 Quantidade transformada ou beneficiada de leite em Santa Catarina no ano de 1970.....	pg. 34
Tabela 4 Quantidade transformada ou beneficiada de leite em Santa Catarina no ano de 1975.....	pg. 35
Tabela 5 Finalidade do rebanho bovino em Santa Catarina em 1975.....	pg. 35
Tabela 6 Quantidade de vacas ordenhadas, leite produzido/vendido em Santa Catarina em 1975.....	pg. 35
Tabela 7 As seis principais indústrias de laticínios em SC em 1970*.....	pg. 37
Tabela 8 Alcance social da produção e vendas das principais atividades agropecuárias no Oeste catarinense em 1995/96.....	pg. 42
Tabela 9 Produção de laticínios em 1956: região Oeste catarinense.....	pg. 45
Tabela 10 Insumos utilizados nas diferentes etapas da industrialização de laticínios.....	pg. 66
Tabela 11 Principais investimentos no setor de laticínios na região Sul do Brasil no início do século XXI.....	pg. 90
Tabela 12 Número de estabelecimentos agropecuários com leite e sua produção nas regiões de Santa Catarina – 1995-96 e 2006.....	pg. 102
Tabela 13 Investimentos do Pronaf em cooperativas do Sul do Brasil.....	pg. 103

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 População rural e urbana de Santa Catarina: 1950-2000.....	pg. 39
Gráfico 2 Exportações e importações de laticínios no Brasil 2000-2007.....	pg. 62
Gráfico 3 Área agrícola, pastagens e áreas não utilizadas em países selecionados...	pg. 92

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 População rural catarinense em 1991 por região.....	pg. 41
Mapa 2 Indústrias de laticínios na região Oeste de Santa Catarina.....	pg. 50
Mapa 3 Distribuição espacial das unidades industriais da Companhia Brasileira de Lácteos.....	pg. 53
Mapa 4 Estabelecimentos de laticínios com S.I.E E S.I.F. em Santa Catarina.....	pg. 57
Mapa 5 Distribuição espacial da produção de leite em Santa Catarina.....	pg. 69
Mapa 6 Distribuição espacial da industria de laticínios Tirol na região Sul.....	pg. 72
Mapa 7 Distribuição espacial da Cooperativa Aurora: unidades de laticínios em Santa Catarina.....	pg. 73
Mapa 8 Localização espacial das principais industrias de laticínios catarinense.....	pg. 80

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Relação entre indústrias e produtores.....	pg. 68
Figura 2 Estoque de embalagem longa vida na Cooperoeste.....	pg. 78
Figura 3 À esquerda novas linhas de produção e à direita antigas linhas.....	pg. 81
Figura 4 Linha de produtos da Cooperoeste.....	pg. 82
Figura 5 Primeira usina de beneficiamento para leite em pó catarinense.....	pg. 83
Figura 6 Aquisições do grupo Perdigão no setor de laticínios.....	pg. 85
Figura 7 Unidade de produção de sucos da Aurora sendo transformada planta para produção de laticínios.....	pg. 86
Figura 8 Embalagens da Sig Combibloc fornecidas para as empresas da região Sul do Brasil.....	pg. 96
Figura 9 Embalagem longa vida em Sachê.....	pg. 97

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

ACARESC – Associação de Crédito e Assistência Rural
ACATS – Associação Catarinense dos Supermercadistas
ABIQ – Associação Brasileira das Indústrias de Queijo
APL – Arranjo Produtivo Local
BADESC – Agencia de Fomento do Estado de Santa Catarina
BESC – Banco do Estado de Santa Catarina
BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CBL – Companhia Brasileira de Lácteos
CCCL – Cooperativa Central Catarinense de Laticínios
CCGL – Cooperativa Central Gaúcha
CETRESMO – Centro de Treinamento da Epagri de São Miguel d`Oeste
CIDASC – Companhia Integra de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
CIP – Comissão Internacional de Preços
DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf
EEL – Estação Experimental Lages
EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A
FAESC – Federação da Agricultura de Santa Catarina
FETAESC – Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Santa Catarina
FDR – Fundo de Desenvolvimento Rural
FUNDPLAF – Fundo de Desenvolvimento da Produção de Leite na Agricultura Familiar do estado de Santa Catarina
IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBD – Instituto Biodinâmico, de Botucatu
ICEPA – Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola
ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do desenvolvimento Agrário
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PROCLAF – Programa Catarinense de Fortalecimento da Produção de Leite na Agricultura Familiar

PRODECOOP – Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregar Valor a Produção Agropecuária

PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Família

POA – Produto de Origem Animal

SEBRAI – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR-SC – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural Administração Regional de Santa Catarina

SICREDI – Sistema de Crédito Cooperativo

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

SIE – Serviço de Inspeção Estadual

SIF – Serviço de Inspeção Federal

SIG - Swiss Industrial Company

SIM – Serviço de Inspeção Municipal

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo

UHT – Ultra High Temperature

UDESC – Universidade Estadual de Santa Catarina

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina

USP – Universidade de São Paulo

SÚMARIO

1 INTRODUÇÃO	pg. 14
2 FORMAÇÃO SÓCIO – ESPACIAL DO OESTE CATARINENSE – a origem da produção do leite	pg. 24
2.1 Ocupação e colonização da região Oeste catarinense.....	pg. 24
2.2 A relação da pequena produção mercantil com o desenvolvimento da indústria de laticínios catarinense.....	pg. 30
2.3 A reorganização socioespacial da indústria de laticínios no território catarinense.....	pg. 37
2.4 Considerações finais.....	pg. 43
3 GÊNESE E EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS	pg. 44
3.1 Localização espacial e origem das principais indústrias de laticínios no Oeste catarinense.....	pg. 44
3.1.1 Localização das indústrias originadas a partir da década de 1990.....	pg. 51
3.2 As relações políticas e o desenvolvimento da indústria de laticínios no Oeste catarinense.....	pg. 54
3.2.1 O caso da Companhia Brasileira de Lácteos (CBL).....	pg. 58
3.3 O papel do estado no desenvolvimento da indústria de laticínios.....	pg. 60
3.4 Políticas públicas e privadas voltadas à produção.....	pg. 63
3.5 Considerações Finais.....	pg. 65
4 DINÂMICA E ESTRUTURA PRODUTIVA DA INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS CATARINENSE	pg. 66
4.1 A organização do sistema produtivo voltado para industrialização de laticínios em Santa Catarina.....	pg. 66
4.2 Relação estabelecida entre produtores e indústria de laticínios.....	pg. 68
4.3 O processo de inovação tecnológica no desenvolvimento da indústria de laticínios do Oeste catarinense.....	pg. 74
4.3.1 A década de 1990 e as inovações diante da liberação dos preços e da abertura de mercado.....	pg. 75

4.3.2 A conjuntura pós anos 1990 na indústria de laticínios do Oeste catarinense.....	pg. 79
4.4 Considerações Finais.....	pg. 87

5 OS NOVOS INVESTIMENTOS NA CADEIA PRODUTIVA DE LATICÍNIOS NA REGIÃO SUL DO BRASIL.....pg. 88

5.1 Os investimentos direcionados à construção de novas plantas produtivas na região Sul do Brasil.....	pg. 88
5.2 Os investimentos relacionados à cadeia produtiva de leite, voltados para aumentar a capacidade produtiva possibilitando a introdução de novos produtos em plantas industriais já existentes.....	pg. 93
5.3 Investimentos direcionados para o aumento da produção de leite na região Sul do Brasil.....	pg. 99
5.3.1 A aplicação direta do estado nos investimentos para aumentar a produção.....	pg. 106
5.4 Considerações finais.....	pg. 108

CONCLUSÃO.....pg. 109

REFERÊNCIA.....pg. 115

ANEXOS.....pg. 119

1 INTRODUÇÃO

O estado de Santa Catarina é nos dias de hoje o quinto maior produtor de leite do país e, em conjunto com os estados do Rio Grande do Sul e Paraná, forma a segunda maior região produtora de leite do Brasil. Juntos esses três estados produziram 6.230.777 litros de leite em 2006, segundo o censo agropecuário do IBGE, correspondendo a cerca de 30% da produção no país nesse ano. Ao se comparar a evolução da produção de leite no país entre o censo agropecuário de 1985 e 2006, é possível observar um crescimento de 122,2% da produção na região Sul do Brasil contra 40,2% da região que corresponde a São Paulo, Minas Gerais e Goiás (ICEPA, 2008).

Tabela 1 Principais estados produtores de leite no Brasil segundo os censos agropecuários de 1985, 1995-96 e 2006.

Estado	1985	1995-96	2006
Minas Gerais	3.772.411	5.499.862	5.893.045
Rio Grande do Sul	1.280.804	1.885.640	2.746.710
Goiás	1.055.295	1.830.057	2.116.159
Paraná	919.892	1.355.487	2.048.486
Santa Catarina	603.704	869.419	1.435.581
São Paulo	1.810.408	1.847.069	1.297.873

Fonte: IBGE

Entre os estados da região Sul do Brasil, Santa Catarina foi o que apresentou o maior crescimento no período entre 1985 e 2006. O crescimento do estado foi de 137,8% na produção, contra 122,7% do Paraná e 114,5% do Rio Grande do Sul. Nesse mesmo período, a produção nacional cresceu apenas 66,7% (ICEPA, 2008).

O estado de Santa Catarina é um dos maiores produtores de leite no Brasil que é o sexto maior produtor mundial de lácteos, ocupando, nos últimos anos, papel de destaque mundialmente, juntamente com a China e a Índia.

Na atual conjuntura Brasil, China e Índia são os países que mais se sobressaem entre os seis maiores produtores de leite do mundo, pois foram as nações que mais elevaram sua produção entre 2003 e 2007, tendo a China aumentado neste período 39,1%, o Brasil 7,9% e a Índia 7,2 %. Entre os maiores produtores mundiais, os Estados

Unidos têm o maior índice de produtividade, 9,38 toneladas/vaca/ano; a China ocupa o terceiro lugar com 4 toneladas/vaca/ano; o Brasil é o quinto com 1,7 toneladas/vaca/ano; e a Índia é o sexto com 1,1 toneladas/vaca/ano (ICEPA, 2008). Do mesmo modo, é importante ressaltar que, dentre os maiores produtores mundiais, o Brasil é o que apresenta a maior área de pastagens não utilizadas segundo Carvalho (2007). Tais dados são importantes para visualizarem-se as vantagens comparativas do país sobre os principais produtores de leite no mundo, devido à sua capacidade de expansão, tanto em área de produção como em produtividade.

O Brasil, nos últimos anos, tem desempenhado um papel fundamental na produção mundial de leite. Em 2004, pela primeira vez na história da produção de leite do país, as exportações de produtos lácteos foram maiores que as importações. Os dados demonstram que, dentre os principais produtores mundiais de leite, o Brasil é o país que apresenta as melhores condições para aumentar a produção, nesse mercado em que tende a crescer cada vez mais a demanda mundial pelo produto, motivada por diversos fatores que serão apresentados a seguir.

Os anos de 2007 e 2008 ficaram marcados pelo agravamento de uma crise mundial de abastecimento no setor de alimentos cuja tendência é aumentar, impulsionada pelo crescimento populacional e pelo consumo per capita por habitantes, principalmente nos países em desenvolvimento, como demonstra Carvalho:

Estudo da OCDE-FAO indicam que [...] As maiores taxas de crescimento da renda devem ocorrer nas regiões mais populosas, como África, Ásia, América Latina e Caribe. Além disso, sabe-se que os países de renda mais baixa apresentam consumo de proteína animal relativamente menor que os desenvolvidos, ou seja, o crescimento de renda deverá impulsionar o consumo de produtos de origem animal nos países em desenvolvimento, justamente os mais populosos [...] Um exemplo desse movimento refere-se ao caso da China. Em 2000 o consumo per capita de grãos naquele país era de 82 kg, recuando para 77 kg em 2005. Por outro lado, o consumo de carne suína passou de 16,7 kg para 20,2 kg. O de carne bovina de 3,3 kg para 3,7 kg. No caso do leite, o consumo per capita saltou de 9,9 kg para 17,9 kg no mesmo período [...] (CARVALHO, 2007).

Perante essa conjuntura mundial de crise na produção de alimentos, o Brasil está sendo visto como um dos principais agentes para uma possível superação da crise no

setor de laticínios, em função do seu imenso potencial em aumentar a produção de leite, tanto verticalmente (inovações no setor produtivo) quanto horizontalmente (incentivar a produção em novas áreas).

Assim, diante da realidade mundial em que o Brasil está inserido é que este trabalho apresentará a origem e o desenvolvimento da indústria de laticínios da região Oeste catarinense, que hoje representa aproximadamente 70% da produção de leite de Santa Catarina, o quinto maior produtor do país e o sexto na industrialização (Tabela 1). Dos cerca de noventa estabelecimentos¹ envolvidos na industrialização de leite atualmente em Santa Catarina, 67 estão localizados na região Oeste (MAPA, 2008).

Diante de tal realidade, este trabalho busca explicar a origem e formação de uma das principais regiões de industrialização e produção de leite no Brasil, o Oeste catarinense, partindo da importância de entender a evolução do setor lácteo na dinâmica agroindustrial do Brasil.

Tabela 2 Quantidade de leite cru ou resfriado industrializado pelo estabelecimento

Variável = Quantidade de leite cru ou resfriado industrializado pelo estabelecimento (Mil litros)		
Mês = setembro 2007		
1	Minas Gerais	415.304
2	Rio Grande do Sul	240.001
3	São Paulo	187.951
4	Goiás	168.358
5	Paraná	133.741
6	Santa Catarina	98.227

Fonte: IBGE - Pesquisa Trimestral do Leite - Resultados mensais

Ao se pesquisar a literatura catarinense e nacional nessa perspectiva, não são encontradas pesquisas que contemplam a origem e formação da indústria catarinense de laticínios, sobretudo referentes à região Oeste do estado.

Os vários trabalhos encontrados dedicados à temática no Brasil acabam não destacando a indústria de laticínios de Santa Catarina. Esse fato gera um problema, pois

¹ Os estabelecimentos considerados pelo MAPA estão divididos em quatro categorias: Fábrica de laticínios, posto de coagulação, posto de resfriamento e usina de beneficiamento.

fazer um estudo em nível nacional² e não levar em consideração o estado que mais cresceu em industrialização e produção de leite nos últimos anos, entre os principais produtores do país³, é deixar uma grande lacuna a ser compreendida na dinâmica nacional envolvendo o setor de laticínios.

Entre os textos pesquisados em nível estadual sobre a temática, pode-se destacar o terceiro capítulo da dissertação de Coli (1992). Nesse trabalho há uma interessante descrição sobre a origem da indústria de laticínios em Santa Catarina e sua evolução do final do século XIX até a década de 80 do século XX (COLI, 1992, p. 25-58). Um trabalho de ordem técnica, mas que faz uma excelente radiografia do setor de laticínios em Santa Catarina, é o relatório⁴ elaborado pelos técnicos da Epagri/Cepa, em 2006. Esse documento apresenta os pontos por eles considerados fracos e fortes na aquisição de insumos, na produção, industrialização e comercialização de laticínios no estado.

Os trabalhos encontrados concernentes à indústria do Oeste catarinense, levando em consideração o setor de laticínios ou o setor industrial, também acabam deixando de lado ou em segundo plano a questão da formação da indústria de leite nessa região. As pesquisas encontradas sobre o setor de laticínios relativamente à região são trabalhos de ordem técnica e, na grande maioria, destacam exclusivamente a questão da produção⁵ de leite e a inserção dos produtores no mercado. Do mesmo modo, a literatura referente à indústria é voltada para discussões de ordem gerencial e de inovações tecnológicas. Já os raros trabalhos publicados sobre o setor industrial em seu conjunto, no Oeste catarinense, tratam de outras temáticas. Uma excelente referência nesse sentido são os diversos textos escritos por Espíndola (1999) relacionados à produção e industrialização de carnes na região.

² Binsztoz (2000) acaba dando ênfase à questão da produção leiteira no Brasil, mas não destaca a importância de Santa Catarina hoje no cenário nacional; Galan (2000) analisa o cooperativismo do leite no Brasil, porém não contempla os exemplos catarinenses; Magalhães (2007) faz uma análise social do mercado de leite no Brasil; Araújo (1989) apresenta uma análise Schumpeteriana, sobre as inovações tecnológicas ocorridas ao longo da formação da indústria de laticínios no Brasil, dando ênfase aos estados de MG e SP; Figueira e Belik (1999) analisam as transformações ocasionadas por políticas públicas e pelo mercado nacional na indústria e na cadeia produtiva de leite no Brasil e Meireles (1996) que faz uma análise nacional do período de tabelamento dos preços no setor.

³ Entre setembro de 1997 e setembro de 2007, a quantidade de leite cru ou resfriado industrializado no Brasil cresceu 43%; enquanto em SC o crescimento foi de 71,2%, seguido pelo RS com 48,4%, MG com 48%, PR com 44,7%, GO com 39,2% e SP com 14,6% (os dados foram elaborados considerando IBGE – pesquisa trimestral do leite 2008).

⁴ Estudos da Cadeia do Leite em Santa Catarina Prospecção e Demandas, versão preliminar (SANTOS, MARCONDES, CORDEIRO, 2006).

⁵ Sobre a produção de leite, o destaque é o livro A escolha da trajetória da produção de leite como estratégia de desenvolvimento do Oeste catarinense que demonstra a importância e a viabilidade da atividade leiteira para o desenvolvimento do Oeste do estado (TESTA et al., 2003).

Assim, o presente trabalho de pesquisa procura compreender e demonstrar o processo de desenvolvimento da indústria de laticínios na região Oeste de Santa Catarina inserido num contexto de formação regional, com o seguinte **Objetivo Geral**:

Analisar a origem e o desenvolvimento da indústria de laticínios do Oeste catarinense e seu papel diante das atuais transformações no setor agroindustrial voltado ao setor de laticínios do Sul do Brasil.

Os **objetivos específicos** e condutores da pesquisa são:

1 – Analisar a gênese e a evolução das principais empresas que estiveram ou estão envolvidas com o setor, identificando a origem dos capitais, as etapas de crescimento e as estratégias técnico-produtivas (inovações tecnológicas, comercialização e aquisição de matéria-prima).

2 – Delimitar os diferentes agentes estatais e privados que contribuíram para o desenvolvimento do setor.

3 – Identificar, localizar e caracterizar as principais empresas envolvidas com a atividade, levando em consideração suas distintas realidades de formação social, espacial, regional e organizacional.

4 – Compreender o papel da indústria de laticínios catarinense em nível regional, nacional e mundial.

Este trabalho tem sua base teórica e epistemológica fundamentada em uma geografia voltada à orientação marxista, ou seja, uma geografia de caráter crítico⁶, que parte da análise do objeto de estudo em suas diferentes escalas mundial, nacional, regional e local, sem deixar de levar em consideração as múltiplas determinações que envolvem a formação da indústria de laticínios da região Oeste de Santa Catarina, inserida num contexto regional, nacional e mundial.

Para isso, esta pesquisa está fundamentada no entendimento do conceito de Formação Socioespacial, tanto em escala nacional (Milton Santos) como em regional

⁶ Entre os avanços realizados pela Geografia crítica estão aqueles associados à questão da organização espacial, herdada basicamente da Nova Geografia. Trata-se, no caso, de ir além da descrição de padrões espaciais, procurando-se ver as relações dialéticas entre formas espaciais e os processos históricos que modelam os grupos sociais. (CORRÊA, 2002, p. 21).

(Armen Mamigonian), isso dentro do ponto de vista geográfico, cujo aporte teórico é a Formação Econômica Social (Karl Marx).

Santos (1997), estudando o conceito de formação econômica e social, percebeu que essa era a categoria de análise que melhor explica o desenvolvimento dos tipos de sociedade, nas suas mais variadas escalas (mundial, nacional, regional e local), com métodos dialéticos e tendo como resultado um estudo mais totalizador. Essa categoria tem como vantagem agrupar uma multiplicidade de determinações analíticas em combinações capazes de aproximar o teórico e o empírico. Entretanto, Santos verificou a ausência da categoria de espaço nas análises orientadas pela noção citada acima, “pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social” (SANTOS, 1977, p. 10). Sendo criada com base nesse princípio uma nova forma de utilização dessa categoria, a formação econômica, social é também espacial.

Santos partiu do princípio que as relações que envolvem a formação social acontecem em um determinado espaço geográfico; assim, “a formação social está inextricavelmente ligada à evolução de uma dada sociedade em sua totalidade histórico-concreta, ela não pode ser tratada sem que se leve em conta a noção de espaço geográfico; afinal, este aparece tanto como produto quanto como uma condição de reprodução das sociedades” (SILVA, 1997, p. 13).

A teoria de formação socioespacial permite que se re-introduza na Geografia uma abordagem histórica, síntese de múltiplas determinações (MARX, 1989), uma visão totalizadora, manifestada, sobretudo, nos clássicos da geografia. Uma visão mais integrada pode ampliar as possibilidades de análise e considerar as correlações (unidade e diversidade) entre várias esferas (sociais, naturais, econômicas, culturais, políticas, jurídicas e ideológicas) e em diversas escalas espaciais (mundial, nacional, regional e local), permitindo compreender uma determinada realidade num horizonte mais amplo (SILVEIRA, 2003).

Considera-se, ainda, como importante categoria de análise, a formação socioespacial em escala regional que, articulada com a visão de combinações demonstrada por Cholley (1964) na França, é trabalhada no Brasil por Mamigonian em seus vários estudos nas áreas de Geografia Humana e Econômica. Assim, acrescentam Vieira e Pereira (1996, p. 454):

Como cada região tem também uma parcela de seu desenvolvimento ligado às suas próprias forças, decorrentes de uma trama complexa de elementos, a análise das especificidades de cada formação social ajuda a compreender melhor as determinações que operam sobre os processos responsáveis pela construção das especificidades regionais. Por isso, o método proposto por Milton Santos é o que permite a apreensão das especificidades enquanto fruto da combinação de processos distintos.

A visão de combinações, por sua vez, está relacionada com três grandes categorias: as que resultam, unicamente, da convergência de fatores físicos; aquelas, já mais complexas, que são, a um tempo, de ordem física e de ordem biológica; as mais complicadas e, por isso mesmo, mais interessantes, resultado da interferência conjunta dos elementos físicos, dos elementos biológicos e dos elementos humanos. São estas últimas que são estudadas de início, por ocasião do exercício de uma atividade necessária à vida dos grupos humanos: atividade agrícola, de criação industrial etc. E é justamente, ao provocar essas convergências de elementos físicos, biológicos e humanos, que o grupo humano consegue resolver os duros e numerosos problemas que lhe são expostos pela vida (CHOLLEY, 1964, p. 141).

Além das referências teóricas elaboradas por geógrafos, a pesquisa também utilizará referências de pensadores das ciências humanas, como o brasileiro Rangel (2005) e os clássicos da economia mundial.

Para se fazer uma melhor análise do trabalho, ele estará assentado na relação existente entre introdução, difusão de inovações e crescimento diferenciado das firmas. A pesquisa foi fundamentada na teoria dos ciclos longos; da economia mundial que, no decorrer de longos períodos históricos, experimentou significativas variações em seu desempenho agregado, desenvolvendo-se em ciclos de cinquenta anos, divididos em fases expansivas (25 anos) e fases depressivas (25 anos). Na hipótese do economista russo Kondratiev (apud RANGEL, 2005), a base material desses ciclos é o “desgaste, a substituição e a expansão de bens de capital fixos que exigem um longo período de tempo e enormes gastos para serem produzidos. A substituição e expansão desses bens não se dão suavemente, mas sim em saltos. O período de produção crescente de bens de capital corresponde à fase de expansão; reciprocamente, a desaceleração desse processo causa um movimento de elementos econômicos em direção ao nível de equilíbrio ou abaixo dele.

Na visão do economista austríaco Schumpeter (1985), essas flutuações originam-se da introdução de inovações revolucionárias no conjunto da economia por parte do empresariado. O lucro e a diminuição da incerteza – à medida que a inovação é bem sucedida – levariam um “enxame” de empreendedores a imitar as inovações, ou seja, novas combinações de processos, produtos, organização produtiva ou administrativa. É o agente primaz que alavanca o processo de desenvolvimento. A inovação é uma mudança revolucionária que emerge no seio do sistema capitalista, que revoluciona os processos de produção de forma descontínua e não paulatinamente (com pequenos ajustes ao longo do tempo). Produzir novos produtos exige “combinações de novos materiais e forças” e, por isso, o empresariado é aquele que tem comando sobre os meios de produção necessários para a realização de novas combinações.

Partindo das teorias aqui expostas, esta pesquisa tem como base o pressuposto que parte da seguinte hipótese sobre o objeto de estudo:

Identificação da origem, evolução e localização das principais empresas de laticínios, de modo a contribuir para o melhor entendimento do desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina e do Brasil.

Para isso, busca-se demonstrar como o processo de formação socioespacial do Oeste catarinense foi determinante para a formação do complexo-industrial lácteo do Oeste do estado, levando em consideração a influência do processo de colonização, a formação de uma pequena produção mercantil, a origem do capital, o papel do estado, das inovações tecnológicas, o sistema de produção e a relação da indústria com os produtores. Respeitando, dessa forma, o entendimento das múltiplas determinações geográficas que possibilitaram a criação de tal realidade.

Com base no exposto, os procedimentos metodológicos na realização da pesquisa são os seguintes:

A primeira etapa realizada foi o levantamento de dados: com o intuito de verificar a problemática em questão e, a partir daí, fundamentar o projeto sobre bases teórico-metodológicas já formuladas a respeito da temática, levantou-se o material a ser utilizado, como trabalhos científicos e não-científicos (jornais, revistas, informativos)

sobre a produção e industrialização de leite em Santa Catarina e na região Sul do Brasil. O material bibliográfico foi selecionado em bibliotecas universitárias (UFSC, UDESC, FURB, UNOESC, UNOCHAPECÓ), nos arquivos e periódicos da EPAGRI, ICEPA, EMBRAPA, IBGE e Sites de cooperativas, grandes empresas, associações e revistas do meio.

A segunda etapa partiu do levantamento e coleta de dados feitos em saída de campo. As saídas a campo foram definidas após o mapeamento das principais empresas do setor em Santa Catarina, seguidas de entrevistas in loco, com o objetivo de conhecer melhor a realidade do chão de fábrica. Além das visitas às empresas, também foram freqüentadas feiras do setor como a Merco Lácteo: *Milk Fair* e produtores. Esses procedimentos tiveram a finalidade de coletar dados empíricos sobre o processo de desenvolvimento do setor.

A terceira etapa foi a construção de mapas e o cruzamento de dados para a produção da redação preliminar da dissertação, com o objetivo de serem identificados tanto as informações como os dados ausentes e que poderiam ser reformulados.

Por último, foi feita a redação final da dissertação com as mudanças observadas/sugeridas na redação preliminar.

A construção da dissertação elaborada após todo o trabalho de pesquisa teve como resultado a redação final, dividida em quatro capítulos com a seguinte organização:

No primeiro capítulo, descrevem-se a formação socioespacial do Oeste catarinense e o surgimento da produção de leite. Neste capítulo, foram trabalhados três tópicos: o primeiro, a ocupação, colonização e surgimento da produção de leite na região; o segundo, o papel dos pequenos produtores mercantis na fundação das primeiras indústrias de leite; e, por último, a reorganização espacial da produção e industrialização de leite em território catarinense.

No segundo capítulo, são apresentadas a gênese e a evolução do processo industrial voltado à produção de leite em Santa Catarina. O capítulo está dividido em quatro partes: na primeira, há a caracterização da origem e localização das principais indústrias; na segunda, demonstram-se as relações políticas que influenciaram no desenvolvimento do setor; na terceira, evidencia-se o papel do estado no

desenvolvimento industrial e, por fim, as políticas públicas e privadas voltadas ao incentivo da produção.

Já no terceiro capítulo, é feita uma análise da dinâmica e da estrutura produtiva das indústrias de laticínios em Santa Catarina. Este capítulo foi dividido em três partes: na primeira, é demonstrada a organização do sistema produtivo voltado à industrialização, já na segunda parte, há a discussão sobre a relação produtor/indústria, e por último são analisados o processo de inovação tecnológica e a atual conjuntura do setor.

Finalmente, no quarto capítulo, é feita uma análise sobre os novos investimentos direcionados para o setor de laticínios na região Sul do Brasil. O capítulo foi organizado em três seções: a primeira aborda a respeito dos investimentos voltados à construção de novas plantas industriais na região; o segundo discorre sobre os investimentos direcionados para aumentar a capacidade de produção das plantas industriais já existentes e, por último, trata-se dos investimentos direcionados para aumentar a produção de leite entre os produtores.

2 FORMAÇÃO SÓCIO – ESPACIAL DO OESTE CATARINENSE – a origem da produção do leite

2.1 Ocupação e colonização da região Oeste catarinense

O processo de colonização do Oeste de Santa Catarina teve início durante a fase A do 3º ciclo longo de Kondratiev⁷ (1901-1920), período caracterizado por um ciclo de expansão da economia mundial. Segundo Rangel (2005), é esse o momento em que o Brasil está vivendo o surto cafeeiro com a máxima manifestação do dinamismo do latifúndio encarnado no pólo interno da segunda dualidade⁸ brasileira:

A segunda dualidade foi marcada também pela Primeira Guerra Mundial, que refletiu sobre a nossa economia sob a forma de uma aguda crise comercial, que teve o efeito de induzir um enérgico, posto que temporário, esforço artesanal de substituição de importações, antecipando o longo recesso, isto é, a Grande Depressão Mundial, já na fase b do terceiro Kondratiev, que nos traria a terceira dualidade, a Segunda República e a passagem a formas industriais de substituição de importações (RANGEL, 2005, p. 676).

O processo de colonização no Sul do Brasil pode ser comparado, devido algumas semelhanças, ao ocorrido durante a colonização dos Estados Unidos, sobretudo a partir de meados do século XVIII; em ambos os casos, foram adotados modelos baseados no sistema de colônias de povoamento. Nos dois processos, é possível perceber o surgimento de uma pequena produção mercantil em conflito com latifundiários e, em ambas as situações, é verificada a ocorrência de um segundo

⁷ A teoria dos ciclos longos ou de Kondratiev (período de 50 a 60 anos) foi formulada pelo economista soviético Nikolai D. Kondratiev no início do século XX (os períodos são divididos em 25 anos de crescimento e 25 anos de desaceleração econômica). Joseph Schumpeter utilizou essa teoria para explicar como as inovações tecnológicas são determinantes para o desenvolvimento da economia mundial (são as novas invenções que impulsionam os períodos de crescimento do ciclo econômico mundial).

⁸ Rangel demonstra, com a teoria da dualidade, que as leis da economia brasileira são, em certo sentido, próprias e peculiares (RANGEL, 2005, p. 285). A economia brasileira vive em constante conflito dialético entre contrários divididos entre os pólos internos e externos, que determinam as relações de poder na sociedade brasileira. Relação esta caracterizada pela dualidade formada por seus sócios maiores e menores divididos em dois pólos. Vejamos o exemplo da segunda dualidade: lado interno: o feudalismo e lado externo: o capitalismo mercantil. Pólo externo da segunda dualidade: lado interno o capitalismo mercantil e lado externo: o capitalismo industrial (RANGEL, 2005, p. 674).

processo migratório, estimulado por companhias de colonização, oferecendo novas terras com pagamentos em longo prazo (Estados Unidos – 30-40 anos; Oeste de Santa Catarina – 10-30 anos). Esse modelo foi fundamental para originar o noroeste dos Estados Unidos e o Oeste catarinense. Segundo Espíndola (1999), fundamentado em Marx (1989),

[...] sobre o fato de que nas colônias de povoamento o produtor que possui condições próprias de trabalho e meios de produção enriquece a si próprio com seu trabalho e não ao capitalista, podendo ele mesmo se tornar um pequeno capitalista. (ESPÍNDOLA, 1999, p. 23).

É de suma importância compreender que, para a aquisição dessas terras, os produtores tiveram de assumir uma dívida, causada pelo financiamento delas. Essa condição⁹ é o pressuposto básico para compreensão da gênese na formação capitalista desse modelo baseado na formação de colônias de povoamento. O endividamento é colocado como condição básica para obtenção dessas terras, fato que obriga a inserção de forma, muitas vezes, prematura desses produtores ao mercado como simples pressuposto básico para o pagamento de sua terra por meio de sua força de trabalho, gerando como consequência dessa relação a formação de uma economia mercantil na região (MARX, 1989, p. 892). Dessa forma, o capitalismo decreta o fim das economias naturais¹⁰, tomando posse das principais forças produtivas (terras, caças, florestas, minérios, pedras, metais, etc.), excluindo os povos que não se submetem ao capital para o trabalho (LUXEMBURG, 1985, p. 254).

Foi diante dessa conjuntura que ocorreu o processo de colonização da região Oeste catarinense que, internamente, vivia uma série de conflitos – Guerra do

⁹ “Como curar a doença anti-capitalista que grassa nas colônias? Se, de um golpe, se transformassem todas as terras de propriedade comum em terras de propriedade privada, destruir-se-ia o mal pela raiz, mas as colônias seriam também destruídas.” (MARX, 1989, p. 892).

¹⁰ “O capitalismo vem ao mundo e se desenvolve historicamente em meio social não-capitalista [...] A economia servil do campo e as corporações profissionais urbanas formam o cenário de sua primeira infância. Posteriormente, após a queda do feudalismo, terá por ambiente o meio camponês artesanal, ou seja, o meio da produção simples, de cunho mercantil, seja agrícola, seja artesanal. Além desses limites imediatos vamos encontrar depois toda uma vasta área de culturas não européias, área que envolve o capitalismo europeu e lhe oferece uma escala completa de estágios evolutivos vários, tanto abrangendo hordas comunistas das mais primitivas, de caçadores nômades e de simples coletores, quanto populações que se dedicam à produção mercantil artesanal e camponesa. É esse o meio em que prossegue a marcha do processo capitalista de acumulação.” (LUXEMBURG, 1985, p. 253).

Contestado¹¹ (1912-1916), construção da estrada de ferro São Paulo–Rio Grande e o surgimento de novas relações de produção. A construção da estrada de ferro tinha em seu controle acionário a *Brazil Railway Company* que havia recebido como concessão quinze quilômetros de terras para cada lado dos trilhos. Com a autorização do governo, essas terras foram vendidas para companhias de colonização.

Após 1916, várias empresas de colonização – como a Southern Brazil Lumber and Colonizations Co. (multinacional americana), a Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons e Cia. (Caxias do Sul) e capitais comerciais de Porto Alegre (Bertaso), dentre outras intensificaram o comércio de terras no Oeste catarinense [...] (ESPÍNDOLA, 1999, p. 20).

Tais companhias de colonização foram responsáveis por fundar, em 1917, os municípios de Cruzeiro (atual Joaçaba) e Chapecó. Analisando-se esses dois municípios no Recenseamento Geral do “Brazil” 1920 (IBGE, 2008), pode-se verificar, no município de Cruzeiro, 47 estabelecimentos trabalhando na comercialização e produção de laticínios (leite, creme de leite, manteiga e queijo); já no município de Chapecó, aparecem dez deles. A origem desses estabelecimentos, trabalhando com a produção de laticínios, está ligada às pequenas propriedades rurais e casas comerciais que ajudaram a originar esses municípios. Essas propriedades, segundo Espíndola (1999), apresentavam

[...] duas maneiras de existência da pequena produção: de um lado, as famílias especializavam-se num determinado bem que seria entregue ao comércio local e fornecido às cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, entre outras; de outro lado, os pequenos produtores fabricavam seus instrumentos de trabalho, praticavam uma agricultura de subsistência e utilizavam certos instrumentos e equipamentos das propriedades de forma comunitária. (ESPÍNDOLA, 1999, p. 20-21).

Tais relações comerciais possibilitaram o surgimento de uma industrialização voltada a substituir importações, devido a estímulos mercantis que as famílias obtiveram e acabaram utilizando para ampliar a produção. Esses estímulos mercantis

¹¹ A área geográfica, em litígio, passou a chamar-se “Contestado” e, junto com os litigiados fronteiriços, entre Paraná e Santa Catarina, eclodiu a guerra do “Contestado”, em 1912. Guerra esta que o exército militar, para justificar o extermínio dos caboclos do Contestado, declarou como causa principal a disputa por divisas entre os estados do Paraná e de Santa Catarina (SPENASSATTO, 2008, p. 28). Essa foi uma justificativa viável, garantindo, às autoridades, a posse das terras para comercialização por intermédio das companhias de colonização; dessa forma, justificou-se a morte e expulsão de índios e caboclos da região.

são colocados como pressuposto básico para que essas famílias possam se estabelecer na região, garantindo, dessa maneira, a geração da economia mercantil e, futuramente, de uma economia capitalista.

O processo de formação mercantil ocorreu a princípio da seguinte forma: primeiramente as famílias comercializavam a madeira¹² para as serrarias que, na maioria das vezes, eram das próprias empresas de colonização. Depois da retirada da madeira, as famílias passavam a trabalhar a terra com a plantação de grãos.

Para se compreender todo o processo de colonização do Oeste catarinense, deve-se levar em consideração que, até a fundação de Vila Oeste (São Miguel do Oeste) em 1940, várias mudanças ocorreram. A região do Extremo Oeste catarinense, que não pertencia a *Brazil Railway Company*, foi concedida pelo então governador do estado, Hercílio Pedro Luz, para a *Brazil Development and Company*, em 16 de abril de 1924, ficando a esta empresa a tarefa de colonizar o território conhecido como Peperi-Guaçu. A firma americana passou essa incumbência de colonização da gleba Peperi-Guaçu para a empresa Peperi-Chaçecó. Em 8 de março de 1940, o então Presidente Getúlio Vargas decretou que

[...] as terras do Extremo Oeste que se encontram dentro da faixa de 150 quilômetros, na fronteira com a Província de Misiones, na Argentina, a partir do Rio Peperi e 174.889.653 m² da concessão Capetinga, integralmente. Essas terras passaram ao domínio das Empresas Incorporadoras ao Patrimônio da União e foram vendidas a diversas firmas colonizadoras [...] (BONA, 2004, p. 23).

Algumas das firmas que ganharam o direito de colonizar o extremo oeste catarinense, segundo Bona (2004) foram:

- **Barth, Bevetti e Cia. Ltda.**¹³ – colonizou a partir de 1940 a região onde hoje se localiza o município de São Miguel do Oeste. Em 1950, esta empresa passou a se chamar Colonização e Madeireira Oeste Ltda.

¹² Em todo o processo de colonização do Oeste catarinense, a retirada da madeira serviu como primeira fonte de renda para o pagamento das terras para os pequenos produtores. Mas a grande verdade sobre a exploração da madeira é que as empresas de colonização, ao venderem as terras, garantiam a retirada dessa madeira sem ter gastos com mão-de-obra. Os trabalhadores usavam o dinheiro recebido pela venda da madeira para pagar as terras, que lhes foram vendidas por essas mesmas empresas, donas da maior parte das serrarias da região.

¹³ Segundo relatos de Olimpio Dal Magro, o responsável pelas atividades da Barth, Bevetti e Cia. Ltda. em Vila Oeste, ao deixar de trabalhar nesta empresa, Dal Magro fundou a Pinho & Terras Ltda. em

- **Alberico Azevedo** – teve início em 1941 e colonizou o atual município de Descanso.
- **Madereira Iguassu Ltda.** – de 1944, de **Rineu**, e **Romeu Granzotto**, de 1951 – deram origem ao município de Romelândia.
- **Colonizadora e Madeireira Bandeirantes Ltda.** – de 1945, originou os municípios de Bandeirante e Paraíso.
- **Pinho & Terras Ltda.** – de 1950, tinha sede em Curitiba e colonizou a área onde hoje estão localizados os municípios de Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, São José do Cedro, Anchieta e Guarujá do Sul.

O extremo Oeste catarinense foi a última região a ser colonizada no território de Santa Catarina. E assim como em todo o Oeste catarinense, teve, na exploração da venda de terras pelas empresas de colonização e na exploração da madeira¹⁴, a gênese da sua formação econômica capitalista.

Para se compreender a origem da produção de laticínios, deve-se levar em consideração o processo de colonização da região Oeste catarinense, a partir da vinda de imigrantes de origem alemã e italiana oriundos do Noroeste do Rio Grande do Sul, em virtude da escassez de terras naquele local no início do século XX¹⁵ (SANTO, 1999 p. 52). Os colonos imigrantes vão buscar no Oeste as bases para estabelecerem um novo processo de colonização mediante a aquisição de terras¹⁶ a preços baixos, em abundância e férteis.

[...] com a venda de terras no Rio Grande do Sul dava para comprar o dobro em Santa Catarina, que além de baratas, ainda eram férteis e cheias de riquezas naturais [...] com tanta floresta não foi possível imaginar que ela

sociedade com Irineu Bornhausen, que assumiu o governo do estado em 1951. Bornhausen deu apoio político a Dal Magro que foi eleito o primeiro prefeito de São Miguel do Oeste em 1953. (SPENASSATTO, 2008, p. 114).

¹⁴ A região era coberta por pinheiros de grande porte (araucárias) e de madeira de lei: angico, canjerana, cabreúva, cedro, louro, guatambu, grapiapunha, canela, guajuvira e açoita-cavalo. A madeira era exportada para a Argentina, em balsas, durante as enchentes do rio Uruguai, pelo porto de Mondai (BONA, 2004, p. 27).

¹⁵ Esses imigrantes são frutos de um processo de colonização que teve início no século XIX, mais fortemente a partir de 1850. As áreas de mata da grande região passam a conhecer o que Leo Waibel chamou de um processo de colonização européia, aquele em que, por oposição ao “sistema de latifúndios” estabelecido “pelos antigos povoadores portugueses”, “uma classe de pequenos proprietários rurais” foi capaz de tomar “posse de terras” e estabelecer “comunidades próprias” (WAIBEL, 1979, p. 226).

¹⁶ “Todas essas glebas de terras foram divididas em lotes coloniais ou rurais de, em média, 25 hectares cada um, além de lotes urbanos para os povoados ou vilas [...]” (BONA, 2004, p. 24).

acabaria um dia e que o solo fértil também empobreceria (SPENASSATTO, 2008, p. 32).

A obtenção dessas terras possibilitou que muitos desses descendentes de europeus se tornassem proprietários de seus próprios meios de produção, e por consequência, ascendessem socialmente¹⁷; uns mais, outros menos. Essa ascensão criou a necessidade da formação de um quadro urbano que suprisse as necessidades básicas, comerciais e produtivas, fator esse que motivou a vinda de pequenos artesãos, padeiros, sapateiros e comerciantes para a região (ESPÍNDOLA, 1999).

A partir da aquisição dessas novas terras, os colonos passaram a produzir principalmente carne de porco e banha, além de culturas de subsistência segundo Santo (1999 p. 52). Também é necessário destacar que, até a década de 1940, a extração da madeira era a principal atividade econômica da região. As áreas urbanas desenvolveram-se ligadas a esse processo produtivo; nelas surgiram serrarias, pequenas oficinas mecânicas ligadas ao artesanato agrícola, transformando as manufaturas em equipamentos de beneficiamento.

Assim, no Oeste catarinense percebia-se a existência de uma economia natural e mercantil nas áreas rurais. Nas cidades, as pequenas oficinas artesanais coexistiam com o pequeno capital comercial de importação/exportação e as grandes companhias de colonização [...] Nessa estrutura, o excedente gerado acumulava-se nas mãos dos comerciantes locais e das grandes praças importadoras, dos proprietários das atividades artesanais e, por último, nas mãos dos próprios pequenos produtores rurais (ESPÍNDOLA, 1999, p. 23-24).

A formação da economia da região Oeste catarinense tem sua origem ligada a fatores envolvidos com as necessidades criadas pelas dificuldades geradas, tanto pela falta de infra-estrutura (alternativas para locomoção¹⁸), como pela crise econômica mundial relacionada à fase B do 3º Kondratiev (1920-1948). De acordo com

¹⁷ É necessário ter bem claro que essa ascensão ocorre de forma desigual, mas ocorre em todos os níveis entre os imigrantes, ao passo que estes vão se integrando obrigatoriamente ao mercado, mesmo que seja para aquisição de produtos básicos (sal, açúcar, querosene, etc.). O simples fato da inserção desses produtores ao mercado gera naturalmente uma ascensão social independentemente de esta estar relacionada com uma relação de extrema exploração ou não.

¹⁸ As dificuldades causadas pela falta de estradas tornavam difícil a comercialização dos produtos da região e a compra de produtos de fora dela.

Spenassatto (2008, p. 90), as dificuldades na aquisição de produtos em Vila Oeste eram muitas:

Era necessário ir até Descanso ou Mondai para comprar produtos como arroz, açúcar, farinha de trigo [...] quem tinha açúcar para comercializar explorava os agricultores, pedindo meio saco de feijão por um quilo de açúcar [...] as conseqüências da II Guerra Mundial causaram a falta de gasolina, de pneus, de querosene e de produtos de primeira necessidade.

Tantas dificuldades levaram ao desenvolvimento de um processo de substituição de importações¹⁹, como necessidade de garantir o abastecimento mínimo nas colônias recém-formadas, possibilitando assim o desenvolvimento de diversas atividades. Esse processo levou ao surgimento de uma economia local, que foi dinamizando-se à medida que as relações de produção se intensificavam, dando origem, desse modo, à formação do maior complexo agroindustrial do Brasil.

2.2 A relação da pequena produção mercantil com o desenvolvimento da indústria de laticínios catarinense

Entre as culturas de subsistência que surgiram no Oeste catarinense, pode ser incluída a produção de leite e de seus derivados como o principal produto de geração da renda com a venda do excedente de produção entre os agricultores. A venda desses excedentes contribuiu na formação da dinâmica econômica local que resultou do surgimento e desenvolvimento da economia mercantil na região:

[...] o desenvolvimento da economia mercantil provoca um crescimento do número de ramos industriais distintos e independentes. Esse desenvolvimento tende a converter não só a fabricação de cada produto, mas a fabricação mesma de cada componente do produto num ramo industrial à parte [...] (LÊNIN, 1985, p. 13).

Durante o processo de formação da economia mercantil no Oeste, pode ser analisado de forma bem clara o surgimento de diversos ramos industriais voltados ao

¹⁹ Esse processo de substituição de importações está diretamente ligado à Fase B do 3º Ciclo Longo de Kondratiev (1920 – 1948), período marcado por forte recessão da economia mundial.

campo, gerando produtos direcionados à exportação, como, por exemplo, erva-mate, alfafa, milho e suínos. Já a produção e o processamento de leite surge, nesse processo de formação econômica e social, como produto para atender ao mercado local, determinado pelas vilas em formação no Oeste do estado. Desde o início do processo de colonização na região, já é possível perceber a existência de estabelecimentos produzindo e comercializando leite e seus derivados para serem comercializados nas feiras e casas comerciais (RECENSEAMENTO, 1920).

Ao se analisar os dados do Recenseamento Geral do “Brazil” 1920, é possível observar-se, no Oeste de Santa Catarina, a existência de 57 estabelecimentos envolvidos no processamento e comercialização de laticínios. Juntos esses estabelecimentos totalizaram no mesmo ano a venda de 64.642 litros/leite, 25 litros/creme/leite, 1.363 kg de manteiga e 12.654 kg de queijo (IBGE, 2008). Neste momento, deve-se chamar a atenção para a grande quantidade de leite *in natura* produzido, demonstrando o caráter local da atividade. Nesse período, a comercialização do produto na forma *in natura* só era possível para mercados próximos dos núcleos de produção, por se tratar de um produto perecível.

Essa relação da produção com o mercado consumidor é mais bem compreendida quando analisada com a teoria do Estado Isolado²⁰ de Von Thunen. Entre os pontos que tornam essa teoria importante para a geografia agrária, deve ser destacada, como principal fator para determinar os diferentes tipos de utilização da terra, a distância entre a área produtora e a consumidora (WAIBEL, 1958, p. 114). A localização dos diferentes núcleos urbanos em formação no território catarinense determinou a possibilidade de instalação das bacias leiteiras nas diferentes regiões do estado e seus possíveis potenciais de produção sendo limitados e determinados pelo mercado consumidor local. Um fator determinante para essa limitação espacial acontece pela falta de tecnologia, que pode ocorrer por ainda não estar disponível ou por ser uma tecnologia que não compensa os custos de sua implantação²¹.

No Recenseamento Geral do “Brazil” 1920, nota-se uma forte produção de leite e de seus derivados no estado, voltada, sobretudo, para atender aos mercados locais e às exportações, principalmente para o Rio de Janeiro e São Paulo. Os núcleos urbanos do

²⁰ A teoria do Estado Isolado de Von Thunen é trabalhada por Leo Waibel, em Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil (WAIBEL, 1958).

²¹ O atraso tecnológico ocorre pela falta da necessidade de inovação, o que pode se dar pela falta de concorrência (ESPÍNDOLA, 2007).

litoral catarinense muito mais desenvolvidos que os recém-formados do Oeste eram os grandes responsáveis pela produção e industrialização do leite no estado. Em 1920, as regiões a leste da Serra Geral já tinham uma rede urbana bem mais estruturada, como é o caso do município de Blumenau. No ano de 1920, o município de Blumenau tinha 6.519 estabelecimentos envolvidos com a produção e comercialização de laticínios; um número muito superior se comparado com os 57 estabelecimentos registrados no Oeste. Sobre a formação das redes urbanas catarinenses, é essencial destacar o que dizem Marcos A. Silva (2007) e Lobato Corrêa (2006):

[...] a partir de uma perspectiva totalizante, a questão regional no Brasil meridional – senão mesmo a questão regional brasileira. Com efeito, relações de produção e velocidades diferentes de acumulação capitalista, que contrapõem áreas de latifúndio e de pequena produção, não são mais que expressões de totalidades sócio-espaciais melhor compreendidas pela categoria de formação social (SILVA, 2007).

Ou ainda:

Aliás, isso se vem mesmo reconhecendo na literatura sobre as redes urbanas do País, indicando, pois, na formação genética destas, duas principais dinâmicas econômico-espaciais: 1) a “drenagem da renda fundiária a partir do absenteísmo dos grandes proprietários”, marca das formações calcadas na grande propriedade; e, 2) “uma distribuição mais eqüitativa da demanda e do consumo”, refletida numa “mais nítida hierarquia de centros”, típica das formações da pequena produção mercantil imigrante (LOBATO CORRÊA, 2006, p. 284-285).

Para buscar compreender como se deu a formação da indústria de laticínios catarinense, deve ser levada em consideração a formação socioespacial do estado e suas peculiaridades regionais. A comparação entre um único município do Vale do Itajaí, Blumenau, e a região Oeste ilustra claramente essa situação. Em Blumenau, o leite era o principal produto de origem animal produzido e comercializado em 1920. Já no ano de 1867, Jens Jensen²² fundou a Cia. Jensen²³ em Blumenau, a pioneira a trabalhar na

²² Jens Jensen “era originário do norte da Alemanha, foi marinheiro até 1864, quando se evadiu no porto de Itajaí. Após ter trabalhado num engenho de açúcar dos arredores, instalou-se em Blumenau, como colono e pequeno comerciante em 1867.” (MAMIGONIAN, 1966, p. 397).

industrialização do leite no estado, empresa líder do mercado catarinense de laticínios até início da década de 1970, quando deixou de atuar (COLI, 1992). No caso da região Oeste, o leite não foi um dos principais produtos de origem animal, e sim a produção de suínos – um produto voltado para a exportação. Como foi demonstrado anteriormente, o leite era um produto voltado para o mercado local pela sua limitação espacial para comercialização e, no caso do Oeste, ainda havia a restrição criada pelo pequeno mercado consumidor.

Outro fator importante que chama a atenção é a forte centralização de capitais do Oeste catarinense, impulsionada pela intensa concorrência gerada pelos comerciantes oligopolistas externos, pressionando os preços para baixo, levando o comércio local a perdas (ESPÍNDOLA, 1999). Tal conjuntura induziu muitos dos comerciantes locais a fundirem²⁴ seus capitais. Essas casas comerciais eram baseadas no sistema “colônia-venda” e acabavam funcionando como um banco que fornecia capitais para instalação de novas casas comerciais (ESPÍNDOLA, 1999). Dessa maneira, os produtos lácteos estavam atrelados a esse sistema comercial, a princípio como produtos para um abastecimento local, situação que perdurou até meados da década de 1970²⁵.

Analisando os dados da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros do IBGE de 1959, é possível observar, assim como em 1920, uma forte contração do setor de laticínios na região do Vale do Itajaí que, nesse mesmo ano, produziu um total de 48.256.695 litros/leite contra 15.394.290 litros/leite do Oeste (IBGE, 2008). Na região do Vale do Itajaí, também se pode verificar nesse mesmo período a produção de manteiga na quantidade de 707.220 quilogramas; de queijo, 309.520 quilogramas e de nata, 450.925 quilogramas. Para o Oeste, nesse mesmo período só aparecem valores relacionados à produção do leite, não sendo verificada a presença da produção de manteiga, queijo ou nata. Os dados de 1959 reforçam os números de 1920, demonstrando que o leite surge no Oeste para atender ao mercado local, figurando como

²³ “A empresa fundada por Jens Jensen, em 1867, como pequeno comércio de troca de produtos locais (manteiga, banha, etc.) por produtos importados (trigo, querosene, sal, fósforo, tecidos) expandiu-se pela industrialização dos produtos agrícolas locais de porco e bovino, laticínios, sabão e arroz, este último introduzido especialmente nos arredores. A parte industrial desta empresa tem 118 operários.” (MAMIGONIAN, 1966, p. 402).

²⁴ “[...] os capitais da família Fontana uniram-se aos da família Fungati (SP), os Brandalise juntaram-se à família Ponzoni e, por último, Saul Brandalise associou-se à família Bonato” (FONTANA, 1980) em (ESPÍNDOLA, 1999).

²⁵ A década de 1970 é marcada pelo início da fase B (recessão) do 4º Ciclo Longo de Kondratiev em 1973. Esse período também marca o setor de laticínios com a introdução do leite em saquinho, no lugar do leite em garrafas de vidros.

um produto de segunda importância entre os produtos de origem animal, realidade que perdurou até início da década de 1970. Dos dezenove municípios que aparecem na região Oeste na Enciclopédia dos Municípios de 1956, apenas quatro têm no leite o principal produto de origem animal²⁶, o restante apresenta o suíno como principal produto dessa origem. Já na região do Vale²⁷, a realidade é oposta, dos treze municípios, oito apresentam na produção de leite o mais importante produto de origem animal.

Portanto, ao se analisar a formação da economia capitalista no Oeste de Santa Catarina, ecoam exemplos de pequenos produtores mercantis que ascenderam socialmente na região a partir da produção e comercialização de excedentes gerados em suas propriedades, dando origem ao maior complexo agroindustrial do Brasil. Esses produtores tinham suas atividades voltadas principalmente à exportação. Já os envolvidos na atividade leiteira não originam de forma direta os grandes capitais locais, pois estes produtores faziam parte desse processo de acumulação numa posição secundária por se tratar de uma atividade pouco desenvolvida que surge voltada a atender o comércio local.

No recenseamento geral do IBGE de 1970 e 1975, o que se vê é uma realidade totalmente oposta à encontrada nos dados de 1920 e 1959, que apontavam o Vale do Itajaí como a principal região na produção e industrialização de leite em Santa Catarina. Verificando-se os dados de 1970 e 1975, a região do Oeste aparece superando a do Vale do Itajaí na quantidade transformada ou beneficiada de leite (Tabelas 3 e 4).

Tabela 3 Quantidade transformada ou beneficiada de leite em Santa Catarina no ano de 1970.

Região	Leite/litros	Creme/kg	Manteiga/kg	Queijo/kg
Vale do Itajaí	14.420.000	264	414	685
Oeste catarinense	40.077.000	179	262	3394

Fonte: Elaborada pelo autor com dados do recenseamento geral do IBGE de 1970 e 1975.

²⁶ Os dados presentes do relatório de 1959 só demonstravam os três principais produtos de origem animal, com a quantidade produzida e o valor recebido pela venda de cada um desses três produtos. O valor total das vendas de todos os produtos de origem animal também é fornecido.

²⁷ O principal produtor da região era Blumenau, que tinha na produção de leite o principal produto de origem animal; na produção de manteiga, o segundo; e na produção de queijo, o terceiro. Dos cr\$: 100.597.900,00 gerados pela comercialização de produtos de origem animal, cr\$: 84.787.000,00 tiveram origem na comercialização de leite, manteiga e queijo (IBGE, 2008).

Tabela 4 Quantidade transformada ou beneficiada de leite em Santa Catarina no ano de 1975

Região	Leite/litros	Creme/kg	Manteiga/kg	Queijo/kg
Vale do Itajaí	8.927.000	209	137	451
Oeste catarinense	41.607.000	133	151	3672

Fonte: Elaborada pelo autor com dados do recenseamento geral do IBGE de 1970 e 1975.

Os dados do IBGE demonstram claramente que ocorreu uma reorganização espacial do setor de laticínios em território catarinense, gerando um crescimento vertical da produção e industrialização no sentido do Oeste e uma retração na produção da região do Vale do Itajaí. Essa situação evidencia que o Oeste de Santa Catarina não tem apenas um simples desenvolvimento de produção local, mas sim que cresce sobre o mercado regional, ganhando uma escala maior de atuação, tomando espaços antes ocupados pelo Vale do Itajaí. Ao se analisar a quantidade de vacas ordenhadas em relação ao leite produzido e vendido, juntamente com a finalidade do rebanho bovino em Santa Catarina no ano de 1975, os dados apontam algumas peculiaridades, como pode ser visualizado nas Tabelas 5 e 6.

Tabela 5 Finalidade do rebanho bovino em Santa Catarina em 1975

Finalidade do rebanho	Corte	Leite	Corte e Leite
Vale do Itajaí	40.915	219.983	33.546
Oeste catarinense	200.143	354.527	100581

Fonte: Elaborada pelo autor com dados do recenseamento geral do IBGE de 1970 e 1975.

Tabela 6 Quantidade de vacas ordenhadas, leite produzido/vendido em Santa Catarina em 1975.

Região do Estado	Vacas Ordenhadas	Leite Produzido (mil/litros)	Leite Vendido (mil/litros)
Vale do Itajaí	98.094	118.019	58.542
Oeste Catarinense	134.275	157.718	21.838

Fonte: Elaborada pelo autor com dados do recenseamento geral do IBGE de 1970 e 1975.

A Tabela 5 demonstra a ampla diferença entre o potencial de produção instalado na região do Oeste em relação ao rebanho, seja ele de corte ou leite relativamente ao potencial instalado na região do Vale do Itajaí. Já a Tabela 6 mostra que o maior rebanho gera naturalmente uma maior produção, mas não obrigatoriamente determina uma boa relação entre a quantidade de leite produzido e vendido. O Oeste vendeu somente 13,8% de sua produção, enquanto o Vale do Itajaí vendeu 49,6% de sua produção. Essa relação deixa claro que, apesar da perda de espaço da região do Vale do Itajaí em relação ao Oeste catarinense, aquela região ainda possuía em 1975 uma boa estrutura produtiva e comercial, herança dos anos de prosperidade do setor. Ao ser analisado o contexto geral das Tabelas 3, 4, 5 e 6, é possível verificar um dos motivos da decadência da indústria de laticínios na região do Vale do Itajaí, a diminuição da oferta de matéria-prima para indústria. Já na região Oeste, é gerado um excesso de produção, suscitando um forte atrativo para instalação de indústrias na região, devido ao bom volume de matéria-prima disponível pronta para ser processada e comercializada.

Até o final da década de 1970, as indústrias do litoral, juntamente com as do Vale do Itajaí, eram as empresas que dominavam a industrialização de laticínios no estado; em 1979, as empresas dessa região foram responsáveis por 79,5% da produção estadual destinada a beneficiamento (COLI, 1992). As principais indústrias localizadas na região do Vale do Itajaí e Litoral Norte estão demonstradas na Tabela 7. Ainda, segundo COLI (1992), em 1971, das trinta indústrias localizadas em Santa Catarina, 27 empresas estavam instaladas no Vale do Itajaí, Litoral Norte e Grande Florianópolis, duas na região Oeste, a Cooperativa de Chapecó e a Cooperativa Bela Vista em Concórdia, que nesse mesmo ano foi adquirida pela Cia. Jensen de Blumenau, e, por último, uma empresa em Tubarão na região Sul do estado, a Laticínios Tubaronense S.A. – LACTUBASA, (COLI, 1992, p. 42-43).

Já na segunda metade da década 1970, das trinta indústrias presentes no estado, apenas 24 estavam no Vale do Itajaí, Litoral Norte e na região de Florianópolis. O Oeste contava com quatro empresas e o Planalto com uma, a Lactoplasa, em Lages. Durante esse período, é possível citar como exemplo o surgimento, na região Oeste, da empresa Laticínios Tirol, fundado em 1974 no município de Treze Tílias. Esse mesmo período tem como fator marcante o fechamento da maior empresa do setor no estado até então a Cia. Jensen, que encerrou suas atividades no setor de laticínios em 1976 (COLI, 1992).

Tabela 7 As seis principais indústrias de laticínios em SC em 1970*

Empresa	Leite recebido em litros	Empregados	Município
Cia. Jensen	10.762.606	47	Blumenau
Meinicke S.A.	3.499.350	16	Rio do Sul e Fpolis**
Leite Catarinense S.A. – ULEICA	2.733.574	16	Joinville
Indústria e Comércio W. Weege S.A.	1.844.555	12	Jaraguá do Sul
Indústria e Comércio Hermann Weege S. ^a	1.752.765	16	Pomerode
Cia. Franz Blohm	1.717.626	4	Ibirama

* Tabela elaborada com base em dados coletados em (COLI, 1992, p. 41-42)

** Rio do Sul era a matriz, e Florianópolis era a filial

Já a década de 1980 fica marcada pela consolidação do Oeste como principal produtor e processador de leite em Santa Catarina, colocando definitivamente a região do Vale do Itajaí em segundo lugar no setor. Em 1987, as regiões do Litoral Norte, Grande Florianópolis e Vale do Itajaí caíram dos 79,5% de 1979 para 34,37% da industrialização (COLI, 1992). A região do Oeste em 1986 foi responsável por 42,7% da captação e industrialização; em 1987 essa porcentagem aumenta para 44,6%, superando assim as regiões da Grande Florianópolis, Litoral Norte e Vale do Itajaí (COLI, 1992). Das 38 empresas inspecionadas pelo serviço de inspeção federal em 1988, dezenove delas estavam localizadas no Oeste do estado; entre elas, as que mais se destacavam eram a Laticínios Tirol (Treze Tílias), Laticínios Chapecó (Chapecó) e Laticínios Ivoti (São Miguel d'Oeste e Itapiranga) (COLI, 1992).

2.3 A reorganização socioespacial da indústria de laticínios no território catarinense

A produção e a industrialização de laticínios no estado passaram por um processo de reorganização espacial no território catarinense, principalmente no decorrer das décadas de 1970 e 1980. Os motivos que levaram a essa reorganização são variados. Dentre eles, podem ser destacados o surgimento de novos grupos empresariais no Oeste e o fechamento de grupos tradicionais no Vale do Itajaí, Cia. Jensen (Blumenau),

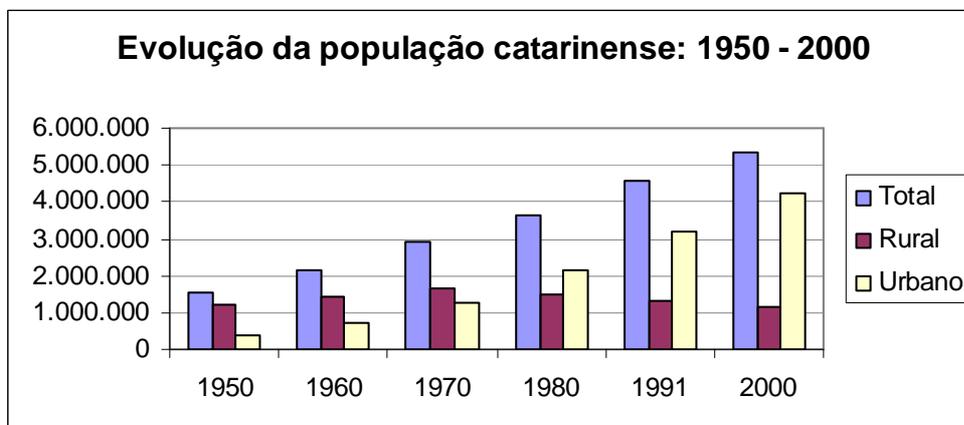
Meinicke S.A. (Rio do Sul, Florianópolis), Cia. Franz Blohm (Ibirama), etc. Outros fatores relacionados a essas mudanças são a forte produção de leite gerada pela maior população rural do estado localizada no Oeste catarinense, com a modernização do setor na captação do leite pela instalação de postos de resfriamento, melhoria das estradas no estado e aumento do mercado consumidor gerado pelo aumento da população. Em virtude do forte crescimento urbano ocorrido nas décadas de 1970 e 1980, houve um aumento considerável do consumo e, em consequência, da demanda de alimentos, acarretando a necessidade da expansão da produção que, no caso do leite, aconteceu de forma horizontal para a região do Oeste.

Entre os fatores a serem analisados, deve ser verificada a evolução populacional ocorrida durante esse período no estado por dois motivos: o aumento do número de habitantes e a concentração urbana da população. Ao se considerar os dados²⁸ do IBGE sobre a população catarinense no recorte histórico feito entre 1950 – 2000, percebe-se um aumento considerável da população no estado de forma geral e, principalmente, nas áreas urbanas; já a população rural sofre uma retração a partir da década de 1980 (Gráfico 1). Essa alteração de perfil da população rural para urbana está diretamente relacionada a mudanças estruturais ocorridas de forma geral no Brasil a partir do processo de industrialização que teve início no governo Vargas (década de 1930).

A instalação da planta industrial brasileira gerou a necessidade da criação de mão-de-obra para trabalhar nas indústrias. Esse fator ocasionou um aumento da população em torno das regiões industriais e também criou a necessidade de aumentar o número de trabalhadores disponíveis para o setor industrial. Ao mesmo tempo, a modernização de áreas rurais faz crescer a produção, disponibiliza para o mercado os trabalhadores liberados devido à introdução de novas técnicas no campo que exigem menos mão-de-obra para a produção. A introdução de novas tecnologias nos diversos níveis e setores da estrutura produtiva leva, de forma geral, à consolidação da economia capitalista em áreas e regiões até então dominadas por outras formas de organização econômica, como as áreas de produção mercantil em Santa Catarina.

²⁸ Informações coletadas no banco de dados agregados, do sistema IBGE de recuperação automática – SIDRA, usando as informações referentes à população total, urbana e rural em Santa Catarina, disponibilizadas em recortes de dez em dez anos.

Gráfico 1 População rural e urbana de Santa Catarina: 1950-2000



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados coletados no IBGE – SIDRA, 2008.

O crescimento da população acarreta naturalmente o aumento de consumo e, conseqüentemente a necessidade de aumentar a oferta, fato que só ocorrerá aumentando as importações ou a produção interna, que leva a um crescimento de demanda de produção no setor. Entre a década de 1970 e 1980, acontece uma inversão de população rural para população urbana em Santa Catarina, tendo como um dos resultados desse processo a transformação do homem do campo em operários assalariados nos núcleos urbanos:

A transformação do pequeno produtor em operário assalariado pressupõe a perda dos meios de produção [...] pois quanto mais esse camponês se arruinar tanto mais é forçado a recorrer à venda de sua força de trabalho [...] (LÊNIN, 1985, p. 16)

A expropriação e a expulsão de uma parte da população rural não põem à disposição do capitalista industrial apenas os operários e seus meios de subsistência e trabalho, mas criam o mercado interno (MARX apud LÊNIN, 1985, p. 16).

Durante a década de 1970, além do crescimento populacional, houve um forte processo de urbanização e industrialização no estado, sobretudo no litoral e no Vale do Itajaí. O crescimento populacional levou ao aumento interno no consumo de alimentos, criando assim possibilidades para ampliação da produção. A migração campo – cidade aumentou a força de trabalho urbana, mas diminuiu a força de trabalho no campo, principalmente na região litorânea e no Vale do Itajaí, áreas mais industrializadas do

estado nesse período. Como consequência dessa equação, entre necessidade de aumento de produção de alimentos com menos força de trabalho no campo, tem-se um ambiente propício para ampliação produtiva em áreas como o Oeste, que possui uma estrutura industrial ainda muito pequena se comparada com outros locais do estado e uma boa estrutura agrária.

Em 1976, no governo do então Presidente Ernesto Geisel, foi instituída a lei federal de obrigatoriedade da inspeção sanitária para todas as empresas que atuavam com produtos de origem animal (carnes, leite, mel, ovos e peixes), sendo criado o Serviço de Inspeção Federal (S.I.F.). Essa determinação obrigou as empresas envolvidas no setor de alimentos com produtos de origem animal a passarem por uma série de modificações estruturais com o objetivo de atenderem às novas regras. Essa reestruturação exigia das empresas grandes investimentos em modernização de suas plantas produtivas. No caso das indústrias de laticínios, principalmente as localizadas no Vale do Itajaí, com plantas extremamente antigas, a reestruturação acarretava investimentos com custos muito elevados para que essas indústrias continuassem atuando de forma legal no mercado.

A conjuntura formada pela determinação federal levou muitas empresas a fecharem suas portas ou passarem a atuar na ilegalidade, pois os empresários do setor ficaram enormemente desmotivados, sobretudo na região do Vale do Itajaí, por diversos fatores. Entre as principais razões estão as novas determinações exigidas para atuar na legalidade, a forte concorrência²⁹ gerada pelas empresas que estavam surgindo no Oeste e por empresas de outros estados, e, por último e não menos importante, a escassez de produtores³⁰ na região.

A combinação das diversas possibilidades geradas por essa nova conjuntura permitiu a consolidação do Oeste de Santa Catarina como principal área na produção e industrialização de produtos lácteos no estado. A forte tradição rural da região é uma das características que se manteve no Oeste mesmo com o crescimento urbano e populacional verificado em todas as regiões do estado (Gráfico 3). Em 1991³¹, a maior

²⁹ Ocasionalmente pelas novas empresas que surgiram na década de 1970 com uma estrutura moderna que atendiam às determinações federais e não necessitavam de grandes investimentos para continuarem atuando no mercado, outro fator era a forte concorrência externa.

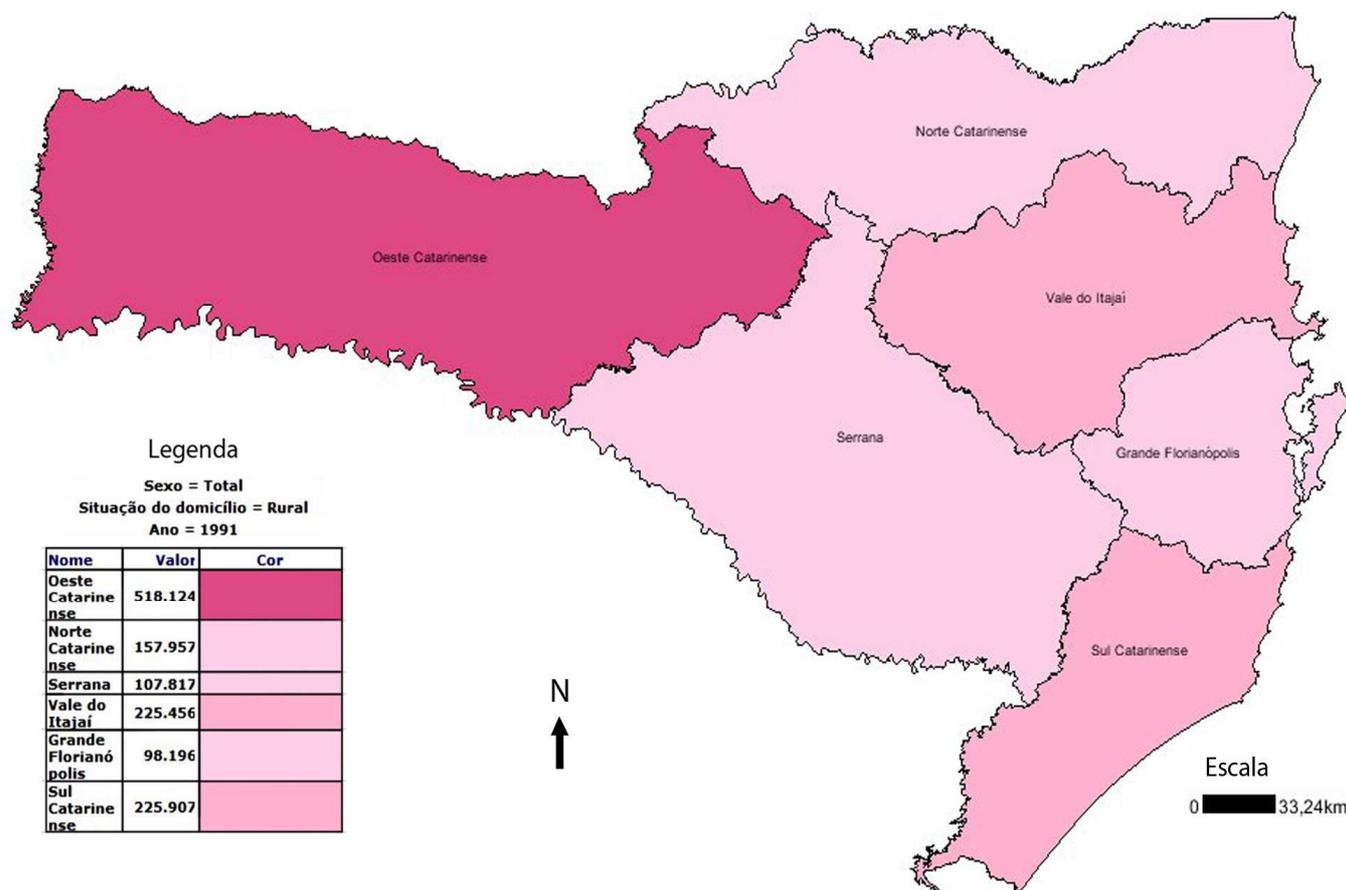
³⁰ Um dos motivos que levou à escassez da produção de leite no Vale do Itajaí foi o forte crescimento industrial da região e a política de preços baixos adotada pelas empresas diante dos produtores. Essa conjuntura levou muitos dos pequenos produtores a abandonarem o campo e se tornarem operários.

³¹ Os dados sobre população residual e população rural são de 1991, pois o IBGE por divisão regional e municipal só disponibiliza essas informações a partir desse ano.

população residual e rural (Mapa 1) do estado estava localizada no Oeste com 1.051.083 habitantes, Vale da Itajaí com 943.620 habitantes, Norte do estado com 838.211 habitantes, Sul com 714.694 habitantes, Grande Florianópolis com 619.265 habitantes e Serrana 375.121 habitantes (IBGE, 2008).

A formação socioespacial do Oeste, desde sua origem, teve no setor agropecuário uma forte tradição rural, voltando sua produção para atender ao mercado, permitindo o surgimento de várias agroindústrias na região. Em 1940, dos seis frigoríficos instalados em Santa Catarina, quatro estavam no Oeste: Saule Pagnocelli (Joaçaba), Frigorífico Concórdia (Concórdia), Perdigão (Videira) e Marafon (Chapecó) (ESPÍNDOLA, 1999).

Mapa 1 População rural catarinense em 1991 por região



Fonte: IBGE

A forte tradição agrícola e industrial implantada, especialmente pelos imigrantes de origem europeia instalados no lugar no início do século XX, juntamente com o aumento populacional e a manutenção de boa parte dessa população no campo, formou na região Oeste uma dinâmica agroindustrial, primeiramente, voltada para a produção de suínos e aves, no caso da pecuária; já no caso da agricultura, consolida-se como produtora de milho e fumo. O leite, em ambos os casos (pecuária e agricultura), surge como possibilidade de segunda fonte de geração de renda. No caso dos produtores de milho e fumo, o leite aparece como alternativa para complementar renda nas propriedades. Já no caso da suinocultura, o leite aparece como segunda fonte de renda para os produtores inclusos no processo de integração e como principal alternativa para os produtores que acabaram excluídos desse processo (MELLO, FERRARI, 2003).

Toda a conjuntura formada no Oeste levou à formação da principal bacia leiteira de Santa Catarina. Na década de 1990, a produção e industrialização de leite já era uma das principais atividades econômicas para a região Oeste, que passa a ter na produção de leite uma das mais importantes atividades econômicas, geradora de renda para os produtores rurais da região (Tabela 8).

Tabela 8 Alcance social da produção e vendas das principais atividades agropecuárias no Oeste catarinense em 1995/96

Agricultores	Leite	Milho	Suínos	Feijão	Fumo	Aves
Produtores	70.000	80.000	65.000	60.000	18.000	9.000 ^(A)
Vendedores	40.000	-	32.000	-	18.000	9.000

(A) Estimativa

Fonte: Censo Agropecuário (1998) (MELLO, FERRARI, 2003).

A formação das indústrias de laticínios na região, especialmente a partir da década de 1970, foi fundamental para consolidação desse processo, aproveitando o espaço deixado pelo fechamento das empresas do Vale do Itajaí e o aumento na procura do produto em decorrência do aumento da população e urbanização. As novas indústrias surgem num espaço com potencialidade para o crescimento na produção e industrialização. Como resultado desse processo, a região Oeste cria uma nova alternativa de formação e geração de renda para a população residente tanto no campo como nas cidades da região.

2.4 Considerações finais

Neste capítulo, este trabalho buscou demonstrar como ocorreram as primeiras iniciativas voltadas a dar início ao processo de produção e industrialização de leite na região Oeste de Santa Catarina, diante da realidade apresentada pelas diversas peculiaridades que envolveram o surgimento dessa atividade no estado (aspectos culturais, sociais, naturais e econômicos). Permitindo, com base nessa análise, a visualização de dois momentos distintos no surgimento do setor na região: um primeiro – voltado a suprir necessidades locais de consumo, dando um caráter artesanal à atividade –; e um segundo momento, a partir da década de 1970 – voltado a atender o mercado regional –, dando início a uma nova realidade para a atividade na região, agora mais moderna e integrada, buscando atender às necessidades impostas pelo modo de produção capitalista, dando fim ao caráter mercantil predominante na atividade até então.

3 GÊNESE E EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS

3.1 Localização espacial e origem das principais indústrias de laticínios no Oeste catarinense

Como demonstrado no capítulo anterior, a produção e industrialização de laticínios da região Oeste catarinense iniciou no começo do século XX, com a vinda de imigrantes de origem européia. Esses imigrantes, oriundos principalmente do noroeste do Rio Grande do Sul, sob o argumento de a “*terra estar magra*”³² naquela região, não permitindo mais a reprodução capitalista dos trabalhadores em terras gaúchas, vieram para terras catarinenses. Em solo catarinense, os trabalhadores migrantes vêem a possibilidade de adquirir terras férteis a preços mais baixos que em território gaúcho. Esse fator foi utilizado como estímulo para a vinda de migrantes acostumados a trabalhar no sistema mercantil de produção, garantindo, dessa forma, o desenvolvimento de uma economia mercantil na região Oeste de Santa Catarina. Entre os produtos gerados na região, o leite era comercializado pela venda de queijos e manteiga, sobretudo nas propriedades mais afastadas das vilas; já nas propriedades mais próximas aos núcleos urbanos, o leite era vendido principalmente na forma *in natura*.

Essa primeira fase de comercialização de leite tem como principal característica o processamento artesanal com o objetivo de abastecer os mercados locais recém-formados no Oeste do estado com produtos lácteos (leite, creme de leite, queijo e manteiga). Na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros/SC 1956, ao se verificar os dados referentes aos produtos de origem animal³³ (POA), fornecidos em ordem de importância da produção para o município, o leite é encontrado como principal POA em vários casos entre os municípios do Oeste catarinense (Tabela 9).

Os dados de 1956 demonstram que a produção do leite nesse período ainda está voltada a abastecer os núcleos urbanos formados na região, realidade muito parecida com a analisada no Recenseamento Geral do “Brazil” em 1920. Um dado importante a

³² Termo usado pelos colonos para se referir às terras que não permitiam mais a ascensão e reprodução do modelo de produção baseado no capitalismo, seja por estar desgastada pela falta de nutrientes, seja pelo aumento das famílias, o que não permitia uma divisão rentável da terra entre os irmãos.

³³ Na enciclopédia dos municípios brasileiros/SC 1956, os produtos de origem animal (POA) apareciam em ordem de importância, sempre destacando os três principais. No caso dos laticínios, os dados encontravam-se separados em leite, queijo e manteiga. Veja-se o exemplo de Blumenau que em 1956 tinha como principais POAs: 1º leite, 2º manteiga e 3º queijo (IBGE, 2008).

ser observado na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros/SC de 1956 é o não aparecimento de queijo ou manteiga entre os principais POAs da região Oeste. Essa situação é causada principalmente porque durante esse período o setor de laticínios ainda era dominado por empresas localizadas na região do Vale do Itajaí. Para os produtores e indústrias do Oeste catarinense, a grande possibilidade de comercialização estava na venda do leite na forma *in natura*. As empresas da região do Vale do Itajaí não comercializavam o leite *in natura* na região Oeste por causa dos altos custos gerados pelas dificuldades de logística e por se tratar de um produto extremamente perecível, mas comercializavam queijos, por exemplo, (IBGE, 2008).

Tabela 9 Produção de laticínios em 1956: região Oeste catarinense

Município	POA	Quant.	Valor do produto	Valor total do POA
Capinzal - 1956	2° Leite	3.750.000 lt	cr\$ 4.200.000,00	cr\$ 57.465.849,00
Chapecó - 1956	3° Leite	229.350 lt	cr\$ 1.255.100,00	cr\$ 15.303.110,00
Concórdia - 1956				cr\$ 206.617.450,00
Dionísio Cerqueira	1° Leite	270.000 lt	cr\$ 4.080.000,00	cr\$ 5.090.720,00
Itapiranga - 1956	1° Leite	240.260 lt	cr\$ 2.000.000,00	cr\$ 6.398.410,00
Joaçaba - 1956	3° Leite	696.680 lt	cr\$ 3.814.213,00	cr\$ 38.398.546,00
Mondaí - 1956	2° Leite	180.000 lt	cr\$ 3.343.000,00	cr\$ 900.000,00
Palmitos - 1956	1° Leite	1.250.000 lt	cr\$ 3.000.000,00	cr\$ 10.339.600,00
Piratuba - 1956	2° Leite	1.050.000 lt	cr\$ 5.250.000,00	cr\$ 43.972.400,00
São Carlos - 1956	2° Leite	780.000 lt	cr\$ 3.120.000,00	cr\$ 12.825.950,00
São Miguel do Oeste - 1956	3° Leite	50.000 lt	cr\$ 200.000,00	cr\$ 1.442.000,00
Seara - 1956	1° Leite	1.350.000 lt	cr\$ 5.400.000,00	cr\$ 16.605.250,00
Videira - 1956	2° Leite	4.000.000 lt	cr\$ 17.200.000,00	cr\$ 168.957.003,00
Xanxerê - 1956	3° Leite	115.000 lt	cr\$ 460.000,00	cr\$ 5.617.160,00

Fonte: elaborada pelo autor com dados da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros/SC 1956.

As primeiras informações sobre o surgimento de empresas com plantas industriais modernas na região Oeste são do final da década de 1960 e início da de 1970. Os primeiros relatos de indústrias na região são de uma cooperativa no município de Itapiranga que, em 1971, encerrou suas atividades. Em Chapecó, havia a Cooperativa

Chapecó³⁴ e, em Concórdia, a Cia. Jensen tinha adquirido uma cooperativa falida (COLI, 1992).

A principal dificuldade encontrada pelas empresas no Oeste catarinense era referente à aquisição da matéria-prima, pois, apesar do bom volume de produção gerado na região, os produtores não tinham tradição de fornecer matéria-prima para indústrias (COLI, 1992). Todavia, não é somente a falta de tradição dos produtores em venderem o leite para a indústria a principal dificuldade encontrada pelas primeiras empresas da região. A grande dificuldade está na possibilidade de essas empresas encontrarem produtores dispostos a investir na atividade leiteira. A introdução do agronegócio voltado ao setor de laticínios no Oeste catarinense ocorre após o período em que foi implantado o “sistema de integração³⁵” atrelado à indústria de carnes da região, fator que levou os produtores do Oeste a investir na produção de suínos e aves, atividades mais estruturadas economicamente, dando uma maior garantia aos produtores.

O sistema de integração foi implantado em Concórdia, a partir dos anos 50, pela empresa Sadia, e disseminado para outras áreas do território catarinense pela Secretaria da Agricultura, ACARESC, Associações Rurais e agroindústrias. O sistema consiste em uma relação contratual entre a agroindústria e o produtor, em que a empresa garante a compra de toda produção, fornecendo ao produtor a assistência técnica e parte dos insumos (CEAG, 1980). A adoção do sistema de integração faz parte do projeto modernizante da agricultura, com o objetivo explícito de aumento da produção, da produtividade agrícola, novas relações de produção, dissolução da estrutura produtiva rural auto-suficiente, mediante a utilização de métodos, técnicas, equipamentos e insumos modernos. Isto é, aumento considerável da composição orgânica do capital (ESPÍNDOLA, 1996). Os pequenos produtores recebiam assistência técnica e insumos por parte dos órgãos especializados das empresas (Departamento de Fomento) e de órgãos estaduais ligados à Secretaria da Agricultura e Abastecimento (ACARESC). Ao final, o pequeno produtor vende os animais à empresa, sendo então descontados os insumos adiantados. As relações entre empresas e produtores, vale frisar, envolvem a garantia de compra dos animais pelos

³⁴ A Cooperativa Chapecó em 1970 contava com cinco funcionários, mas nenhum era técnico em laticínios; na produção, os principais produtos eram leite pasteurizado (80%), queijo prato (10%) e manteiga (10%), todos eles eram voltados para atender ao mercado regional (COLI, 1992, p. 39).

³⁵ A introdução do “sistema de integração” teve como pioneira a empresa Sadia nos anos 1950; tal inovação teve sua expansão durante a década de 1960. A principal característica dessa inovação foi possibilitar o planejamento dos estoques de aves e suínos para o abate (ESPÍNDOLA, 2005, p. 18-19).

abatedouros. Evidentemente, aí o produtor integrado é obrigado a cumprir as orientações técnicas, adquirindo as rações, pintos, medicamentos e vacinas das empresas processadoras. (ESPÍNDOLA, 2002).

Perante essa realidade, os poucos produtores que restam para a atividade leiteira são agricultores sem capital ou acesso a este, inviabilizando investimentos na melhoria da atividade ou em maior comprometimento com o setor. Os produtores com possibilidades para investir acabam voltando-se para a produção de carnes, por se tratar da atividade mais segura da região nesse período.

Além da produção de carnes, a produção de milho e de fumo são atividades muito importantes entre os produtores do Oeste. Nessa situação, eles preferem priorizar investimentos na produção de milho e fumo pelo mesmo motivo que no caso das carnes – são atividades mais seguras em virtude de terem um mercado para comercialização mais garantido. A produção de carnes, milho e fumo nasce na região voltada à exportação, criando uma dinâmica extremamente competitiva nessas atividades. O leite, diferentemente, conforme demonstrado, surge a princípio para abastecer o mercado local, gerando um caráter pouco atraente para investimentos, principalmente entre os produtores.

As primeiras indústrias do Oeste tinham à sua disposição matéria-prima de baixíssima qualidade e sazonal; fato que ocorre pelos fatores descritos anteriormente e pelo total descaso entre os produtores, que viam na atividade apenas uma fonte de renda alternativa. Essa realidade predominou na região até o final da década de 1990. Apesar de a matéria-prima ser de baixa qualidade e sazonal, o Oeste tinha e tem a maior população rural do estado e uma forte tradição na produção agropecuária. Esses aspectos tornaram viável a instalação de indústrias de laticínios na região que, por meio de investimentos no setor produtivo, possibilitaram a captação da matéria-prima no grande número de produtores disponíveis na região, tendo estes o leite como principal atividade produtiva ou não.

Dentre as indústrias de laticínios surgidas na década de 1970 na região Oeste catarinense, pode ser destacada como a principal delas a Laticínios Tirol, no município de Treze Tílias; fundada em 1974, por um padre austríaco em sociedade com a família Hofner. Quando a fábrica ficou pronta, ela já estava falida. Por essa razão, ocorreu a troca do clero, na sociedade, pela família Dresch, que entrou na parceria com uma nova injeção de recursos, permitindo a continuidade dos negócios. No início, a produção da

indústria só atendia à região de Treze Tílias; a empresa recebia cerca de cinco mil litros de leite/dia. Com a aquisição do Serviço de Inspeção Federal (SIF) e a melhoria da malha viária, a Tirol teve a possibilidade de aumentar seu raio de atuação sobre novos mercados, permitindo, dessa maneira, uma expansão de sua capacidade produtiva. Entre o final da década 1970 e 1980, a Tirol ampliou seu mercado de atuação para centros maiores, como as cidades de Curitiba, Blumenau, Joinville e Florianópolis³⁶.

No final da década de 1970 e durante a década de 1980, as principais indústrias de laticínios em Santa Catarina já estavam localizadas na região Oeste. Eram elas a Laticínios Tirol (Treze Tílias), Laticínios Chapecó (Chapecó) e Laticínios Ivoti (Itapiranga e São Miguel d'Oeste). Em meados da década de 1990, a Tirol promoveu a aquisição da Laticínios Chapecó, assumindo o segundo lugar entre as empresas, atuando no estado na captação e industrialização de leite. A principal indústria no período era a Cooperativa Central Catarinense de Laticínios³⁷ (C.C.C.L); com sede em Itajaí, foi fundada em 1974 pela Cooperativa Central Agrícola Vale Ltda. A posição de líder de mercado da C.C.C.L. foi adquirida com a aquisição da Laticínios Ivoti, no Oeste do estado. Seguindo o exemplo das grandes agroindústrias do país do setor de carnes (Sadia, Perdigão, Ceval), as empresas de laticínios que surgem no estado durante a década de 1970 adotam como estratégia empresarial promover fusões e aquisições com o objetivo de garantir e ampliar sua participação no mercado.

[...] uma das estratégias de crescimento das agroindústrias de carne do Sul do Brasil foram os mecanismos de fusões e aquisições estabelecidos ao longo da trajetória das empresas. Assim, empresas como Sadia, Ceval, Perdigão entre outras, adquiriram empresas concorrentes, como forma de ampliarem suas participações no mercado [...] (ESPÍNDOLA, 2005, p. 31-32).

Diante da estratégia das empresas de promover aquisições e fusões, dois momentos bem distintos devem ser destacados no setor de laticínios em Santa Catarina. O primeiro deles ocorre entre meados da década de 1970 e se estende até a década de 1990, período em que as fusões e aquisições aconteceram entre empresas que atuavam especificamente no setor de laticínios (Tirol, C.C.C.L) ou que tinham no leite

³⁶ Florianópolis passou a ser mercado da empresa Tirol após a construção da BR 282.

³⁷ A C.C.C.L, que foi fragmentada durante a década de 1990, ainda tem hoje a sua antiga marca (Do Vale) atuando no litoral com produção numa usina de beneficiamento no município de Palhoça.

seu *carro chefe* (Batavia, Parmalat). O segundo momento é a fase atual. Teve início com a entrada de grandes conglomerados agroindustriais do país no setor, como o caso do grupo Perdigão, que passou a atuar no segmento de laticínios em 2000, após a compra do grupo Batavia³⁸S.A. O grupo Batavia tem em Santa Catarina a sua principal unidade de produção de leite longa vida UHT³⁹ (*Ultra High Temperature*), instalada no município de Concórdia. No final de 2007, o grupo Perdigão promoveu a aquisição da empresa Eleva⁴⁰ Alimentos do Rio Grande do Sul e, no início de 2008, adquiriu o Grupo Cotochés de Minas Gerais, dando origem à segunda maior empresa de laticínios do Brasil, ficando atrás somente da Nestlé.

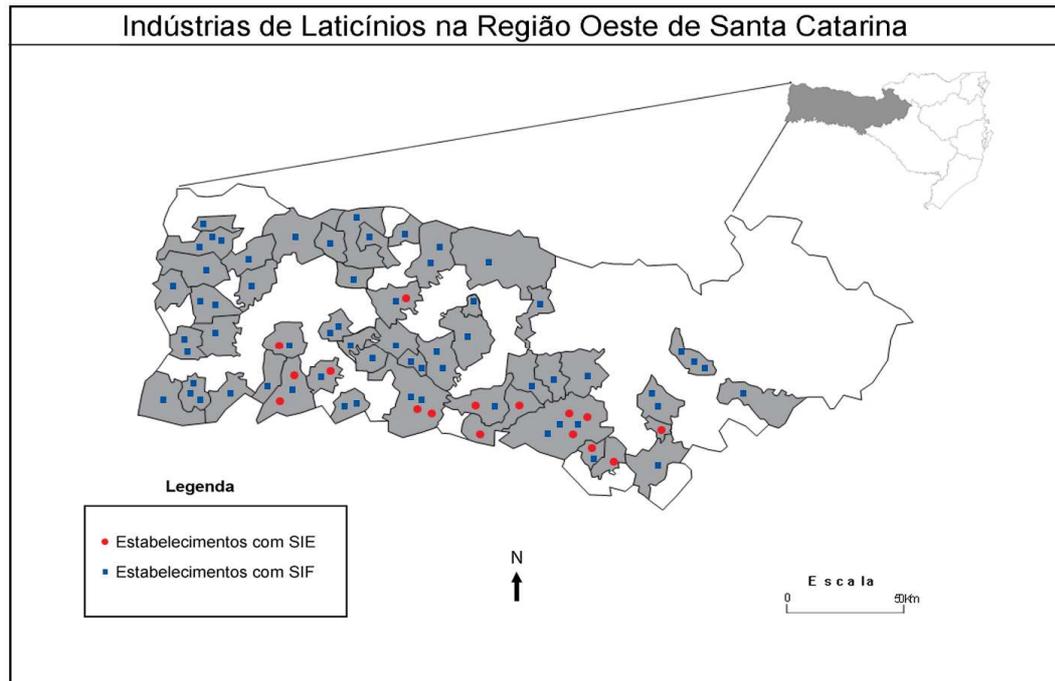
A entrada da Perdigão no setor de laticínios pode ser caracterizada como um marco para o setor de laticínios não só em Santa Catarina, mas também no Brasil. Esse momento marca a entrada no setor de laticínios de grupos empresariais especializados na produção de alimentos, mas que não atuavam na industrialização de leite. O resultado desse processo de formação industrial pode ser melhor visualizado no mapa 2 de localização da atual distribuição espacial das indústrias de laticínios instaladas na região Oeste de Santa Catarina, cadastradas segundo os órgãos de inspeção sanitária estadual (SIE) e federal (SIF).

³⁸ O grupo Batavia teve sua origem em 1911 com a fundação da Cooperativa Central de Laticínios do Paraná. Em 1996, o grupo entrou no setor de laticínios em Santa Catarina por meio da associação feita com o grupo Agromilk, que tinha onze cooperativas filiadas no Estado. No ano de 1998, fundou o grupo Batavia S.A., em parceria com a empresa italiana Parmalat. Com a crise da Parmalat em 2003 e 2004, o grupo Batavia conseguiu judicialmente se separar da parceria. Em 2000, o grupo Perdigão fez a aquisição de 51% das ações; no final de 2007, adquiriu os outros 49% e hoje é detentor de 100% do grupo Batavia.

³⁹ Atualmente, a forma mais utilizada de pasteurização no Brasil é o método UHT, que consiste em aplicar temperaturas ultra-elevadas, 130-145° C, por um período de tempo muito curto, de 2 a 5 segundos, e, em seguida, o resfriamento.

⁴⁰ A empresa Eleva é líder em UHT no Brasil. Os laticínios fazem parte do grupo com a marca Elegê; adquirida em 1997 pela Eleva, passou a ser responsável por 56,4% da receita da empresa, tornando o setor de laticínios a principal atividade do grupo, que atua também no setor de carnes (MUNDO, jan. 2008, p. 5).

Mapa 2



3.1.1 Localização das indústrias originadas a partir da década de 1990

Outro grande conglomerado agroindustrial do país, que passou a fazer parte do setor de industrialização de laticínios no estado, é a Cooperativa Central Aurora, que já atuava no setor lácteo há cerca de 20 anos; porém, apenas na produção, por intermédio de cooperativas singulares⁴¹, que forneciam o leite para C.C.C.L. Esta entrou em crise na década de 1990, perdeu suas filiadas da região para o grupo Agromilk que, em 1996, passou a fazer parte da Batavia S.A. em parceria com a Parmalat. Com a crise da Parmalat, a Aurora decidiu, a partir de julho de 2004, industrializar a sua produção de leite com a marca Aurolat, aproveitando os cerca de 3,5 milhões de litros leite/dia gerados pelos 14.400 cooperados associados à Aurora (LATICÍNIONET, 2008).

O processo de industrialização da cooperativa iniciou com a produção de queijos em uma fábrica arrendada no município de Vargeão. A cooperativa também terceiriza uma parte da produção de queijos na Laticínio Guarujá, no município de Guarujá do Sul. A produção do leite UHT (longa vida) passou a ser terceirizada com a Batavia em Concórdia. No ano de 2006, após a cooperativa já estar atuando há dois anos no mercado por intermédio da marca Aurolat, decidiu investir em uma unidade industrial própria que começou a ser construída no município de Pinhalzinho, no lugar de uma antiga unidade desativada que funcionava para produção do suco Dallis, que pertencia à Aurora.

Essa nova unidade tem uma planta projetada que permite a construção em etapas, objetivando atender à estimativa de crescimento do setor nos próximos vinte anos. A primeira etapa entrou em funcionamento em julho de 2008, com capacidade de recepção e processamento de seiscentos mil litros leite/dia, voltada para a produção de UHT, creme de leite e queijos, eliminando, conseqüentemente, a terceirização. A segunda etapa está prevista para ser concluída em meados de 2009, aumentando a capacidade de recepção para dois milhões de litros leite/dia e está voltada para a produção de leite em pó.

Em 1º de abril de 1996, com a Associação dos Agricultores 25 de Maio, no município de Abelardo Luz, nasceu a primeira indústria de Leite tipo C do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), industrializando e comercializando o leite

⁴¹ As onze cooperativas afiliadas da Aurora são: Cooperalfa, CooperA1, Copérdia, Coperio, CooperAuriverde, CooperItaipu, Cotrisal, Colacer, Coopervil, Camisc e Cotel. A unidade de industrialização de leite em Pinhalzinho faz parte da CooperItaipu.

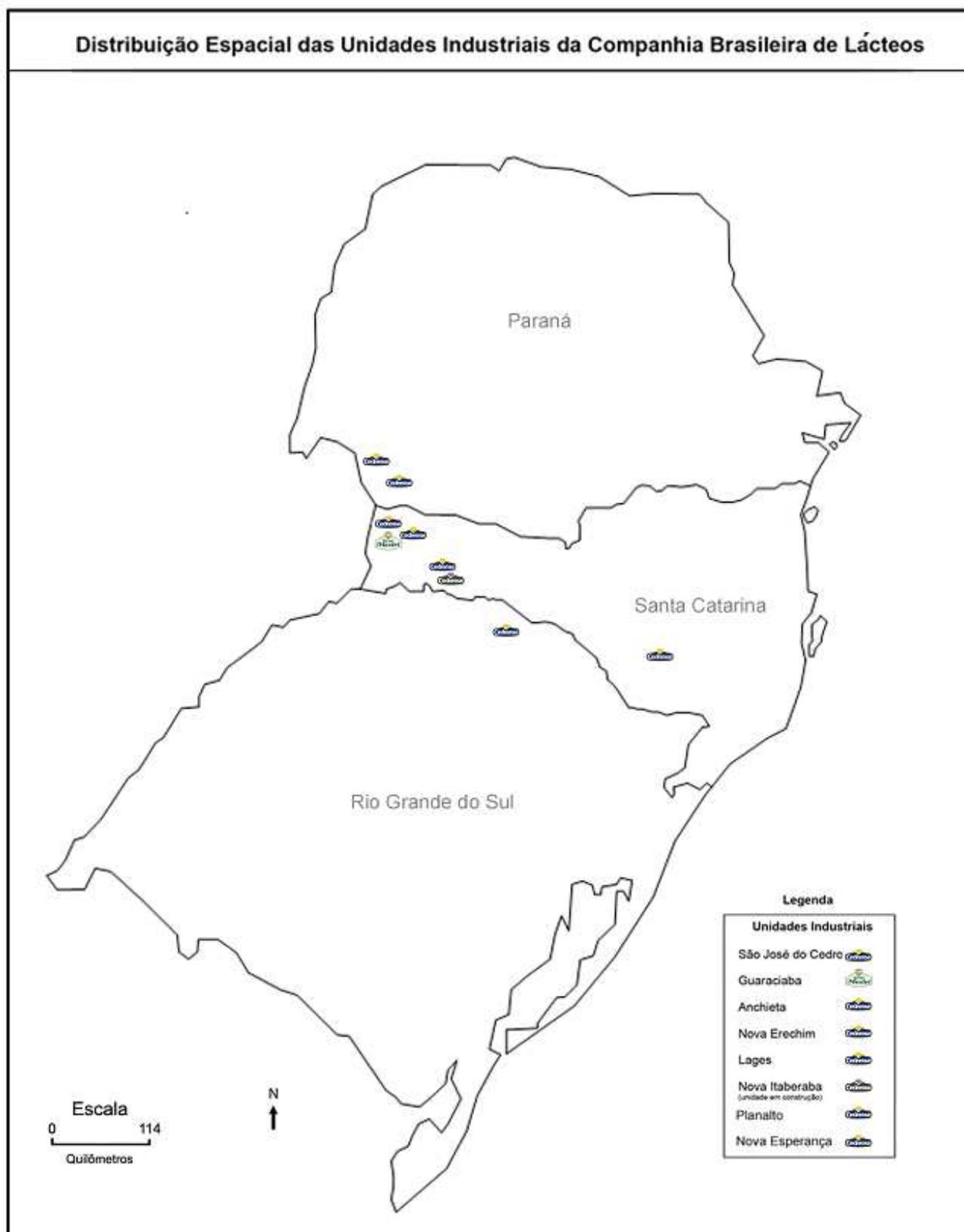
envasado em embalagens do tipo barriga mole (saquinho), com a marca Terra Viva. Inicialmente, a industrialização era de trezentos litros de leite por dia. Com o aumento da produção, surgiu a necessidade de ampliação da capacidade industrial, que ocorreu em 1998 quando o MST fundou a Cooperoeste e construiu uma planta industrial nova no município de São Miguel d'Oeste, com capacidade de produção de trinta mil litros de leite/dia envasados em embalagens longa vida importadas da International Paper. Em 2001, a cooperativa fez uma parceria com a cooperativa uruguaia Conaprole⁴², para conseguir o fornecimento de máquinas envasadoras da Tetra Pak⁴³, objetivando baratear os custos com embalagens e aumentar a capacidade de produção do leite UHT (longa vida) para 330 mil litros/dia. Com a aquisição da máquina da Tetra Pak, a Cooperoeste passou a produzir, UHT com a marca própria Terra Viva, e através de terceirização, para a marca uruguaia Conaprole, e para as marcas brasileiras Cedrense e Rei Alta.

Atualmente, uma das principais empresas no setor de laticínios em Santa Catarina é a Companhia Brasileira de Lácteos (CBL), fundada em São José do Cedro em março de 1990, pelo ex-técnico da antiga Acaresc, Acari Menestrina, natural de Rio dos Cedros. A empresa iniciou suas atividades com uma capacidade de processamento de 1.000 litros de leite/dia. Nos últimos anos, a CBL, que atua no mercado com as marcas Cedrense e Gran Mestri, tem sido a empresa que mais cresce no setor de laticínios no estado. No início de 2008, a empresa contava com nove plantas industriais, sendo cinco em Santa Catarina, duas no Paraná e uma no Rio Grande do Sul (Mapa 3). Das seis unidades do grupo em Santa Catarina, cinco estão localizadas na região Oeste, uma unidade passou a fazer parte da empresa com a aquisição da Lactoplasa no começo de 2008 e está localizada na região Serrana, no município de Lages. Do mesma forma, no início de 2008, a CBL deu início à construção de uma sétima planta industrial no estado, no município de Nova Itaberaba. É uma unidade para produção de leite em pó, cuja capacidade inicial de processar será de 1,6 milhões de litros leite/dia. Com a finalização dessa unidade, a empresa assumirá o posto de maior empresa de laticínios com atuação no estado.

⁴² A Conaprole é uma cooperativa fundada em 1936 no Uruguai; sendo hoje a maior empresa desse país e a maior exportadora de lácteos da América Latina.

⁴³ Em entrevista feita em 08/08/2007 na Cooperoste, a cooperativa justificou a então parceria com a Conaprole pelo fato de o MST não conseguir, por conta própria, o fornecimento das máquinas da empresa Tetra Pak, líder mundial em embalagens longa vida. Somente com a intervenção da empresa uruguaia, que deu as garantias necessárias à Tetra Pak, é que foram fornecidas as máquinas para o MST. Antes da Tetra Pak, o MST tentou trabalhar com uma máquina de envase da International Paper da Alemanha, mas os custos para importação das embalagens tornaram o negócio inviável.

Mapa 3



Fonte: elaborado pelo Autor.

Além das empresas aqui apresentadas, há uma série de outras menores atuando no Oeste catarinense. Entre as menores, podem ser destacadas a Cordilat (família Tozzo) em Chapecó, a Carlitos, em São Carlos e a Maxul Alimentos, em Cordilheira Alta. A Cordilat foi fundada por Daniel Tozzo e está há cinco anos atuando no mercado. Hoje a empresa processa cerca de sessenta mil litros de leite/dia na fabricação de queijos, creme de leite e manteiga. No município de São Carlos, há o exemplo da Carlitos, fundada em 1998 por Célio Roque Richter, que começou vendendo a produção artesanal de iogurte para vizinhos em feiras livres da região. Atualmente, a empresa conta com uma fábrica nova em São Carlos para produção de iogurte e uma para produção de queijo em Chapecó. A Carlitos tem um *mix* de cinquenta produtos e apresenta como *carro chefe* a produção de iogurtes. A Maxul Alimentos foi fundada em outubro de 2000 para industrialização e fracionamento de alimentos lácteos e achocolatados. A Maxul atua no mercado brasileiro e no exterior, exportando seus produtos para mais de dez países como Estados Unidos, Paraguai, Líbia, Gâmbia, Panamá, Sierra Leone, Emirados Árabes, República Dominicana e Costa Rica, entre outros. A empresa atua no mercado com as marcas próprias Léo, Maxul e Byte, além de terceirizar para as marcas Itaguary, Cantu, Chokoloko, Cocoa Mix, Global Brands, Netinho de Paula, Cedrense, Oliveira, Lac Tozzo, Bobby`s, Regalo, Coffee e Lado Sul.

3.2 As relações políticas e o desenvolvimento da indústria de laticínios no Oeste catarinense

A partir do pacto de poder estabelecido na revolução de 1930, é caracterizado o início da terceira dualidade da economia brasileira, período que o Brasil tem como sócio maior os fazendeiros-comerciantes no pólo interno e como sócio menor a burguesia industrial nascente representando o pólo externo (RANGEL, 2005, p. 679). Em Santa Catarina, essa mudança proporciona a chegada ao poder da aliança liberal, afastando as famílias Konder e Luz do poder. Os latifundiários de Lages, por intermédio da família Ramos, assumem o poder político no estado. Diante dessa nova realidade na política estadual, os Ramos e alguns comerciantes do Oeste catarinense assumiram cargos políticos⁴⁴ (ESPÍNDOLA, 1999, p. 52-53).

⁴⁴ Como exemplo, pode ser citado Attilio Fontana que assumiu, no início dos anos 1930, o cargo de consultor do município de Cruzeiro (atualmente Joaçaba) (ESPÍNDOLA, 1999, p. 53).

Esse novo pacto de poder estabelecido toma como uma de suas medidas incentivar a substituição de importações. Aproveitando a conjuntura favorável, os pequenos produtores mercantis do Oeste de Santa Catarina passam a comercializar seu excedente de produção para além do mercado regional, exportando seus produtos para os grandes centros consumidores do país. Entre os anos de 1932 e 1943, o governo federal subsidiou a produção da região que, inicialmente, era escoada através da estrada de ferro e posteriormente pela malha rodoviária construída, ligando o Oeste a outras regiões do estado e do Brasil (ESPÍNDOLA, 1999). A partir da revolução de 1930, surgiram vários exemplos de representantes das agroindústrias do Oeste do estado envolvidos na política. Attilio Fontana, fundador da Sadia, foi consultor municipal, vereador, prefeito e secretário estadual; Plínio de Nez, da organização Chapecó, foi prefeito, deputado estadual, secretário estadual e presidente da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (BADESC); Luiz Gabriel e Ivan Bonato, do grupo Perdigão, foram secretários do estado e Victor K. Reis foi diretor de crédito rural no Banco do Estado de Santa Catarina (BESC).

Tamanho era o envolvimento entre os grupos empresariais e o governo do estado, que essa relação deve ser levada em consideração na análise da formação e desenvolvimento desses grupos econômicos. Essa proximidade entre estado e iniciativa privada foi fundamental para o desenvolvimento econômico da região Oeste e dos grupos industriais envolvidos de forma direta e indireta. No caso dos grupos relacionados ao setor de laticínios que tiveram sua origem durante a década de 1970, não foi verificado nenhum grande envolvimento político dos empresários dessa área; no entanto, apesar disso, o setor também foi favorecido pelas infra-estruturas (energia, rodovias, etc.) conquistadas pelas grandes agroindústrias da região Oeste catarinense.

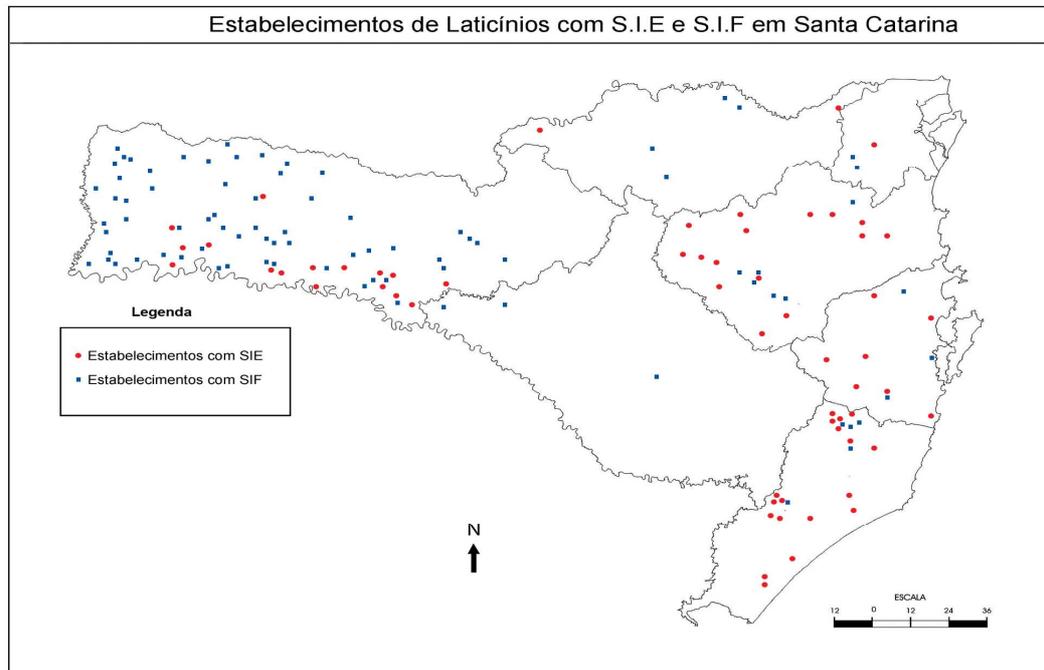
A primeira grande interferência de forma direta do estado no setor de laticínios foi a lei federal decretada em 1976, obrigando a inspeção sanitária por técnicos competentes do governo, em todos os estabelecimentos que trabalhassem com produtos de origem animal (carnes, leite, mel, ovos e peixes). Essa determinação exigiu a modernização das empresas que não atendiam às normas sanitárias vigentes, tendo como consequência do não cumprimento da lei o fechamento do estabelecimento industrial fora das regras. Tal determinação foi a grande responsável pelo fechamento de várias indústrias de laticínios no vale e litoral de Santa Catarina, que era as principais regiões produtoras do estado até então (item 2.2).

Essa situação de encerramento das indústrias do vale e litoral, juntamente com a criação da malha rodoviária e de uma ampla rede de energia no Oeste, criou uma dinâmica extremamente favorável para as empresas lácteas que surgiram nessa região na década de 1970. Essa dinâmica propiciou a essas empresas se tornarem competitivas no mercado.

Durante a década de 1970, o único indício de participação direta do governo de Santa Catarina na implantação de indústrias de laticínios no estado foi por meio dos incentivos para implantação da laticínios Lactoplasa, no município de Lages. O governo do estado adotou como uma das estratégias de desenvolvimento rural para a região serrana, nesse período, a criação de uma bacia leiteira no local. Para isso, passou a elaborar pesquisas voltadas para o melhoramento do rebanho leiteiro da região Serrana na antiga Estação Experimental Lages (EEL), hoje Epagri/Lages.

Até hoje a Epagri/Lages é responsável pelas pesquisas voltadas para o melhoramento na produção do leite em todo o estado. Apesar disso, a região Serrana está atualmente entre as regiões do estado que menos produz leite, ficando à frente somente da região da Grande Florianópolis. Outra característica da região Serrana é possuir basicamente apenas uma única indústria, a Lactoplasa que, nos dias atuais, pertence à CBL. Essa situação demonstra de forma bem clara a grande diferença na dinâmica industrial catarinense, quando comparadas as regiões formadas por pequenos produtores, com a região formada a partir de grandes latifúndios, como é o caso da região Serrana. Nos núcleos de povoamento formados pela pequena produção mercantil, pode-se perceber claramente um grande número de empresas atuando no setor de laticínios; já na região formada pelos latifúndios que abrangem a região Serrana do estado, verifica-se um imenso vazio (Mapa 4).

Nos últimos anos, o governo federal tem utilizado como forma de ajudar o setor de laticínios o fornecimento de financiamentos mediante organismos financeiros de incentivo à produção, como o Banco de Desenvolvimento de Todos os Brasileiros (BNDES). Para exemplificar esse tipo de financiamento em Santa Catarina, tem-se a cooperativa Central Oeste Catarinense (Aurora), que utilizou o Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregar Valor à Produção Agropecuária (PRODECOOP) do BNDES com a finalidade de conseguir a liberação de R\$ 35 milhões, de um total de R\$ 68,1 milhões, que serão utilizados durante o projeto da construção de uma unidade para industrialização de leite em Pinhalzinho.

Mapa 4

Outro modo de apoio estatal é o concedido por prefeituras, como a de São Miguel d'Oeste, que cedeu o terreno para a construção da Cooperoeste, fundada em 1998. Atualmente, a cooperativa é a empresa que mais arrecada imposto no município. A cooperativa vinha atuando com uma pequena unidade de produção no assentamento 25 de Março no município de Abelardo Luz, até então. Além disso, a Cooperoeste, com seus 740 sócios, recebe ajuda do governo federal para atender as quase três mil famílias de produtores que recebem assistência técnica de dois veterinários e quinze técnicos agrícolas. Entre os técnicos agrícolas, o INCRA ajuda a pagar os salários. Contudo, o grande exemplo do envolvimento da Cooperoeste com o estado ocorreu na eleição de 2008. Nesse ano, foi consagrado como prefeito eleito de São Miguel do Oeste o diretor licenciado da Cooperoeste Nelson Foss da Silva que, antes de ajudar a fundar a Cooperoeste, era um produtor sem terra da região.

3.2.1 O caso da Companhia Brasileira de Lácteos (CBL)

A história de Acari Luiz Menestrina⁴⁵, proprietário da CBL, é outro bom exemplo das relações entre iniciativa privada e políticas públicas. Acari Menestrina, filho de colonos da região do Vale do Itajaí, foi morar em Rio dos Cedros com sua mãe mais os avós, após perder o pai com quatro anos de idade. Os avós eram donos de uma indústria de cerâmica vermelha e complementavam a renda vendendo leite para indústrias da região. Acari ia para a escola, onde a mãe era merendeira, de carona com o caminhão de captação de leite. Após se formar no ensino fundamental, ele estudou no Colégio Agrícola de Camboriú – UFSC, onde se formou em técnico agropecuário. Em 1976, Acari Menestrina foi aprovado em concurso público para ser técnico agrícola extensionista da Acaresc, sendo locado no extremo Oeste do estado, onde fez o estágio probatório nos municípios de Itapiranga (30 dias) e de São Miguel do Oeste (60 dias). Depois de terminar o estágio, foi designado para assumir como técnico extensionista do município de Guarujá do Sul. Acari, como técnico extensionista, iniciou sua atividade incentivando a produção de leite entre os agricultores do lugar, como forma de desenvolvimento econômico e social da região, que estava voltada para a produção de soja, milho e suínos. Já no primeiro encontro com produtores rurais em 1976, Acari pronunciou uma frase que é lembrada até hoje pelos que o conheceram na época,

⁴⁵ Menestrina, hoje, é presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Queijo (Abiq).

“*precisamos produzir leite para vender*” (ORTIGARA, 2008, p. 166). Em 1981, ele deixou o cargo de técnico extensionista, depois de receber o convite para ser secretário municipal da agricultura no município de Guarujá do Sul. Em 1986,

[...] Menestrina recebeu dois convites, um para assumir a Secretaria Municipal da Agricultura em Guarujá do Sul (SC) e outro, para ser diretor de uma das cinco unidades do grupo Laticínios Chapecó, naquela época a maior fábrica produtora de queijos do Sul do país [...], (ORTIGARA, p. 176, 2008).

Após oito meses como secretário, Acari Menestrina foi trabalhar para a Laticínios Chapecó, onde ficou até fundar sua empresa – a Cedrense – em 1990 no município de São José do Cedro. As palavras de Acari Menestrina sobre esse momento foram:

Quando rescindi contrato com a empresa em que trabalhava, aceitei como parte do pagamento, a que tinha direito, algumas máquinas usadas, que serviriam para começar o processo produtivo. Precisei, então, buscar rapidamente um espaço físico que abrigasse o empreendimento. Como sabia que algumas prefeituras da região tinham programas de incentivo ao fomento de novos negócios, procurei levantar as opções e decidi por aquela que melhor atendeu aos interesses da empresa. Foi aí que tudo começou. (ORTIGARA, 2008, p. 186).

Outro fator de destaque sobre a CBL é a forte relação da empresa com o atual governador do estado Luiz Henrique da Silveira, em seus projetos mais recentes. O apoio do governo do estado tem sido por meio de financiamentos para nova fábrica no município de Nova Itaberaba; esta será a maior unidade produtiva do setor de laticínios no estado. O governo do estado também tem ajudado por intermédio de parcerias para desenvolvimento de novos produtos, como o queijo pecorino feito com leite de ovelha. O desenvolvimento do queijo pecorino surgiu mediante uma parceria firmada entre CBL, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) para o desenvolvimento da produção de ovelhas. A primeira medida adotada nessa parceria foi

a compra de matrizes de ovelhas francesas, financiadas pelo Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR) no início de 2008.

3.3 O papel do estado no desenvolvimento da indústria de laticínios

O governo federal, por intermédio da comissão internacional de preços (CIP), atuou de forma intervencionista no setor de laticínios no Brasil entre os anos de 1945 e 1991, controlando as importações e o preço do leite no país (SANTOS, MARCONDES, CORDEIRO, 2006, p. 23).

O controle funcionava da seguinte forma: o leite tipo C tinha seu preço tabelado, o leite em pó tinha seu preço controlado pela relação consumo X custo de produção; o leite tipo A e B era liberado (FIGUEIRA, BELIK, 1999). O controle era feito com o tabelamento dos preços nos estados da região Sul, Sudeste e parte do Nordeste (Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco) e Centro-Oeste (Goiás e Tocantins); a região Norte e os estados não mencionados tinham a venda liberada (MEIRELES, 1996, p. 29).

Na divisão da produção, as cooperativas e empresas nacionais, até final da década de 1980, atuavam principalmente na produção e comercialização de leite pasteurizado⁴⁶ em embalagens do tipo barriga mole; por outro lado, as empresas multinacionais dominavam o mercado de derivados lácteos, tendo destaque o leite em pó. Durante esse período, fica clara a política de enfraquecimento do setor adotada pelo governo, sobretudo nas empresas de capital nacional.

O objetivo do governo era garantir o preço baixo do leite no mercado interno. Entretanto, o tabelamento do preço tornava inviável a modernização do setor com tecnologia moderna, obrigando as empresas a trabalharem na produção do leite com tecnologia ultrapassada, utilizada para produção de produtos com menor valor agregado, como o leite tipo C, manteiga, queijos populares, creme de leite e iogurtes. Já as

⁴⁶ A pasteurização é um processo de tratamento do leite capaz de inviabilizar a maior parte das células vegetativas de bactérias normalmente presentes no leite cru sem, contudo, alterar suas propriedades ou características. Tradicionalmente, o processo caracteriza-se por um aquecimento do leite a temperaturas entre 63 e 75°C, por um período variável de 15 a 30 segundos e, em seguida, havendo um resfriamento com temperaturas abaixo de 5°C. Esse tratamento fornece uma eficiência bactericida superior a 98%. O termo pasteurização é uma homenagem a Louis Pasteur (1822-1895), que definiu os princípios deste processo (MILKPOINT, 2008).

empresas estrangeiras foram favorecidas pela política do leite em pó⁴⁷, que até hoje é fornecido pelo governo em escolas e para famílias de baixa renda (BINSZTOK, 2000). A industrialização do leite em pó era dominada pelas empresas estrangeiras; em consequência, a maior parte desse tipo de leite era importada. Essa política tinha como objetivo liberar grande parte da produção nacional, para o leite tipo C, garantido assim um produto barato, no mercado interno. O exemplo do favorecimento das empresas que trabalhavam com a produção do leite em pó pode ser visto de forma bem clara durante o governo do presidente José Sarney (1985 – 1990). No seu governo, com base em dados sobre o déficit protéico da população brasileira, adotou como política compensatória o incentivo ao aumento das importações de leite em pó sob a alegação de garantir o abastecimento interno com um produto de fácil distribuição para a população.

Até a liberação do preço do leite no mercado interno e a abertura econômica na década de 1990, a produção nacional era regionalizada e fragmentada, a maior parte do leite industrializado era para a produção do leite tipo C em embalagens do tipo barriga mole. A validade do leite envasado em saquinho nesse período era de cinco a sete dias a partir da data de envase. Esse fator tornava a distribuição do produto espacialmente limitada, diminuindo assim as possibilidades de expansão das empresas para além de mercados regionais.

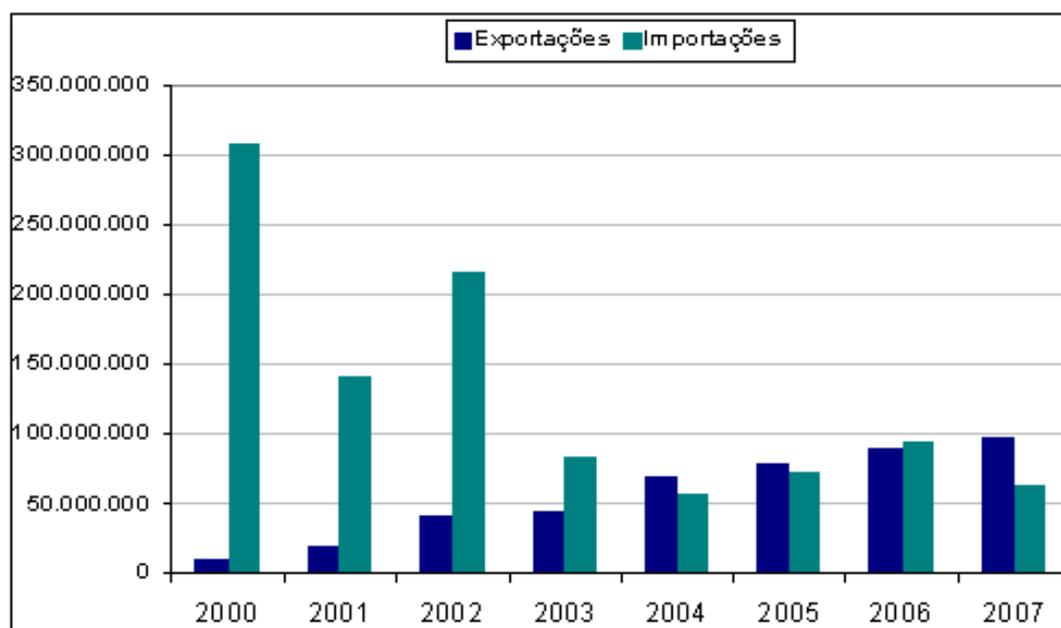
A abertura econômica intensificou a concorrência interna no setor, obrigando, dessa maneira, as empresas a se modernizarem. O principal item de mudança nesse processo foi a introdução das embalagens UHT, tornando a distribuição do leite tipo C espacialmente viável para todo o mercado nacional e internacional, quebrando o caráter regional do leite tipo C, envasado somente em embalagens do tipo barriga mole, no país. Esse período também é marcado pela forte entrada de produtos importados, principalmente de países do Mercosul⁴⁸; em 1997, o Brasil importava 51% do leite consumido e, em 1999, esse valor era de 71,6%. Situação essa que só passou a ser revertida a partir de 2004 conforme demonstra no gráfico 2.

⁴⁷ O leite em pó é um produto de alto valor agregado. Para sua produção, a indústria pode utilizar leite de baixa qualidade, não sendo necessário um controle tão grande no número de células somáticas e bactérias existentes no leite.

⁴⁸ A abertura comercial era uma exigência dos países platinos, que começou a ser reivindicada nas negociações agrícolas na rodada da Organização Mundial do Comércio (OMC) no Uruguai, que culminou com a carta de Punta Del Leste de 1986. Entre as exigências, estava a liberação da importação dos produtos lácteos. Com a implantação do Mercosul no tratado de Assunção em 1991, foi liberada a importação dos lácteos entre os países membros.

As políticas nacionais sobre a cadeia produtiva de laticínios podem ser divididas em três momentos bem distintos. A primeira fase foi o período em que o governo fez um rígido controle sobre o setor até final década de 1980. A segunda fase tem início com a liberação dos preços juntamente com a abertura econômica na década de 1990 e a terceira fase foi a implantação da instrução normativa 51 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de 18 de setembro de 2002.

Gráfico 2 Exportações e importações de laticínios no Brasil 2000-2007



Fonte: Carvalho, 2007.

A finalidade da normativa 51 era o estabelecimento de regras sanitárias, objetivando regulamentar e padronizar a qualidade de toda a produção de lácteos em termos de situação nacional. Diminuindo assim as perdas na hora da industrialização e permitindo ao Brasil ter um produto de qualidade aceito mundialmente. A implantação da instrução normativa 51 exigiu investimentos em toda a cadeia produtiva. Esses investimentos causam maior impacto, porque obrigam os produtores a modernizar suas propriedades para poder continuar atuando no setor. Uma das grandes mudanças da normativa é o pagamento por parte da indústria pela qualidade do leite entregue pelos produtores, eliminando a antiga forma de pagamento que levava em consideração o volume de leite entregue à indústria, deixando de lado a qualidade do produto.

3.4 Políticas públicas e privadas voltadas à produção

Durante a década de 1990, diversas estratégias governamentais foram aplicadas visando ao aprimoramento da produção mediante melhorias entre os produtores rurais. Em Santa Catarina, por algum tempo, a principal medida utilizada pelo estado foi o fornecimento de financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, instituído pelo Governo Federal em 1995/96 (PRONAF).

O estado também era responsável pelo fornecimento de assistência técnica para os produtores. Em 1995, 47% dos produtores com área de 5 a 10 ha e 54% deles com propriedades de 100 a 200 ha receberam assistência técnica do estado. As duas medidas tiveram como finalidade a melhora da produção, seguindo uma preocupação nacional, iniciada na década de 1990, de melhoria entre os produtores no que diz respeito à qualidade da matéria-prima fornecida ao mercado. A preocupação na melhoria da qualidade do leite levou à elaboração da portaria 56⁴⁹, publicada em diário oficial da União para consulta pública em 1999. Essa portaria ficou dois anos em consulta; posteriormente, foi substituída pela normativa 51.

A primeira medida tomada por parte do estado para melhorar a produção em Santa Catarina foi a instalação da unidade de pesquisa em Lages o EEL (item 3.2). A partir dessa época, a Epagri, juntamente com a Cidasc, passou a fornecer treinamento e cursos de capacitação para os produtores. Um outro exemplo mais recente é a parceria entre a empresa Cedrense (CBL) com a Epagri através do Centro de Treinamento da Epagri de São Miguel D'Oeste (CETRESMO). Nesse centro, é fornecido treinamento para os produtores que queiram produzir leite de ovelha.

Muitas das parcerias são firmadas entre empresas privadas e instituições públicas, na busca de melhorias no setor de laticínios, objetivando o aumento da produção e da qualidade do leite. Essas parcerias visam, na sua grande maioria, ao fornecimento de assistência técnica e à facilidade do acesso dos produtores a mecanismos de crédito rural como o programa já mencionado PRONAF.

Organizações privadas também têm atuado no setor, fomentando cursos de capacitação para os produtores, em parceria com empresas e cooperativas da região Oeste. Um exemplo é a parceira entre o Serviço de Apoio Brasileiro às Micro e

⁴⁹ A portaria 56 tinha como um dos seus principais entraves, a proibição da produção de leite tipo C e da produção de queijos com leite não pasteurizado. Por esta portaria ser considerada severa de mais em suas exigências sanitárias ela foi substituída pela normativa 51.

Pequenas Empresas (SEBRAI) e a Cooperitaípu (filiada à Aurora), que juntos estão fornecendo para os produtores no município de Pinhalzinho um curso para pastoreio orgânico.

Em Chapecó, o exemplo vem do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) que, por meio dos seus cursos de tecnólogo em alimentos e graduação em alimentos, colocou em seus currículos acadêmicos uma cadeira obrigatória específica sobre laticínios (tecnologia de leite e seus derivados). Além disso, o SENAI tem oferecido freqüentemente cursos⁵⁰ de qualificação profissional voltados para o setor e organizado encontros, como o VII Seminário do Leite, por exemplo.

Em São Miguel d'Oeste, o exemplo está na Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), que inaugurou em 2006 o primeiro curso superior em Laticínios do Brasil.

Em 2003, o governo do estado, por intermédio da Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural lançou o livro: A escolha da trajetória da produção de leite como estratégia de desenvolvimento do Oeste Catarinense, livro elaborado pelos pesquisadores da Epagri de Chapecó. A pesquisa teve como objetivo apontar as qualidades e os problemas da produção de leite no Oeste do estado, e verificar a importância do setor para os agricultores excluídos dos integrados e da produção de fumo. A pesquisa buscou assinalar políticas públicas e privadas para melhoria e manutenção do setor. Entre as sugestões fornecidas pelos pesquisadores, estão melhorias na assistência técnica, incentivos fiscais⁵¹, melhoramento genético do rebanho, apoio às cooperativas e a discussão sobre o que fazer perante a Portaria 56 que foi substituída pela normativa 51.

Em 2005, o governo do estado por intermédio da Epagri e do seu Centro de Estudos de Safras e Mercado (Epagri/Cepa) com apoio da Federação da Agricultura de Santa Catarina (Faesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural Administração Regional de Santa Catarina (SENAR-SC), desenvolveram diversas ações (seminários e debates) em várias regiões do estado. O objetivo dessas ações foi a identificação dos

⁵⁰ Treinamento em Metodologias de Ensaio Microbiológicos em Leite e Derivados; Curso sobre Regulamentos Técnicos de Produção, Identidade e Qualidade do Leite (IN nº 51 de 18/09/2004); Análises Microbiológicas em Leite e Derivados; Análise Físico-químicas em Leite e Derivados. Além da unidade em Chapecó, o SENAI tem levado esses cursos para outras cidades do Oeste, como São Miguel d'Oeste.

⁵¹ Santa Catarina é único estado do Sul do Brasil que não fornece incentivos pela isenção do Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços (ICMS) tanto na produção como na industrialização de leite. No estado, o ICMS é cobrado na aquisição do leite com o produtor, na industrialização e na comercialização.

principais anseios e dificuldades da cadeia produtiva de laticínios no estado. Os resultados dessas discussões foram publicados em uma versão preliminar intitulada: Estudos da Cadeia do Leite em Santa Catarina – Prospecção e Demandas. Participaram dos seminários e debates, produtores, técnicos da iniciativa pública e privada, indústrias, cooperativas, sindicatos (Sindileite), Associação Catarinense dos Supermercadistas (ACATS) e organismos do governo. No trabalho, foram analisados os pontos fortes e fracos do setor nos segmentos de insumos, produção e indústria de processamento e distribuição. Para ambos os casos, foram propostas ações para o desenvolvimento da cadeia produtiva de laticínios no estado.

3.5 Considerações Finais

Durante o segundo capítulo, a pesquisa esteve empenhada em demonstrar o papel das iniciativas públicas e privadas, que culminaram com a atual configuração do setor de laticínios em território catarinense, durante as três fases verificadas no decorrer desse processo de formação do setor no estado. A primeira fase vai do surgimento da atividade no estado no final do século XIX, até meados da década de 70 no século XX; a segunda tem início a partir de meados da década de 1970, com a interferência do estado pela implantação e pela obrigatoriedade do serviço de Inspeção Sanitária Federal (SIF); a terceira e última fase ocorre a partir da liberação do preço do leite no país em 1991. Com base no estudo desses três períodos, a pesquisa buscou demonstrar as principais medidas voltadas a estimular ou não a produção e industrialização de leite no estado, com as medidas adotadas pela iniciativa privada ou pelas políticas públicas.

4 DINÂMICA E ESTRUTURA PRODUTIVA DA INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS CATARINENSE

4.1 A organização do sistema produtivo voltado para industrialização de laticínios em Santa Catarina

O sistema produtivo da indústria de laticínios em Santa Catarina é organizado da seguinte forma: aquisição de insumos (para industrialização e produção), produção primária (aquisição da matéria-prima), industrialização (processamento da matéria-prima) e distribuição. Na aquisição de insumos, podem ser considerados os insumos básicos, industriais, produção animal, serviços, organizações e outros (SANTOS, MARCONDES, CORDEIRO, 2006).

Tabela 10 Insumos utilizados nas diferentes etapas da industrialização de laticínios.

Etapas	Insumos
Básicos	Forragens, ração, minerais, medicamentos, assistência veterinária.
Indústria	Ordenhadeiras, resfriadores, motomecanização, embalagens.
Produção animal	Reprodutores, matrizes, inseminação.
Serviços	Pesquisa agropecuária, assistência técnica, serviços de inspeção.
Organizações	Sindicatos rurais e dos trabalhadores, associações de criadores.
Outros	Serviços de crédito

Tabela: Elaborada pelo autor, informações retiradas de (SANTOS, MARCONDES, CORDEIRO, 2006, p. 12).

A unidade onde ocorre o recebimento e o processamento do leite, nas etapas de produção aqui descritas, é definida, segundo técnicos do setor, como indústria. Para esses técnicos, “a indústria é entendida como todo e qualquer estabelecimento que receba e processe leite independente da escala de produção, abrangência de mercado e dos produtos produzidos” (SANTOS, MARCONDES, CORDEIRO, 2006, p. 11).

Utilizando-se a definição proposta pelos técnicos da Epagri/Cepa, o presente trabalho procura englobar todos os níveis de produção nos diferentes estabelecimentos

fiscalizados pelos serviços de inspeção sanitária do governo nas mais variadas escalas municipal (SIM), estadual (SIE) e federal (SIF).

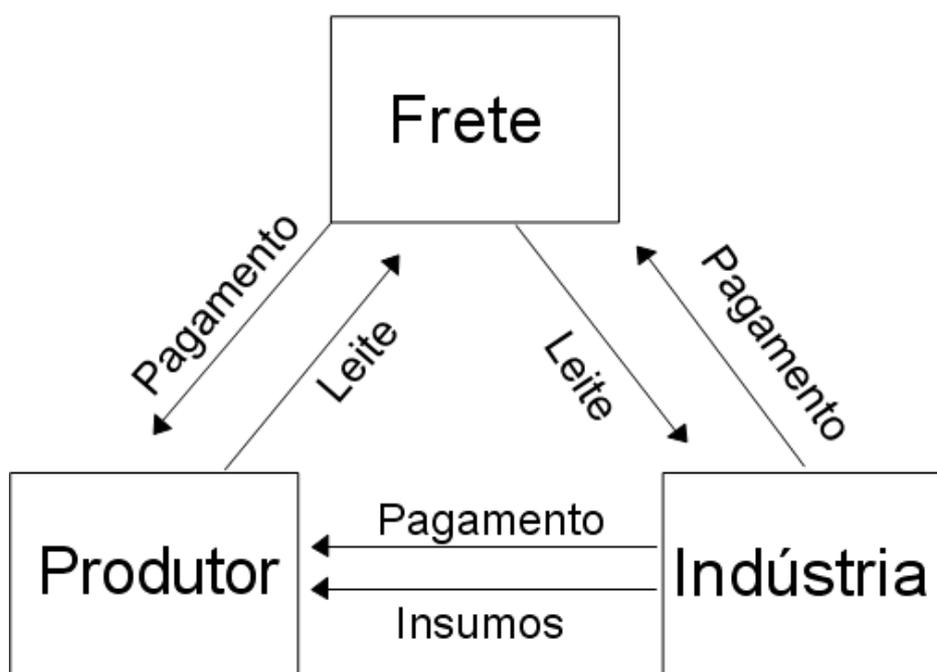
Os estabelecimentos que trabalham no processamento do leite são classificados, de acordo com os órgãos de fiscalização, como: usinas de beneficiamento, fábricas de laticínios, postos de refrigeração, mini-usinas, agroindústrias artesanais e queijarias. Esses estabelecimentos pertencem a empresas privadas ou cooperativas singulares e centrais envolvidas na industrialização e produção de laticínios. As indústrias podem ser definidas, dependendo do grau de complexibilidade, em especializadas (produzem um único produto), diversificadas (produzem vários produtos) e artesanais. As especializadas e diversificadas são as responsáveis por coordenar todo o sistema de produção; são elas que fornecem insumos para os produtores como forma de garantir o fornecimento de matéria-prima.

Nos dias atuais, o grande desafio entre as empresas é a aquisição do leite dos produtores por, especialmente, dois motivos. Em primeiro lugar, porque, na grande maioria, os produtores de leite não produzem em sistema de integração e, teoricamente, são livres para negociar o leite produzido com quem eles quiserem; em segundo lugar, ocorre a relação estabelecida entre indústria e freiteiros que trabalham na captação do leite por meio de transporte terceirizado. Os chamados freiteiros são responsáveis pela maior parte da captação do leite entregue nas indústrias e, em muitos casos, são a única forma de intermédio entre produtores e indústrias (Figura 1). A relação de confiança estabelecida entre freiteiros e proprietários é extremamente importante no processo de aquisição da matéria-prima, sendo o freiteiro o responsável na maioria das vezes em negociar os preços com a indústria.

A produção de laticínios hoje, de forma geral, possui a seguinte relação entre produtores e indústria. Os produtores são classificados em dois tipos: (a) os ligados diretamente à indústria, que recebem, na maioria dos casos, insumos da empresa e são responsáveis por um volume de produção maior; (b) os produtores com pouco volume de produção, que vendem o leite diretamente para os freiteiros. Entre os produtores com menor volume de produção, está a grande reserva para expansão do setor no Oeste do estado, pois estes representam a maioria das propriedades. As empresas de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná enxergam nesses produtores a possibilidade de crescimento da produção e captação do leite. De modo geral, esses produtores são vistos pelas empresas da região sul do Brasil como reserva para expansão vertical na produção

de matéria-prima a ser explorada pela indústria nos próximos anos, mediante investimentos em inovação tecnológica a serem aplicados, principalmente, nas propriedades.

Figura 1 Relação entre indústrias e produtores



Fonte: Elaborado pelo autor

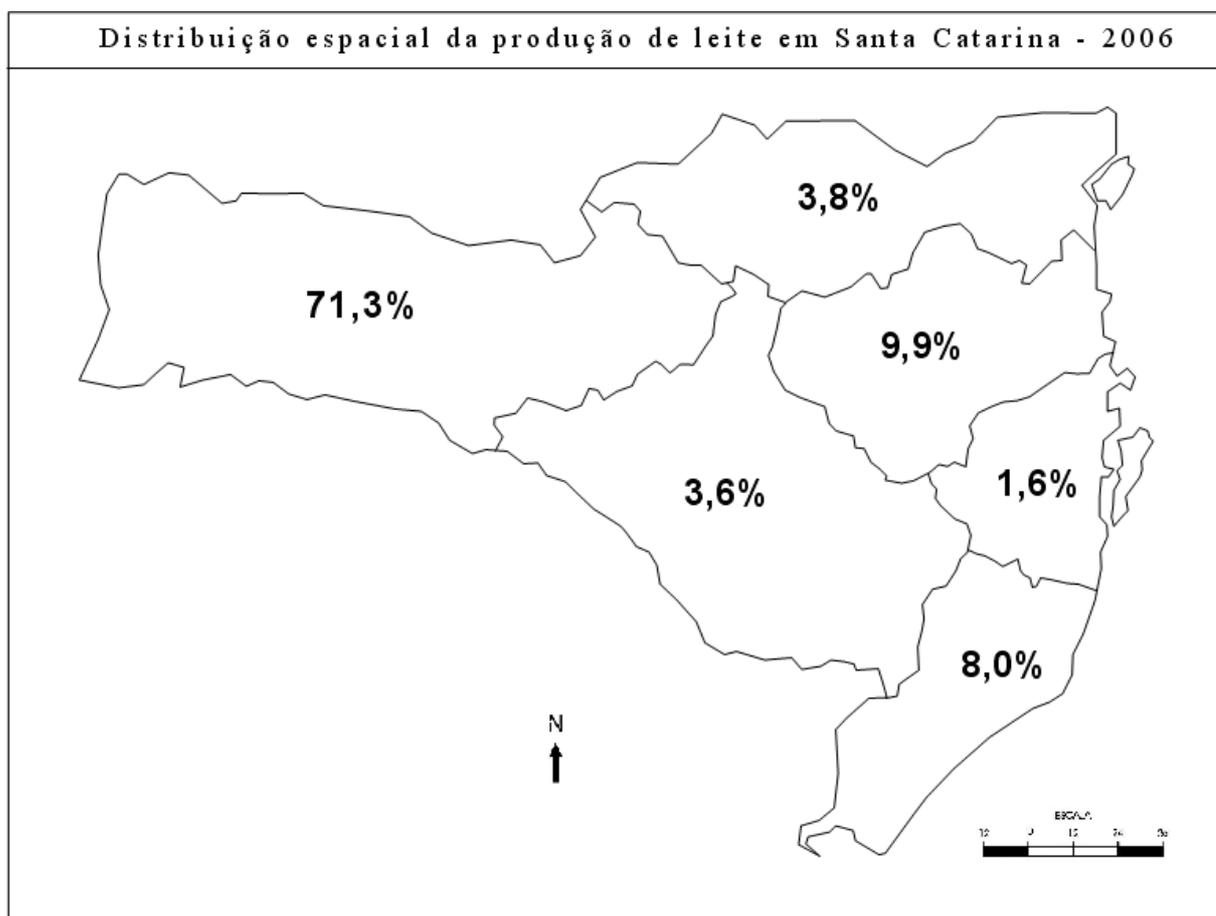
4.2 Relação estabelecida entre produtores e indústria de laticínios

Para se compreender a relação entre produtores de leite e indústria na região Oeste de Santa Catarina, é importante levar em consideração o perfil deles. No ano de 1999, entre os estabelecimentos rurais envolvidos na agricultura nessa região, cerca de 60% das propriedades produziam e comercializavam o leite para a indústria. Estima-se que, na verdade, aproximadamente 70% dos estabelecimentos estavam envolvidos na produção de leite, levando em consideração a produção para consumo ou comercialização por meio das vendas de derivados artesanais (queijos coloniais, nata e manteiga) (MELLO, FERRARI, 2003, p. 20). Nesse mesmo ano, o Oeste catarinense tinha em média quarenta mil produtores envolvidos com a produção e comercialização

de leite (MELLO, FERRARI, 2003, p. 21). A estimativa de produtores envolvidos na produção de leite destinada à comercialização para as indústrias que recebem inspeção sanitária seja ela federal, estadual ou municipal era de cerca de cinquenta mil, em 2005, para todo o estado (SANTOS, MARCONDES, CORDEIRO, 2005, p. 19). Segundo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (FETAESC), no ano de 2008, dos 189.862 estabelecimentos rurais existentes em Santa Catarina, aproximadamente 95 mil propriedades estiveram envolvidas na produção e comercialização de leite em todo o estado (FETAESC, 2008).

Os dados mostram que a produção de leite hoje em dia exerce um papel social e econômico de extrema importância no setor agrário catarinense, sobretudo na região Oeste, onde está localizada a maior concentração de produtores rurais do estado e a maior bacia leiteira de Santa Catarina (Mapa 5).

Mapa 5



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do ICEPA 2008.

O grande número de produtores trabalhando com a produção de leite em Santa Catarina, especialmente na região Oeste, demonstra um ambiente favorável que possibilitou um grande dinamismo industrial no setor de laticínios, principalmente nos últimos anos. A grande oferta de matéria-prima à disposição das indústrias gera vantagens comparativas para o setor em Santa Catarina, se comparado a outros estados do país, pois garante o pressuposto básico para industrialização do leite, a produção da matéria-prima com capacidade real de expansão.

Outra característica importante verificada na região Oeste é que, a partir da década de 1990, o setor leiteiro vem sofrendo uma expansão vertical, impulsionada pelo aumento da renda e investimentos em produção nas propriedades onde a atividade já está implantada. É uma expansão horizontal gerada pelo crescimento que ocorre por meio da incorporação de novos estabelecimentos voltados à produção com fins comerciais (MELLO, FERRARI, 2003, p. 21).

Como demonstrado anteriormente, os produtores que fornecem matéria-prima para empresas privadas e cooperativas recebem por volume entregue para a unidade industrial. Com a implantação da normativa 51⁵², o esperado é que a realidade mude e as indústrias comecem a pagar pela qualidade do leite recebido e não somente pelo volume entregue. Durante saídas de campo realizadas em 2007 e 2008 para a região Oeste, foi possível verificar *in loco* que a grande maioria das indústrias ainda paga por volume de leite entregue, alegando que, em períodos de alta procura⁵³ do produto, a indústria não tem como pagar por qualidade.

Na visão do industrial, o pagamento por qualidade só vai ser possível no estado com altos investimentos nas propriedades rurais e na logística de captação do leite. Os investimentos não significam somente um processo de implantação de equipamentos nas propriedades, e sim uma mudança envolvendo questões sanitárias no manuseio da matéria-prima, que somente se tornará realidade com fortes investimentos em cursos de capacitação dos trabalhadores rurais. Segundo o setor da indústria, essa é a mudança mais difícil de ser implantada, por encontrar uma forte resistência cultural entre os

⁵² A implantação da normativa obriga os produtores a investirem em suas propriedades, pois a busca pela chamada qualidade do leite acarreta numa série de mudanças no padrão de produção.

⁵³ A alta procura do produto a que as empresas se referem está relacionada aos períodos de estiagem que ocorrem durante o inverno na região. A escassez da matéria-prima pode ser agravada por períodos prolongados de secas fora do período de inverno, como o ocorrido no primeiro semestre de 2009. Outro fator que interfere na grande procura da matéria-prima são as crises mundiais de abastecimento de leite, como a que ocorreu em 2007.

produtores, que não aceitam mudar o jeito tradicional utilizado na produção há várias gerações.

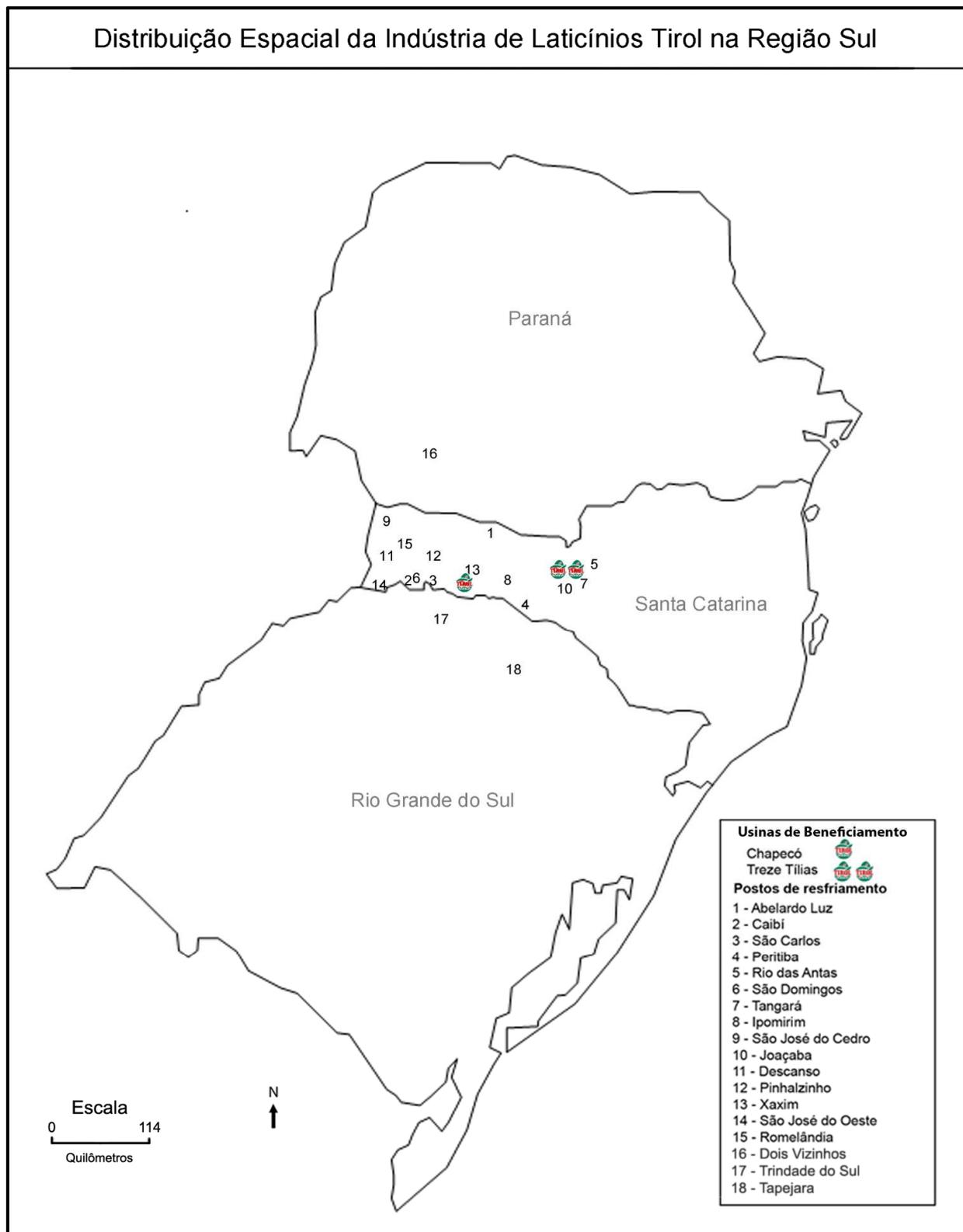
Devido aos altos custos referentes à logística, as empresas usam como estratégia a terceirização da captação do leite nas propriedades. A captação acontece da seguinte forma: os caminhões-tanque buscam o leite nas propriedades; lá fazem a primeira análise da qualidade do leite que, depois, é repetida na indústria. Mesmo avaliando o leite em dois momentos, a indústria paga aos produtores pelo volume recebido. Essa coleta é realizada dividindo as propriedades pelo volume de captação. As propriedades que têm resfriadores levam vantagem, pois podem conservar o leite por mais tempo, o que permite entregar um maior volume aos caminhões. Os produtores de menor escala são os que acabam sendo submetidos a atravessadores, que buscam esse tipo de leite para revenderem às indústrias, ganhando uma margem de lucro maior.

As empresas e cooperativas utilizam como estratégia para aquisição da matéria-prima dos produtores mais distantes a instalação de postos de resfriamento próprios, permitindo dessa forma, aumentar a capacidade espacial de aquisição desse material. Exemplos são a Laticínio Tirol (Mapa 6), que tem quinze unidades de resfriamento de leite em Santa Catarina, duas no Rio Grande do Sul e uma no Paraná; outro é o da cooperativa central Aurora (Mapa 7), com oito postos de resfriamento em Santa Catarina.

As indústrias têm, atualmente, no processo de negociação com os produtores na aquisição da matéria-prima, o momento de maior concorrência entre eles. Esse fator ocorre porque, nessa ocasião, a concorrência não é somente entre as empresas que possuem unidades industriais no estado, e sim com empresas de fora do estado, sobretudo do Rio Grande do Sul e Paraná. As empresas gaúchas e paranaenses adotam como prática pagar para os produtores de Santa Catarina preços melhores que os pagos aos produtores em seus estados de origem. Essa atitude é possível devido a uma vantagem que as indústrias dos estados vizinhos têm em relação às empresas catarinenses, pois em ambos os casos (Paraná e Rio Grande do Sul), o governo estadual dá incentivos fiscais⁵⁴ para a indústria de laticínios, o que não ocorre em Santa Catarina.

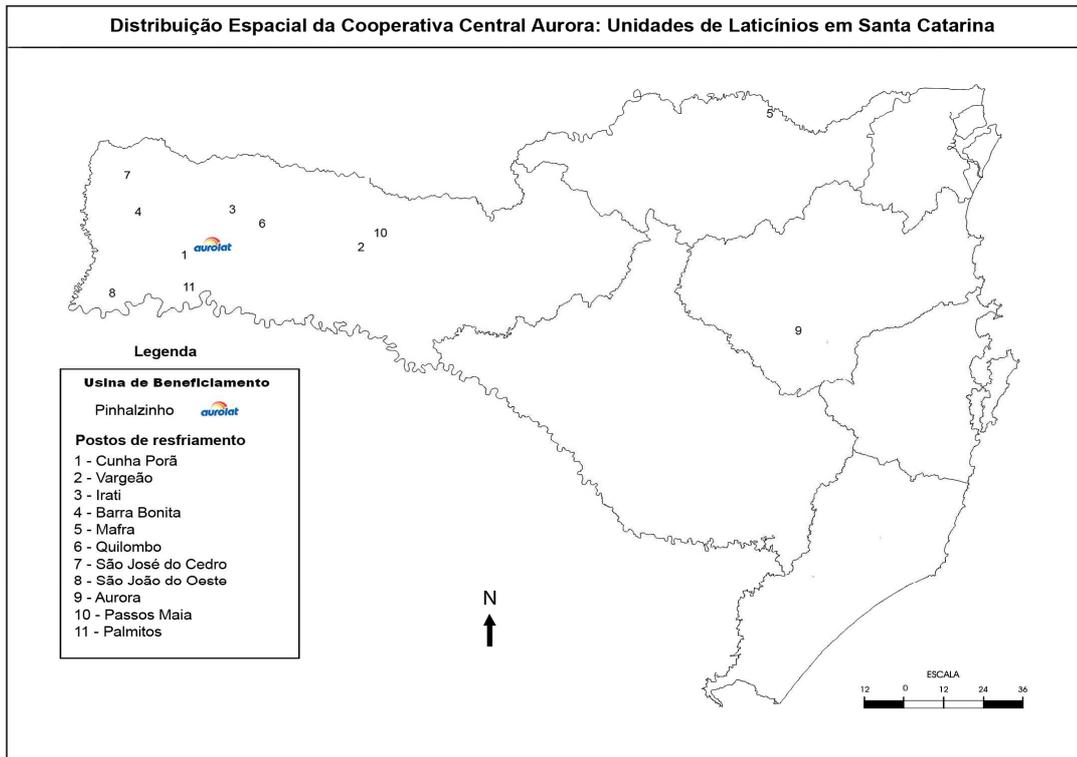
⁵⁴ Isenção do ICMS para o setor de laticínios.

Mapa 6



Fonte: Elaborado pelo autor.

Mapa 7



4.3 O processo de inovação tecnológica no desenvolvimento da indústria de laticínios do Oeste catarinense

A primeira grande mudança que exigiu alterações nos padrões de produção industrial no setor em território catarinense ocorreu durante a década de 1970 por intermédio do estado, com a implantação da lei de obrigatoriedade da inspeção sanitária do governo federal. Essa lei, como aludido, obrigou todas as empresas a saírem de um sistema de produção que, em muitas situações, era quase artesanal, pois a maioria delas operava de forma muito rudimentar com equipamentos considerados obsoletos.

Em 1971, das 27 empresas que atuavam no estado, apenas onze possuíam algum tipo de pasteurizador; por outro lado, dezesseis estabelecimentos produziam sem nenhum tipo de maquinário especializado. As empresas possuíam plantas industriais inadequadas, sem revestimento cerâmico e forro; produziam em ambientes extremamente propícios à proliferação de fungos e bactérias nocivos a produtos lácteos (COLI, 1992). Os grupos empresariais há mais tempo atuando no mercado não foram os responsáveis em liderar a implantação de novos processos tecnológicos no setor, ficando, dessa maneira, sucateados e vulneráveis ao surgimento de novos grupos com tecnologias mais modernas.

Os recursos comprometidos na velha técnica devem ser sucateados e seu valor, como sucata, pode ser muito pequeno, comparativamente ao custo do capital destinado a substituí-los [...] O planejamento pode reduzir o alcance dos sucateamentos precoces, mas, em vista da grande margem de imprevisibilidade do desenvolvimento da técnica, não é possível suprimi-lo. (RANGEL, 2005, p. 265).

A introdução de toda e qualquer inovação tecnológica leva a um processo de transformação industrial que propiciará a destruição de uma estrutura ultrapassada em virtude do surgimento de uma nova (SCHUMPETER, 1984). As empresas que não promoveram inovações diante da nova conjuntura foram “fadadas” a abandonar a atividade. Entre as tradicionais indústrias líderes no mercado catarinense no setor de laticínios que atuavam na fachada litorânea e região do Vale do Itajaí, um exemplo de empresa que inovou e, conseqüentemente, sobreviveu às mudanças impostas pelo mercado e continua atuando até hoje é a Chocoleite no município de Jaraguá do Sul. A

empresa hoje em dia denominada Chocoleite é a antiga Gunz Alimentos, que está no ramo de laticínios desde 1913; o produto denominado Chocoleite é atualmente o carro-chefe da empresa. Esse produto foi desenvolvido por ela na década de 1960, proporcionando uma inovação que gerou um diferencial tecnológico para a indústria durante aquele período de mudança nos padrões de produção. A introdução do Chocoleite permitiu que ela continuasse a produzir um grande volume de leite por meio das máquinas de envase em garrafas de vidro, principal forma de venda do leite até a década de 1970. A introdução dessa nova linha de produto permitiu a ela continuar utilizando uma tecnologia sucateada no que diz respeito ao processo de envase do leite que estava sendo substituído pelas máquinas de envase em saquinho.

As empresas nascidas na década de 1970 já possuíam uma tecnologia mais avançada, surgiam com instalações adequadas e, com equipamentos mais modernos, não precisavam fazer grandes investimentos para se adequarem às novas regras impostas pelo governo. Essas empresas levavam vantagens comparativas perante as mais antigas. Estas não tinham uma estratégia empresarial que as permitissem enfrentar o processo de inovação tecnológica imposto pelo mercado. Sendo assim, essa situação levou as empresas com tecnologia atrasada a serem substituídas no mercado pelas concorrentes mais modernas. Concorrência que aconteceu pela implantação de novas indústrias no Oeste do estado e por departamentos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) como o da Gunz⁵⁵ Alimentos que desenvolveu um novo produto.

O período da década de 1980 no estado é marcado pela consolidação e dominação do setor por duas empresas de laticínios que surgiram durante a década de 1970 – o laticínios Tirol e a C.C.C.L. Essa fase destaca o setor pela formação de oligopólios competitivos, cuja principal característica é a concentração de produção sem eliminar a produção marginal; a guerra se dá pelos preços, pois a diferenciação dos produtos é limitada. No caso do setor de laticínios, a formação de oligopólio era a única forma de ampliação industrial, pois, como demonstrado no Capítulo 3, o governo federal controlava os preços nesse campo.

4.3.1 A década de 1990 e as inovações diante da liberação dos preços e da abertura de mercado

⁵⁵ O desenvolvimento da bebida, que deriva da mistura de chocolate e leite (Chocoleite), permitiu que a Gunz continuasse utilizando a tecnologia de envasamento de leite em garrafas de vidro, principal forma de comercialização do leite até a introdução das embalagens descartáveis.

A década de 1990 foi marcada por profundas alterações no mercado de laticínios nacionalmente em consequência à liberação dos preços que estavam sendo controlados pelo governo federal desde 1945 e pela política de abertura econômica e cambial adotada na década de 1990. Esse período é caracterizado no setor de laticínios pela forte concorrência gerada pela entrada no mercado catarinense de empresas multinacionais como Parmalat (Itália), Nestlé (Suíça), La Sereníssima (Argentina), Sancor (Argentina) e Conaprole (Uruguai). Estas passaram a concorrer em território catarinense, atuando na comercialização (todas elas), na aquisição de matéria-prima (Parmalat, Nestlé e Conaprole) e na produção (Parmalat⁵⁶ e Conaprole⁵⁷). Das duas maiores empresas que atuavam no setor de laticínios no estado, no início da década de 1990, apenas a laticínios Tirol resistiu a esse período.

Para que se tenha idéia do quanto foi violento o processo de inserção das empresas multinacionais no Brasil com a política da abertura econômica dos anos 1990, basta observar o exemplo da Parmalat, que começou a atuar no país com empresa própria em 1977, no estado de Minas Gerais:

Só a partir de 1989 a Parmalat começou sua política maciça de aquisições, 11 anos após a sua instalação de forma oficial no país, sendo que no período de 1989 e 1999 o grupo empresarial Parmalat promoveu a aquisição de 22 empresas no país (CARVALHO, 2000, p. 9).

Entre as empresas que atuavam no estado de Santa Catarina, nenhuma delas foi adquirida por empresas estrangeiras; a única grande mudança ocorrida já foi mencionada – a aquisição da unidade da C.C.C.L. no município de Concórdia pelo grupo Agromilk em associação com a Batavia.

O período que vai até meados da década de 90 do século XX é marcado pela consolidação da laticínios Tirol como a maior empresa atuando na cadeia produtiva de leite no estado e pelo surgimento de novas empresas no setor como a CBL. Os grandes investimentos das empresas dessa esfera no Sul do Brasil durante esse período estão voltados para os estados do Rio Grande do Sul e Paraná⁵⁸.

⁵⁶ A Parmalat atuava na produção no estado por intermédio da parceria com a Batavia em Concórdia e também atuava terceirizando produção de UHT em outras unidades industriais.

⁵⁷ Conaprole atuava terceirizando produção de UHT.

⁵⁸ Nesse período, o Rio Grande do Sul era o segundo maior produtor do país e o Paraná, o quarto.

A grande transformação ocorrida nos padrões de produção relativamente e ao setor de laticínios na década de 1990 foi a introdução da embalagem longa vida fornecida pela empresa Tetra Pak⁵⁹ (Suécia) que passou a adotar como estratégia de crescimento, expandir sua atuação mundialmente a partir da década de 1990. Esse tipo de embalagem permitiu que as empresas de laticínios atuassem de forma menos regionalizada, possibilitando assim um maior dinamismo espacial na comercialização do principal produto comercializado por elas – o leite fluido.

Em Santa Catarina, as pioneiras em adotar a tecnologia do leite longa vida em embalagens UHT na década de 1990 foram as laticínios Tirol, Batavia e Lactoplasa. Esse tipo de embalagem passou a dominar o mercado de leite fluido no Brasil que, até então, era dominado pelas embalagens do tipo barriga mole, de tecnologia vulgarizada, e que só conseguia atender aos mercados regionais, devido ao curto tempo de validade para o produto nesse tipo de embalagem. A única vantagem do leite em saquinho em relação ao longa vida é o baixo custo de produção, por se tratar de uma embalagem de preço mais baixo e de fácil aquisição.

A embalagem longa vida, além de permitir às empresas a ampliação de seu mercado, possibilitou uma maior praticidade para o consumidor que não precisa mais comprar leite com tanta frequência em vendas, mercearias ou padarias. O leite envasado em embalagem longa vida permitiu introduzir uma mudança de hábito no consumidor, que passou a adquirir o leite nas compras mensais. Assim sendo, acompanhou uma mudança de hábito introduzida na população brasileira durante a década de 1990, ou seja, fazer compras nas grandes redes de supermercados espalhadas pelo país.

As empresas nacionais promoveram essa mudança de hábito da população, investindo fortemente em seus departamentos de propaganda. A grande pioneira na divulgação do leite longa vida UHT no Brasil foi a Parmalat que entre os anos de 1996 e 1998 gastou cerca de 40 milhões de dólares em propaganda no país, sendo a líder desse tipo de investimentos entre as empresas do setor de laticínios (CARVALHO, 2000 p. 10). A estratégia adotada pela Parmalat para atuar em Santa Catarina foi pela terceirização de parte da sua produção em empresas que adquiriram a máquina de envasamento da Tetra Pak no Estado (Tirol, Batavia e Lactoplasa).

⁵⁹ A empresa Tetra Pak foi fundada na Suécia em 1951, por Ruben Rausing, para produção de embalagens cartonadas; a embalagem longa vida foi criada pelo grupo em 1961.

A introdução das embalagens longa vida teve como principal desvantagem o monopólio de mercado da empresa Tetra Pak, tornando o custo de produção muito elevado, devido ao alto valor da embalagem, o que torna inviável a produção desse tipo de produto para empresas com baixo volume de produção, pois a margem de lucro do longa vida é muito baixa. Segundo relato coletado em saída de campo na Cooperoste, no final de 2007, o valor de um rolo de embalagens para a cooperativa era o equivalente ao preço de um carro popular, cerca de 25 mil reais, totalizando aproximadamente 50% do valor final do produto por unidade nesse período (Figura 2).

Figura 2 Estoque de embalagem longa vida na Cooperoste.



Fonte: Foto tirada pelo autor em visita à Cooperoste em 08/08/2007.

Além da introdução do leite longa vida na década de 1990, o setor é marcado pela busca por inovações pela diversificação no *mix* de produtos e pela especialização das empresas. A busca por diversificação passa a ocorrer mediante investimentos em inovações no segmento de iogurtes, bebidas lácteas, doce de leite e queijos. Essa mudança na linha de produtos ocorre no caso de Santa Catarina na busca de alternativas de produção, que substituam o mercado perdido pelo leite barriga mole, até então

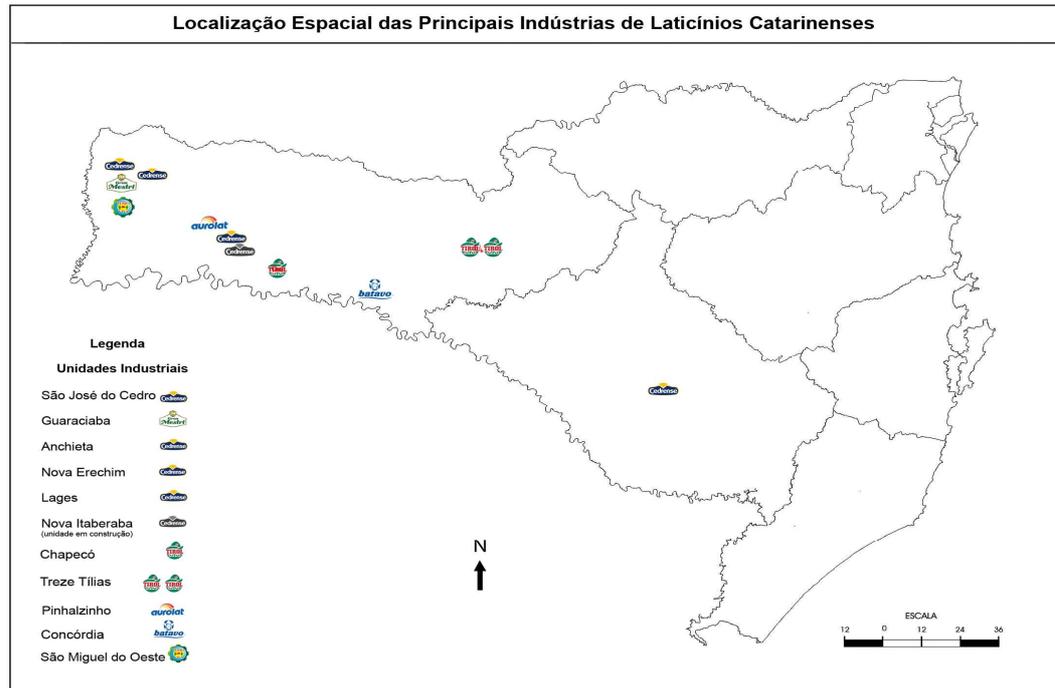
principal destino do leite nas empresas catarinenses. As principais empresas da cadeia produtiva do leite no estado reagem a essas mudanças da seguinte forma: a Tirol diversifica seu *mix* de produtos desenvolvendo o segmento de bebida láctea, iogurtes, doce de leite, novos tipos de queijo (requeijão, queijo minas e provolone); a Batavia torna a unidade em território catarinense especialista em produção de longa vida, creme de leite e doce de leite, deixando a linha de iogurtes, bebida láctea, creme de leite para a unidade no Paraná; a CBL já surge nesse período como empresa especializada na produção de queijos (prato, mussarela, provolone, requeijão, ricota e minas).

4.3.2 A conjuntura pós anos 1990 na indústria de laticínios do Oeste catarinense

Depois de o Oeste catarinense se consolidar como principal bacia leiteira de Santa Catarina, no decorrer da década de 1980, e ter superado a forte concorrência imposta no setor pela abertura econômica dos anos 1990 responsável por colocar as empresas para competir nacionalmente com grupos de capital estrangeiro, mais avançadas tecnologicamente, uma nova realidade surge no estado. Os grupos empresariais da região Oeste que resistiram a todo esse cenário de mudanças ocorrido nas décadas de 1980 e 1990, na conjuntura atual, são responsáveis por uma série de alterações estratégicas que têm ocorrido no setor na busca pelas empresas de ganharem mercado, gerando, dessa forma, uma nova dinâmica no setor em nível nacional e local.

Como resultado das modificações ocorridas nas últimas décadas perante as principais indústrias de laticínios estabelecidas no país e em Santa Catarina, Batavia (Perdigão), Aurolat (Aurora), Tirol, Cooperoste (MST) e CBL (Cedrense e Gran Mestri), é possível ser observada a seguinte distribuição espacial das plantas industriais dessas empresas em território catarinense (Mapa 8).

Mapa 8



Uma característica comum entre os grupos que lideram a industrialização no setor de laticínios presentemente no estado está no fato de todas as empresas adotarem como estratégia a especialização em determinados tipos de produtos; por exemplo, a Cooperoeste adotou como prioridade da cooperativa a produção de leite longa vida que, em 2007, era produzido por três linhas de produção de UHT que, juntas, produziam em média 330 mil litros de leite/dia, capacidade esta que deve ser dobrada com a implantação e inauguração de mais três linhas de produção até final de 2008 (Figura 3). Os motivos que levam a Cooperoeste a aumentar o volume de produção estão relacionados com a estratégia que visa diminuir os custos unitários de produção e industrialização do leite.

Figura 3 À esquerda novas linhas de produção e à direita antigas linhas.



Fonte: Fotos tiradas pelo autor em saída de campo realizada no segundo semestre de 2008.

Esse tipo de estratégia tomada pela Cooperoeste é característico do que Alfred Chandler (1989) chama de o modelo da moderna empresa industrial americana cujo objetivo é promover, além da especialização, o desenvolvimento de mais de uma função produtiva, aproveitando a estrutura produtiva (logística, plantas produtivas, jurídico, gerência, vendas, etc.) montada pela empresa (CHANDLER, 1998, p. 305). Além de trabalhar com a produção e industrialização de leite em duas unidades, uma em São Miguel do Oeste e outra em Abelardo Luz (leite em saquinho e queijo), a Cooperoeste

também produz e industrializa frango e conservas, sendo a unidade de abate e processamento de frango a Cooper União (Anexo 1), no município de Dionísio Cerqueira, e as unidades de produção de conservas, uma situada em São Miguel do Oeste e outra em São José de Cedro.

Figura 4 Linha de produtos da Cooperoeste.



Fonte: Elaborado pelo autor com imagens retiradas do site da Cooperoeste

A Cooperoeste pode ser caracterizada com o que Chandler (1998) denomina de economias de escala e escopo. Escala por causa da produção do UHT e escopo por utilizar a mesma estrutura da produção do UHT para produção de outros produtos, como bebida láctea, creme de leite e queijos⁶⁰. Segundo Chandler,

[...] obtêm-se economia de escala quando o maior volume de um só produto ou serviço num só complexo de instalações reduz o custo unitário da produção e distribuição.

Obtêm-se economias de produção ou distribuição conjunta quando se utiliza um só complexo de instalação para produzir mais de um produto ou serviço.

⁶⁰ Além desses produtos mencionados, a cooperativa lançará em 2009 o creme de leite e o achocolatado em embalagens longa vida (MILKPONTE, 2009).

Para referir-me às economias de produção conjunta ou distribuição conjunta, utilizando uma expressão que é vez mais difundida: economias de escopo. (CHANDLER, 1998, p. 308).

A especialização das empresas em um determinado produto é o fator responsável por estabelecer o carro-chefe da empresa, não eliminando outras linhas de produtos. Observe-se o exemplo da Tirol que tem no envasamento de cerca de seiscentos mil litros de leite longa vida por dia o seu principal produto em volume de produção. Apesar disso, a empresa possui um *mix* de produtos extenso que vai desde a produção de queijos finos (parmesão e gouda), queijos (minas, mussarela, prato, requeijão, provolone), iogurtes, bebidas lácteas, doce de leite, achocolatado, manteiga, creme de leite e produção do leite barriga mole. Sem contar, ainda, que a empresa foi a pioneira na instalação de uma unidade para produção do leite em pó no estado em 2005, no município de Treze Tílias (Figura 5).

Figura 5 Primeira usina de beneficiamento para leite em pó catarinense



Fonte: Foto fornecida pela empresa via e-mail em 2008

Outro exemplo de especialização em Santa Catarina é a CBL, empresa especializada na produção de queijos, possuindo hoje na sua linha de produtos queijos finos, como o tipo cunha, gorgonzola, cáccio cavalo, gouda, pecorino e grana. Entre os queijos produzidos pela CBL, pode-se dar destaque para dois deles, o Gran Mestri (grana), com maturação de até trinta meses e o pecorino, da Cedrense, feito com leite de ovelha. O Gran Mestri é fruto de uma *Joint Venture* que originou a Gran Padania do Brasil, empresa vinculada à CBL com uma unidade de produção própria no município de Guaraciaba toda elaborada e desenvolvida com tecnologia italiana, pela contratação de queijeiros especializados na produção do queijo tipo grana, vindos do norte da Itália, região de origem desse tipo de queijo reconhecido internacionalmente.

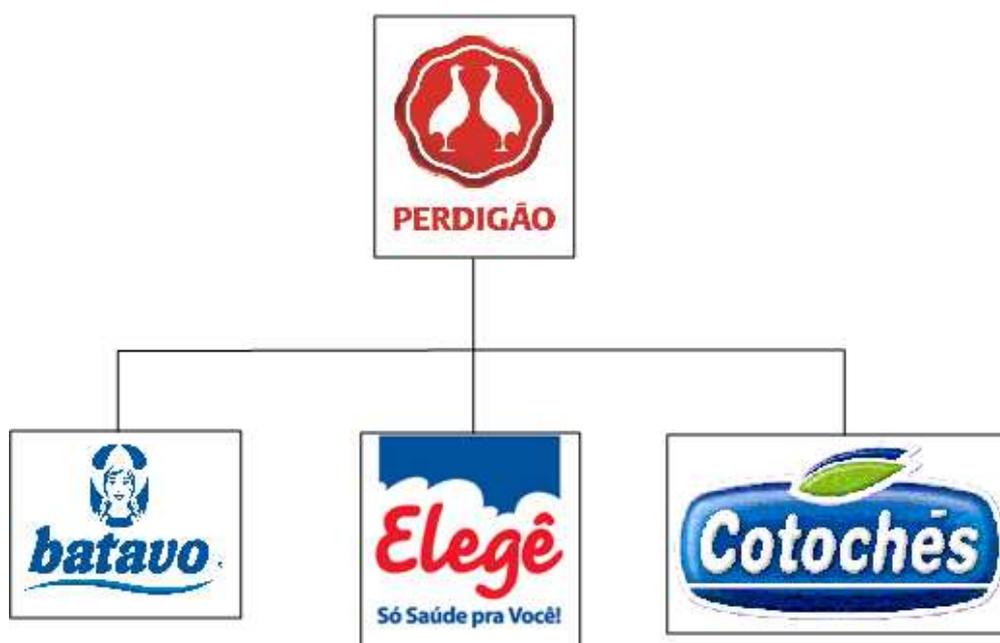
Assim como a Tirol, a CBL é outro exemplo de empresa que, apesar de ter se especializado na produção de queijos, passou a atuar em outras linhas de produtos lácteos como creme de leite, achocolatado, manteiga, leite longa vida, doce de leite, bebidas lácteas, iogurte e leite em pó. A CBL está construída no município de Nova Itabera, uma nova unidade produtiva que conta com a instalação de uma torre de secagem importada da Dinamarca. Atualmente, existe tecnologia a mais moderna no mundo para produção de leite em pó. Quando essa nova unidade entrar em funcionamento, a CBL deverá ter na produção de leite em pó seu principal produto.

Além de as empresas utilizarem como estratégias a inovação em produtos, expansão da capacidade industrial (construção de novas unidades) e especialização em produtos, elas também têm diversificado suas estratégias de atuação no mercado, por meio de fusões e aquisições. Como já demonstrado no Capítulo 3, uma empresa que entrou no setor de laticínios em Santa Catarina devido a esse tipo de estratégia foi a Batavia pela associação feita com a Agromilk, em 1996. A política de incorporação de novas unidades como estratégia permite às empresas manter uma taxa de retorno dos investimentos em longo prazo, reduzindo custos globais de produção e distribuição (CHANDLER, 1998, p. 307).

A grande mudança nesse sentido em Santa Catarina ocorreu em 2000, com a aquisição pelo grupo Perdigão de 51% do controle da Batavia S.A. Em 2007, depois de sete anos atuando no setor de laticínios, o grupo Perdigão assumiu como política de expansão da empresa a atuação no setor de laticínios. A partir daí, comprou os outros 49% da Batavia S.A.; em 2008, adquiriu 100% das ações da Eleva (antiga Avipal), proprietária da marca Elegê, líder no mercado nacional de UHT e responsável por 51%

do faturamento da Eleva. Também em 2008, promoveu a aquisição da empresa mineira Cotochês. Com essas aquisições, o grupo Perdigão adquiriu a segunda posição no setor de laticínios no país e está próximo de assumir o primeiro lugar do setor, que hoje é da Nestlé. A política⁶¹ estratégica usada pela Perdigão é de comprar empresas com boa aceitação e tradição nas principais bacias leiteiras do país (MG, RS, GO, PR, SC e SP)⁶², garantido dessa forma mercado na aquisição de matéria-prima. Por outro lado, na comercialização de produtos, a empresa passou a utilizar as suas mais de duzentas centrais de representação e distribuição espalhadas hoje pelo país. Para se ter uma idéia, a Elegê, maior empresa do país em UHT, antes de fazer parte do grupo Perdigão, possuía cerca de oitenta centrais de representação e distribuição (Figura 6).

Figura 6 Aquisições do grupo Perdigão no setor de laticínios.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em 2004, uma outra grande agroindústria do setor de alimentos, a cooperativa central Aurora, passou a operar na industrialização de laticínios, após estar atuando na

⁶¹ Informações fornecidas em conversa com Luiz Zanatta gerente de compras da Elegê em Santa Catarina, na Mercolactea Milk Fair em 2008, na cidade de Chapecó.

⁶² Batavia unidades em SC e PR; Elegê (Eleva) unidades no RS, SP, GO e Argentina; Cotochês unidades em MG.

produção há cerca de vinte anos. A estratégia⁶³ adotada pela Aurora foi a de primeiramente terceirizar a produção por meio de uma nova marca no setor de lácteos, a Aurolat. A linha de produtos lácteos da Aurora foi desenvolvida para lançar no mercado produtos que possam ser distribuídos, usando a atual estrutura logística da cooperativa que é empregada para distribuição da linha de carnes. Após dois anos atuando na industrialização de queijos, leite UHT e bebidas lácteas, por meio de terceirização, a cooperativa decidiu transformar uma fábrica de sucos (Figura 7) desativada em unidade de produção de laticínios no município de Pinhalzinho. Com a construção da nova unidade, que começou em 2006, a cooperativa pretende estender sua linha de produtos para a produção de leite em pó.

Figura 7 Unidade de produção de sucos da Aurora sendo transformada planta para produção de laticínios



Fonte: Foto tirada pelo autor em agosto de 2007 durante saída de campo.

Um fator importante a ser destacado é que indústrias formadas em diferentes épocas acabam resultando de diferenças na tecnologia de produção e distribuição de

⁶³ Informações cedidas em entrevista feita na sede da Aurora em agosto de 2007, na cidade de Chapecó, com o gerente geral da Aurolat, Nereu F. Selli.

diferenças no tamanho e na localização dos mercados (CHANDLER, 1998). Como é possível verificar, as empresas e cooperativas envolvidas no setor de laticínios no Oeste do estado têm adotado, principalmente nos últimos anos, uma forte política de inovação tecnológica, que perpassa por todos os segmentos de forma diferenciada, fruto dos diferentes períodos de formação industrial de cada empresa. Caracterizando, assim, a utilização de estratégias diferenciadas mediante economias de escala e de escopo que são frutos da formação socioespacial de cada empresa e cooperativa.

4.4 Considerações Finais

No terceiro capítulo, buscou-se uma compreensão da atual dinâmica produtiva que envolve o setor, permitindo, dessa forma, a verificação dos principais desafios enfrentados pelos grupos que têm investido neste segmento produtivo em Santa Catarina, as principais estratégias adotadas pelas empresas para o crescimento e manutenção do setor no estado. Nesse sentido, este trabalho demonstra, num primeiro momento, a grande complexidade que envolve a aquisição da matéria-prima e as principais estratégias adotadas pelas empresas para vencer tal desafio. Num segundo momento, a pesquisa demonstra os vários desafios enfrentados pelos grupos empresariais na busca constante por estratégias que visam mantê-los atuando perante um mercado altamente competitivo e dinâmico. Dessa forma, permitiu uma caracterização de extrema agressividade das empresas estabelecidas no estado diante das atuais mudanças impostas pelo mercado para os grupos catarinenses.

5 OS NOVOS INVESTIMENTOS NA CADEIA PRODUTIVA DE LATICÍNIOS NA REGIÃO SUL DO BRASIL

5.1 Os investimentos direcionados à construção de novas plantas produtivas na região Sul do Brasil

A região Sul do Brasil tem recebido nos últimos anos os maiores investimentos destinados ao setor de laticínios no país. Tais aportes financeiros tiveram, como principais investidores, empresas e cooperativas com origem na região, incentivadas com o apoio do estado em suas diversas escalas (Federal, Estadual e Municipal). Além das iniciativas locais, a região tem recebido investimentos de empresas de capital nacional oriundas de outros lugares do país e de empresas de capital estrangeiro (Nestlé, Sig Combibloc⁶⁴, Tetra Pak e Conaprole), que atuam no setor de alimentos no Brasil. Assim como as empresas de capital local, as empresas que não são da região têm obtido incentivos do governo, principalmente no Rio Grande do Sul, para se instalarem no local. Entre os principais investimentos feitos por empresas com origem distinta da região Sul do Brasil, o estado gaúcho é quem tem recebido os principais recursos (Nestlé, Embaré, Conaprole).

Entre os anos de 2005 e 2007, as maiores taxas de crescimento na produção destinada à industrialização de leite no Brasil, comparando os principais estados produtores, encontram-se localizadas nos três estados do Sul do Brasil: Santa Catarina, 30,8%; Rio Grande do Sul, 25,4% e Paraná, 7,1%; seguidos por Minas Gerais, 7%; Goiás, 6,3% e São Paulo, 2,8%; enquanto a média nacional foi de 9,7% (ICEPA, 2008). O Rio Grande do Sul e Santa Catarina são os estados que mais têm recebido novos investimentos, seguidos pelo Paraná e Minas Gerais, justificando, dessa forma, as respectivas taxas de crescimento.

Trechos da reportagem do Jornal Razão/RS de 17 de novembro de 2008, retirados do site da Milkpoint, apresentam as razões pelas quais os investimentos no Sul têm como destaque o estado gaúcho:

⁶⁴ A SIG foi fundada em 1853 como Swiss Industrial Company, empresa fabricante de vagões e locomotivas com sede localizada em Neuhausen am Rheinfall, na Suíça. Hoje a Sig é a segunda fornecedora mundial de embalagens cartonadas e sistemas de envase asséptico para bebidas e alimentos, encontrando-se atrás apenas da Tetra Pak.

As favoráveis condições climáticas, de pastagens e alternativas logísticas colocam o Rio Grande do Sul ao lado dos mercados mais competitivos no mundo [...] Diferente do consumo mundial atualmente maior do que a oferta, o Rio Grande do Sul já produz acima da necessidade e abre espaço à exportação [...] Apenas cinco países, além do Brasil, possuem potencial para aumentar a produção sem prejudicar o mercado interno: Estados Unidos, França, Alemanha, Índia e Nova Zelândia [...] O Rio Grande do Sul, junto com as regiões oeste catarinense e paranaense, possui, segundo o presidente da CCGL, o melhor potencial logístico e de produção do mundo. Em segundo lugar estão o Uruguai e Argentina (MILKPOINT, 2008).

Apesar do fator natural que favorece a região para produção de leite como demonstra a reportagem, com o intuito de se compreender tais mudanças, devem ser levados em consideração outros fatores como, por exemplo, as relações culturais (colonização européia), sociais (grande número de pequenos produtores), econômicos (capitalismo extremamente desenvolvido) e espaciais, que fazem dessa região umas das principais terras produtoras de alimento no mundo. Tais relações têm provocado profundas transformações na cadeia produtiva de laticínios do Brasil e do mundo. Essas mudanças ocorreram a partir de uma nova dinâmica gerada pelo processo de forte industrialização que vem acontecendo nessa região, incentivando, desse modo, o aumento da produção numa das principais bacias leiteiras do mundo. Isso se for levado em consideração que as três principais bacias localizadas nos estados do Sul do Brasil fisicamente formam uma única bacia que, juntas, produziram cerca de 7 bilhões de litros de leite em 2006 (ICEPA, 2008).

Os principais grupos empresariais que estão investindo em novas plantas produtivas direcionadas ao setor de laticínios no Sul do Brasil são: no Rio Grande do Sul, Italac; em Passo Fundo, CCGL (Cooperativa Central Gaúcha Ltda.); em Cruz Alta, Nestlé; em Palmeira das Missões, Bom Gosto; em Tapejara, Embaré; em Sarandi, Cosulati; em Capão do Leão, Perdigão; em Três de Maio, Cosuel; em Arroio do Meio, Relat; em Estação e Conaprole com local ainda não definido. Já em Santa Catarina são estas as principais empresas: Tirol, em Treze Tílias; Aurora, em Pinhalzinho e Cedrense, em Nova Itaberaba. No estado do Paraná encontra-se a Castrolanda, em Castro; Confepar, em Pato Branco e a primeira fábrica de embalagens da Sig Combibloc no Brasil, em local a ser definido ainda. Uma característica comum na maioria desses novos projetos direcionados diretamente ao processamento de leite são os investimentos

voltados para a construção de plantas produtivas com torres de secagem, para produção de leite em pó⁶⁵, o que demonstra que as empresas estão preparando-se para atender além do mercado interno ao mercado externo (Tabela 11).

Tabela 11 Principais investimentos no setor de laticínios na região Sul do Brasil no início do século XXI.

Empresa	Investimento/ R\$	Capacidade	Principal produto	Localização
Perdigão	65 milhões	600 mil/l/dia	Leite em pó	Três de Maio/RS
Aurora	160 milhões	2 milhões/l/dia	Leite em pó e UHT	Pinhalzinho/SC
Cedrense	5 milhões	1 mil/kl/dia	Queijo tipo Grana	Guaraciaba/SC
	120 milhões	1,6 milhões/l/dia	Leite em pó	Nova Itaberaba/SC
Tirol		400 mil/l/dia	Leite em pó	Treze Tílias/SC
Cosuel	53 milhões	460 mil/l/dia	Leite em pó	Arroio do Meio/RS
Promilk	20 milhões	600 mil/l/dia	Leite em pó	Estrela/RS
Bom Gosto	56 milhões	600 mil/l/dia	Leite em pó	Tapejara/RS
Nestlé	120 milhões		Leite em pó e condensado	Palmeira das Missões/RS
CCGL	120 milhões	1 milhão/l/dia	Leite em pó	Cruz Alta/RS
Relat	30 milhões	1,2 milhões/l/dia	Pó do soro do leite	Estação/RS
Cosulati	50 milhões	600 mil/l/dia	Leite em pó	Capão do Leão/RS
Italac	62 milhões		Leite em pó	Passo Fundo/RS
Embaré	237 milhões	2 milhões/l/dia	Leite em pó, condensado e balas	Sarandi/RS
Castrolanda	95 milhões	1 milhão/l/dia	Leite em pó	Castro/PR
Confepar	38 milhões		Leite em pó	Pato Branco/PR
Sig Combibloc	250 milhões	2 bilhões embalagens/ano	Embalagens cartonadas	PR

Fonte: Elaborada pelo autor com dados retirados do site da Milkpoint.

A maior parte desses investimentos está em andamento ou só inaugurou uma etapa do projeto. Os investimentos de maior grandeza fazem parte de projetos que estão sendo executados em etapas, por se tratar de plantas industriais modernas, projetadas

⁶⁵ O leite em pó é o principal produto para exportação no mercado mundial de laticínios.

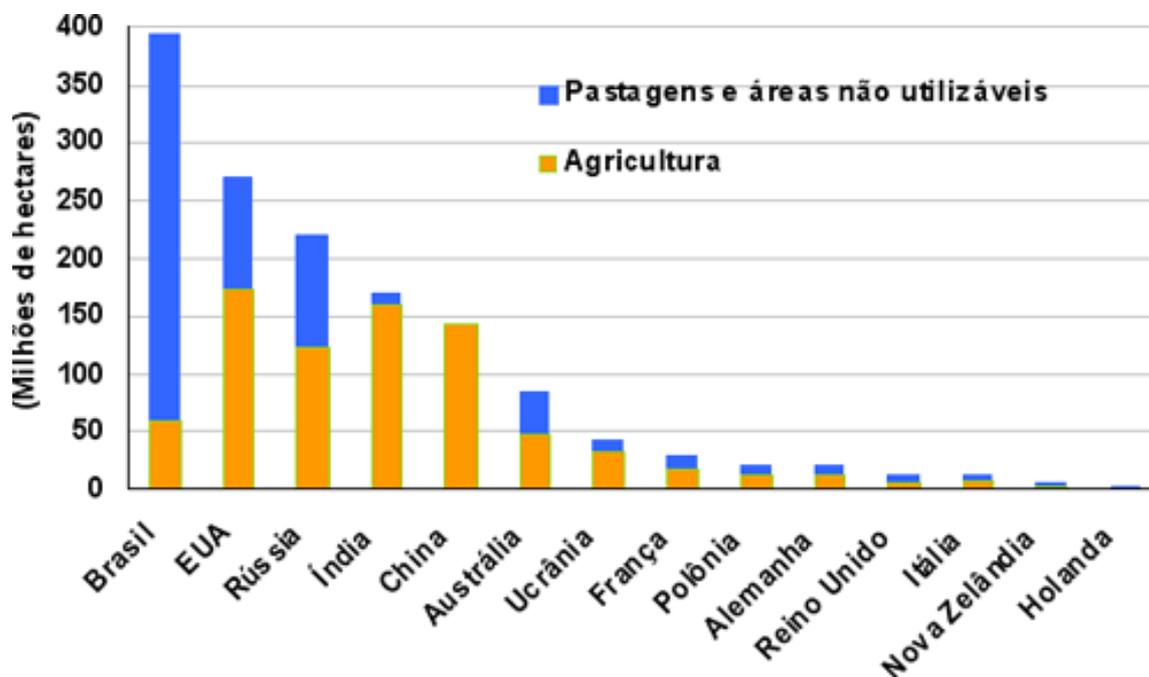
com a finalidade de aumentar sua capacidade, conforme o crescimento do setor nos próximos anos. Outra característica dessas plantas é a possibilidade de começar a produzir antes de ter concluído todo o projeto. Veja-se o exemplo do investimento da Aurora:

Os investimentos da primeira etapa representaram R\$ 80 milhões de reais, para recepção diária e processamento de 600 mil litros. Nessa fase, em razão da elevada automação empregada, foram gerados 330 empregos diretos e 1.000 indiretos [...] A receita bruta inicial da unidade de lácteos está projetada em R\$ 19,3 milhões de reais ao mês. A segunda fase entrará em operação no segundo semestre de 2009, quando serão investidos mais R\$ 80 milhões de reais para o sistema de produção de leite em pó (somente para secagem serão utilizados 650 mil litros/dia e 750 mil litros/dia de soro). Nessa fase, a recepção diária estará em 2 milhões de litros e o número de empregos em 370 diretos (MILKPOINT, 2008).

Contudo, os novos investimentos visam o mercado externo num momento de conjuntura favorável para o Brasil no setor de laticínios. Está ocorrendo uma crise mundial de abastecimento de leite cuja tendência é aumentar, impulsionada pelo crescimento populacional e de consumo per capita por habitantes, sobretudo nos países em desenvolvimento, como demonstra Carvalho (2007).

Nessa conjuntura mundial de crise gerada pelo aumento da demanda de leite, o Brasil é visto hoje como um dos principais agentes para uma possível superação da crise, por sua imensa capacidade de aumentar a produção de leite. O Brasil hoje em dia é o sexto produtor mundial de leite, ocupando, nos últimos anos, um papel de proeminência no setor, juntamente com a China e a Índia. Esses três países são os que mais têm se destacado entre os seis maiores produtores do mundo. Isso porque foram os que mais elevaram sua produção entre 2003 e 2007, sendo o aumento da China de 39,1%, do Brasil de 7,9% e da Índia de 7,2 %. Entre os maiores produtores mundiais, os Estados Unidos são o país cujo índice de produtividade é o maior, 9,38 toneladas/vaca/ano; a China ocupa o terceiro lugar com 4 toneladas/vaca/ano; o Brasil é o quinto com 1,7 toneladas/vaca/ano e a Índia, o sexto com 1,1 toneladas/vaca/ano (CARVALHO, 2007). Do mesmo modo, é importante ressaltar que, entre os maiores produtores mundiais, o Brasil é o que apresenta a maior área de pastagens não utilizadas, conforme pode ser visualizado no Gráfico 3.

Gráfico 3 Área agrícola, pastagens e áreas não utilizadas em países selecionados.



Fonte: Carvalho, 2007.

Tais dados são importantes para se considerar as vantagens comparativas do Brasil sobre os principais produtores de leite no mundo, devido à sua capacidade de expansão tanto em área de produção como em produtividade. Cabe ainda ressaltar que o Brasil figura entre os principais produtores de alimentos do mundo, tendo no seu território regiões como as do Sul e Sudeste que praticam uma agricultura e pecuária extremamente competitiva e capitalizada. Da mesma forma, em setores como o de carne e o de grãos, verifica-se o exemplo da capacidade de produção e dinamismo do agronegócio brasileiro.

Portanto, é possível afirmar que, entre os principais produtores mundiais, levando em consideração os motivos demonstrados aqui, o Brasil aparece como um dos principais países com reais possibilidades para fazer crescer sua produção e industrialização de leite, num mercado que tende cada vez mais a aumentar a demanda mundial pelo produto.

Diante de tal conjuntura, a região Sul do Brasil acaba figurando como o principal destino dos investimentos no Brasil para elevar a produção e a industrialização de produtos lácteos no país. Além dos projetos em andamento na região, existem dois novos projetos de investimentos para o Sul do Brasil que merecem destaque por serem

investimentos de empresas multinacionais envolvidas no setor de laticínios. Esses projetos são a construção de uma nova unidade da Tetra Pak⁶⁶ que ocorrerá a princípio no Rio Grande do Sul, pela excelente localização, que permite atender ao crescente mercado da região Sul do país, da Argentina e do Uruguai. O valor a ser investido é de R\$ 123 milhões e a nova unidade deve ficar pronta até 2013 (MILKPOINT, 2008). O outro exemplo é o anúncio da construção de uma nova unidade produtiva da cooperativa uruguaia Conaprole, já confirmada para o Rio Grande do Sul.

Além dos investimentos em novas unidades, algumas fusões e aquisições também têm movimentado a região na cadeia produtiva de leite, por criarem dois grandes grupos no setor de laticínios no Brasil. O primeiro foi a aquisição do grupo Eleva (RS) e da Cotochés (MG), em 2008, pelo grupo Perdigão. Esse grupo criou a segunda maior empresa do setor de laticínios do Brasil e colocou a Perdigão como maior empresa no setor de alimentos no país, superando a Sadia. O outro exemplo foi a fusão ocorrida no final de 2008 entre duas grandes empresas do setor de laticínios do Sul, a gaúcha, Bom Gosto, e a paranaense, Líder Alimentos. Essa fusão formou a quarta maior empresa no setor de laticínios no país, atrás apenas da Nestlé, da Perdigão e da Itambé.

5.2 Os investimentos relacionados à cadeia produtiva de leite, voltados para aumentar a capacidade produtiva possibilitando a introdução de novos produtos em plantas industriais já existentes

Os estados do Sul do Brasil, além de promoverem uma série de investimentos direcionados à construção de novas plantas produtivas no setor de laticínios, também têm sido alvo de uma série de investimentos direcionados a ampliar a capacidade produtiva das unidades já instaladas. Esses investimentos em aumento produtivo vêm juntos com a criação de novas linhas de produtos. Os investimentos têm objetivado alargar o portfólio das empresas com a introdução de novas linhas de produtos que, em muitos casos, cria a necessidade de mudanças estruturais nas plantas industriais

⁶⁶ Atualmente, a Tetra Pak tem duas unidades fabris no Brasil, uma localizada em Ponta Grossa (PR) e outra em Monte Mor (SP). As duas unidades da empresa no Brasil estão próximas de sua capacidade total de produção. Para resolver esse problema, além da construção de uma nova unidade na região Sul, a unidade do Paraná receberá investimentos para ampliação.

existentes, obrigando as empresas, dessa forma, a aumentarem sua capacidade diária de recepção e processamento de leite.

Em Santa Catarina, como exemplo de empresa que investiu em ampliação de plantas já existentes, demonstrando a importância desse tipo de estratégia focada em ampliar mercado numa determinada linha de produtos, pode ser citado o caso da Cooperoste que dobrou sua capacidade de produção diária de leite longa vida UHT, em 2008. O investimento foi de R\$ 10 milhões para implantação de três novas linhas de produção em sua unidade em São Miguel do Oeste. Além de duplicar a capacidade de produção, as novas linhas de produção permitiram à cooperativa ampliar seu *mix* de produtos com a introdução do creme de leite e achocolatado, ambos em embalagens cartonadas UHT. Num mesmo investimento, a cooperativa aumentou sua escala de produção para seu principal produto, o leite longa vida UHT, e ampliou seu escopo com dois novos produtos que utilizam a mesma estrutura produtiva instalada. O achocolatado é produzido na maioria das empresas com o aproveitamento de um resíduo do leite que é fruto da fabricação de queijos, o soro. A introdução do achocolatado permite que a cooperativa crie uma nova fonte de renda com um produto descartado pela industrial até então – o soro do leite.

Outro exemplo de investimento em crescimento da capacidade produtiva no estado de Santa Catarina foi o promovido pela laticínio Cedrense (CBL) que, em 2006, fez um investimento na ordem de R\$ 550 mil, para expandir em 26% sua capacidade de produção de queijos, o principal produto da Cedrense. O investimento foi na ampliação da unidade de produção localizada no município de Nova Erechim, gerando um acréscimo na capacidade de recepção do leite da empresa em 22%, o que permitiu ampliar a capacidade de produção de queijos de 50 toneladas/dia para 63 toneladas/dia (MILKPOINT, 2008). Outro exemplo relacionado à Cedrense foi a parceria firmada com o SENAR/SC e o governo do estado de Santa Catarina para investir na formação de produtores de leite de ovelha, para atender à produção do queijo pecorino, da empresa.

No Rio Grande do Sul, há exemplos como o da cooperativa Santa Clara, localizada no município de Carlos Barbosa que, objetivando um crescimento de cerca de 30% no seu faturamento para 2009, fez um investimento de R\$ 400 mil em seu departamento de P&D para criação e desenvolvimento de novos produtos. O objetivo da cooperativa foi expandir sua linha de lácteos para produção de alimentos funcionais.

Outro exemplo é o da empresa gaúcha Mu-Mu Alimentos, fundada em 1945, tradicional produtora de doce de leite, que decidiu expandir, em 2008, sua unidade localizada em Viamão, para a produção do leite UHT. O investimento principal foi a instalação de uma linha de produção da Tetra Pak (modelo Speed⁶⁷) para o envase de leite UHT. Esse equipamento é de última geração, sendo a primeira envasadora da Tetra Pak a usar esse modelo, em toda a América Latina. O equipamento tem capacidade para processar 7.000.000 litros por mês. Essa expansão representa uma mudança na linha tradicional da empresa, que é a produção de doces e geléias.

No Rio Grande do Sul, outro bom exemplo de expansão vem da cooperativa Piá, de Nova Petrópolis, que ampliou sua capacidade produtiva em 30%, em 2008. O investimento feito pela empresa foi de US\$ 7,5 milhões, em parceria com a empresa Sig Combibloc⁶⁸, para implantação de uma linha de UHT com embalagens da Sig⁶⁹. O investimento criou uma nova opção em produção de UHT para a Piá, com a inovadora embalagem *combiblocMidi* com tampa *combiLift* para produção de leite em embalagens de 1 litro e 500 ml. A cooperativa já possuía produção de UHT, mas mesmo com equipamentos e embalagens da Tetra Pak, essa linha não foi desativada com a criação da nova linha. A linha antiga continua produzindo leite longa vida com a terceirização para outras empresas e para a própria Piá. Dessa forma, a empresa, além de aumentar sua capacidade produtiva, promoveu uma inovação em produto, diretamente num dos segmentos mais competitivos para o setor que é o de leite longa vida, passando a oferecer uma nova opção com embalagem mais moderna, focada num *nicho* de mercado que vem crescendo, determinado pelo novo padrão familiar, baseado em pessoas que vivem sozinhas ou em casais sem filho (embalagem 500 ml).

⁶⁷ As linhas de envase Tetra Pak – A3/Speed operam com uma capacidade de 12 mil embalagens de 1 litro por hora.

⁶⁸ As máquinas de alta performance da SIG Combibloc são referência mundial de envase asséptico: dependendo do formato, pode-se chegar a uma capacidade de até 24.000 embalagens por hora. A alta performance se deve, principalmente, ao envase concomitante de quatro embalagens em linhas independentes (“*four-track*”), ou seja, a eventual interrupção de uma linha não afeta as demais. O equipamento pode ser ajustado em poucos segundos para até quatro volumes diferentes. Além de leite e sucos, as máquinas podem envasar produtos viscosos, como sopas e molhos com pedaços (SIG, 2009).

⁶⁹ As embalagens cartonadas *combibloc* e *combifit* podem ser envasadas numa mesma máquina, isso significa maior flexibilidade nas linhas de produção, otimização de custos operacionais e melhor infraestrutura industrial para o desenvolvimento de negócios futuros. O sistema da SIG Combibloc permite uma produção flexível. Com a mesma máquina, pode ser envasado um produto *standard* em *combibloc* ou *premium* em *combifit*, ou, ainda, há a possibilidade de se lançar uma linha inteira com diferentes volumes. O portfólio inclui desde mini-embalagens para consumo individual até versões em tamanhos maiores para famílias e *catering* (SIG, 2009).

Além da Piá, duas outras empresas do setor de laticínios na região Sul já haviam feito parcerias com a Sig Combibloc no Brasil (figura 8). A primeira delas foi a paranaense Frimesa, em 2004, instalando a máquina de envase CFA 712–32, com capacidade de produção de doze mil embalagens de leite condensado por hora. A outra empresa que trabalha com a Sig é a Perdigão por intermédio da Batavia (marca Batavo) que, em 2006, instalou, em sua unidade no Paraná, duas linhas de produção com embalagens *combifit*, onde são envasados leite longa vida e bebidas à base de soja.

Figura 8 Embalagens da Sig Combibloc fornecidas para as empresas da região Sul do Brasil.



Fonte: Elaborada pelo autor com imagens retiradas dos sites das respectivas empresas.

No segmento de embalagens, além dos investimentos em parcerias com a Sig Combibloc e com a Tetra Pak, uma terceira empresa surge como alternativa na comercialização de embalagens longa vida no Brasil – a empresa gaúcha, Plastrela Embalagens Flexíveis. A Plastrela, localizada no município de Estrela, foi fundada em 1979 e está há trinta anos atuando no setor de embalagens, fornecendo para empresas de alimentos (cereais, refrescos), frigorificados (carnes) e *pet food* (alimentos para

animais). Para entrar no segmento de embalagens longa vida, a empresa investiu R\$ 12 milhões a fim de produzir a embalagem Duraflex, um sachê em plástico resistente e reciclável, com um *Shelf Life* (prazo de validade) para a manutenção do leite em 120 dias, sem refrigeração, com um custo de 30% a 50% menor do que os materiais cartonados predominantes no mercado. A Plastrela é a única empresa licenciada no Brasil para produzir esse tipo de embalagem que, segundo a própria empresa, em países como a Colômbia já representa 85% do mercado de produtos derivados do leite; na Argentina e no Chile, 50% (PLASTRELA, 2008). A primeira empresa a adotar esse tipo de embalagem no país foi a cooperativa gaúcha Languiru, localizada em Teutônia (RS). O leite é comercializado com a marca Mimi, na rede de supermercados Carrefour no Rio Grande do Sul (figura 9).

Figura 9 Embalagem longa vida em Sachê.



Fonte: Figura retirada do site da empresa Languiru.

Investimentos direcionados para aumentar a capacidade estrutural de captação e recepção da matéria-prima pelas empresas também estão ocorrendo. Nesse sentido, podem ser citados os investimentos anunciados pelas empresas Nestlé e Cosulati, no Rio Grande Sul. A Nestlé divulgou que pretende investir de R\$ 65 milhões a R\$ 80

milhões na ampliação de sua capacidade de captação e processamento de leite no estado gaúcho, subindo dos atuais 1,5 milhões de litros/dia para 3 milhões, nos próximos dois anos. A Cosulati adotou como uma de suas estratégias em 2008 investir na construção de postos de resfriamento, objetivando ampliar seu raio de captação para atender à sua nova unidade em Capão do Leão. O investimento foi de três milhões para a construção de três postos de resfriamento nos municípios de Candiota, Hulha Negra e Santana do Livramento.

De modo geral, as empresas estão investindo na modernização de suas plantas já existentes, objetivando, dessa forma, ampliar mercado, tanto na captação como na comercialização do leite. Esses investimentos visam a busca por qualquer diferenciação que destaque a empresa num setor extremamente competitivo no que se refere ao produto final. O leite longa vida é o grande exemplo nesse aspecto, por se tratar do produto derivado do leite mais consumido no mercado interno. A maior parte do leite longa vida comercializada no país é do tipo C integral, desnatado ou semi-desnatado⁷⁰ e, para esse tipo de produto nas gôndolas de supermercados e padarias, a concorrência ocorre pelo preço. Buscar diferenciar o produto permite que as empresas ganhem a concorrência e, assim, aproximem da liderança no segmento que hoje pertence à Perdigão, com a marca Elgê. Um exemplo de diferenciação nessa direção foi a introdução do sistema *UltraFresh*⁷¹, da Tetra Pak que é utilizado pelas cooperativas Aurora e Piá, na produção de longa vida UHT. Esse novo processo oferece um produto diferenciado no mercado para as duas empresas. Além dessa novidade, a Aurora também comercializa o seu UHT em embalagens com tampinhas *flexicap*⁷², gerando,

⁷⁰ O leite integral e o desnatado são os mais vendidos no segmento de UHT, já o leite semi-desnatado é uma terceira opção que algumas empresas oferecem como um diferencial. Em Santa Catarina, entre as maiores empresas, a Aurora tem apostado nesse produto que foi lançado em 2008.

⁷¹ O *UltraFresh* é uma nova tecnologia desenvolvida pela Tetra Pak Brasil. O sistema combina os tratamentos físicos – de centrifugação para redução de bactérias e células somáticas – e térmico – de injeção direta de vapor –, garantindo uma economia significativa no processo de ultrapasteurização e ressaltando o sabor do leite. Por meio do novo sistema *UltraFresh*, é possível diminuir custos de fabricação e do volume de efluentes industriais, e aumentar a produção anual. A tecnologia *UltraFresh* permite a redução da temperatura de ultrapasteurização, possibilitando um menor número de paradas no processamento, necessárias para a limpeza dos equipamentos. Conseqüentemente, há queda no consumo de alguns elementos que integram o custo de produção, como o vapor, os produtos de limpeza e a água (TETRA PAK, 2009).

⁷² A abertura *FlexiCap* foi desenvolvida exclusivamente para o leite longa vida atendendo à necessidade dos consumidores por uma tampa abre e fecha, a um custo mínimo para os fabricantes de leite. A tampa *FlexiCap* proporciona aos consumidores ótima performance ao abrir, servir e fechar; lacre de segurança visível; abertura em um único movimento; possibilidade de fechar novamente a embalagem; a integridade requerida pelo sistema asséptico de até seis meses de *shelf life* (TETRA PAK, 2009).

desse modo, um outro diferencial em relação às suas concorrentes no segmento de leite UHT tipo C.

Sendo assim, há aqui vários exemplos de como o setor de alimentos cada vez mais utiliza estratégias que o aproximam dos modelos industriais conhecidos como oligopólios diferenciados comum em empresa de bens de consumo onde a disputa de mercado se dá pela diferenciação de produto o que não afasta essas empresas do modelo mais característico para o setor de alimentos o oligopólio competitivo, onde a guerra se dá sobre tudo por preço (POSSAS, 1987).

5.3 Investimentos direcionados para o aumento da produção de leite na região Sul do Brasil

A grande soma de investimentos direcionada para aumentar a capacidade industrial nas unidades empresariais localizadas na região Sul do país gerou em contrapartida a necessidade de aumentar a oferta de matéria-prima existente hoje na região. O Rio Grande do Sul é um bom exemplo dessa situação. O estado gaúcho, antes dos grandes investimentos anunciados para o setor de laticínios, já trabalhava com uma capacidade ociosa de cerca de 20%. (MILKPOINT, 2008).

[...] a produção média no Rio Grande do Sul é de 8 milhões de litros por dia, frente a uma capacidade produtiva instalada de 10 milhões de litros por dia. "Temos uma ociosidade de 20%, que tende a aumentar, pois até 2010, com a vinda de mais indústrias, esse índice pode chegar a 12 milhões de litros dia. A produção não consegue responder a todo esse aumento. Talvez com os investimentos em granjas de leite, parte do problema seja contornado", acredita o presidente do Sindilat. Além da demanda interna, o Rio Grande do Sul atende ainda a pedidos de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, comercializando para estes mercados até 20% do que produz (MILKPOINT, 2008).

Com os novos investimentos e o aumento crescente pela demanda de leite, os novos aportes financeiros na região tendem a ser direcionados do mesmo modo para aumentar a produção de matéria-prima, por meio de investimentos em inovações produtivas (melhoramento genético, pastagens, aumento de rebanho, profissionalização dos produtores, melhoramento no manejo, etc.). Esses investimentos já estão surgindo

por intermédio de parcerias entre empresas, estado, sindicatos, associações e instituições de direito privado (SENAR, SENAI, SEBRAI, etc.) e por iniciativas privadas de grupos ligados ao setor produtivo, grandes produtores como Ivan Zurita presidente da Nestlé, no Brasil, e dono da Agrozurita⁷³.

Ivan Zurita, pioneiro na reprodução da raça bovina Simental Sul-Africana no Brasil, durante uma de suas visitas ao Rio Grande do Sul, em 2008, em função da inauguração da unidade da Nestlé em Palmeiras das Missões, anunciou que está buscando promover uma parceria e adquirir uma propriedade para expandir os negócios da Agrozurita na região Sul, vendendo sêmen para produtores de leite e carne. Além de Zurita, a empresa neozelandesa PGG Wrightson e a Parmalat Brasil têm o objetivo de investir na área de produção no Rio Grande do Sul, segundo reportagem postada no site Milkpoint em 8 de abril de 2008.

Agora, novos investidores vêm também com o objetivo de colaborar para o incremento da produção de forma a atender à demanda das fábricas. Na corrida pelo fomento à bacia leiteira está a neozelandesa PGG Wrightson e a Parmalat, que anunciaram recentemente a intenção de direcionar recursos para unidades produtoras no estado. A PGG Wrightson é especializada em produção de leite com foco em tecnologias que visam ao aumento de produtividade por meio do uso de pastagens especiais. Considerada líder mundial do setor de sementes de forragem e implementação de pasto em fazendas, a PGG opera com prestação de serviços agrícolas na Nova Zelândia e na América do Sul. A Parmalat, controlada pela *Laep Investimentos*, também tornou público o interesse em incrementar a produção de leite do estado. Para tanto, adquiriu uma propriedade de 2.548 hectares em Alegrete, no valor de R\$ 11,46 milhões, onde serão criadas vacas da raça holandesa. A aquisição faz parte da estratégia da empresa de integrar a cadeia produtiva do leite para produzir leite de maior qualidade por meio de animais mais produtivos e de melhor genética (MILKPOINT, 2008).

A chegada de novos padrões produtivos à região tende a forçar a modernização dos produtores envolvidos no setor independentemente do tamanho de suas

⁷³ Fundada em 2001 na fazenda Belmonte, em Araras São Paulo, a empresa foi pioneira na implantação da raça bovina Simental de linhagem Sul-Africana no Brasil. Especializada em biotecnologia (aprimoramento genético, transferência de embriões, inseminação artificial, sêmen sexado e clonagem). A técnica de sexagem permite determinar o sexo do embrião no momento da inseminação.

propriedades. A maioria das propriedades pertencentes às bacias leiteiras que compreendem sobretudo a região Noroeste do Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, possuem propriedades que são classificadas como agricultura familiar⁷⁴, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário. O processo de capitalização desse modelo de agricultura é a única forma que restará para os produtores que queiram continuar trabalhando na produção leite, independentemente do tamanho de suas propriedades. Essa é uma tendência dada pelo modelo capitalista de produção, não restando espaço para os produtores que não querem ou não conseguem se capitalizar de alguma forma.

Comparando os resultados do censo agropecuário para Santa Catarina de 1995-96 com os de 2006, é possível verificar uma forte queda no número de propriedades envolvidas na produção de leite, mas, por outro lado, ocorre um intenso aumento na produção, (ver Tabela 12), demonstrando que essa tendência de modernização mediante investimentos em melhoramento produtivo já vem ocorrendo de forma intensa na região. Esse novo padrão produtivo imposto para o setor, ao mesmo tempo em que inclui os produtores que estão conseguindo se capitalizar, tende a excluir da atividade os produtores que não conseguirem investir na modernização de suas propriedades.

Comparando os dados da Tabela 12, é possível verificar que a quantidade de leite produzido em 2006 foi maior que a de 1995-96, apesar de ter diminuído o número de propriedades; em contrapartida, ocorre um forte aumento na produtividade nesse mesmo período. Veja-se o caso da região Oeste catarinense que sai de uma média de produtividade de 6.874 litros/ano por estabelecimento, para 20.381 litros/ano, demonstrando que a diminuição do número de produtores tende a ser compensada pelo melhoramento produtivo nos estabelecimentos que permanecem na atividade.

Para confrontar essa tendência de queda no número de produtores, medidas voltadas para a modernização da atividade estão sendo implantadas por meio de

⁷⁴ A agricultura “familiar” é focalizada, teoricamente, de pontos de vista diferentes; uma linha de interpretação baseada na tradição de Chayanov, que tende a encarar a agricultura como espaço de produção “familiar”, capaz de resistir à transformação capitalista, pois o camponês é visto como o protótipo do produtor familiar chayanoviano semi-independente; e uma segunda linha originada nos Estados Unidos, onde o produtor “familiar” é visto como uma espécie de protótipo do pequeno capitalista arrojado, sendo o contrario das idéias de Chayanov. Além destes dois enfoques, há uma noção popular, presente principalmente no movimento sindical brasileiro, que acredita que os atuais pequenos agricultores tradicionais poderiam ser preservados no interior do capitalismo, o que de certa maneira acolhe os dois enfoques mencionados anteriormente, pois associa os pequenos agricultores brasileiros à imagem chayanoviana do produtor familiar tradicional – com o qual eles se parecem no aspecto exterior -, e a ela sobrepõe a imagem do moderno *farmer* norte-americano (GERMER, 2002).

investimentos feitos com o apoio do governo federal por intermédio do Pronaf, que, além de conceder financiamento para agricultores familiares, tem concedido financiamento para cooperativas da região, que queiram ampliar sua capacidade de produção. Para conceder esse tipo de financiamento para as cooperativas, o governo exige que elas tenham, como maioria dos cooperados, agricultores enquadrados dentro do modelo de agricultura familiar, não importando se são agricultores já capitalizados ou não.

Tabela 12 Número de estabelecimentos agropecuários com leite e sua produção nas regiões de Santa Catarina – 1995-96 e 2006.

Regiões	(1.000 L)						
	Produtores			Produção Média		Produção Total	
	1995-96	2006	Variação%	1995-96	2006	1995-96	2006
Oeste	70.577	51.482	(27,06)	6.874	20.381	485.151	1.046.250
Norte	12.439	5.938	(52)	5.967	9.072	74.225	53.871
Grande Fpolis	7.688	4.050	(47)	3.661	5.751	28.143	23.291
Serrana	12.598	5.220	(59)	4.070	9.943	51.275	51.905
Sul	16.755	9.363	(44)	4.836	12.245	81.027	114.649
Vale do Itajaí	25.611	12.770	(50)	5.841	11.168	149.597	142.615
Total do estado	145.668	88.823	(39)	5.968	16.162	869.418	1.435.581

Fonte: ICEPA 2008.

Entre os investimentos mencionados, vários exemplos são de cooperativas que foram favorecidas por esse tipo de financiamento conferido pelo Pronaf, na região Sul do Brasil; Cooperoste e Aurora, em Santa Catarina; Confepar, no Paraná; CCGL e Cosulate, no Rio Grande do Sul (Tabela 13).

Além dos recursos liberados para as cooperativas como forma de incentivar a produção entre seus cooperados, outras medidas de forma bem mais direta têm sido adotadas para incentivar a produção. Em Santa Catarina, a Cooperativa Aurora juntamente com Programa D'Olho na Qualidade, desenvolvido pela agência do Sebrae de Xanxerê, em parceria com o Banco do Brasil, Epagri, Cidasc, UDESC, Prefeitura, Agenda 21, Cresol e Sindicato de Produtores Rurais, está investindo na técnica de

pastoreio Voisin⁷⁵, de forma a reduzir os custos de produção e manter a sustentabilidade nas propriedades rurais. O programa foi iniciado em janeiro de 2008 no âmbito do Arranjo Produtivo Local (APL) de Leite & Derivados do Oeste, organizado pelo Sebrae, e tem abrangência inicial sobre a base territorial da Cooperativa Regional Itaipu (filiada Aurora), onde 76 famílias foram selecionadas para produzir leite orgânico. A meta do projeto é de superar duas centenas de empreendimentos rurais utilizando as técnicas de produção com certificação. A instituição que fará a certificação do leite orgânico será a IBD Certificações – Instituto Biodinâmico, de Botucatu (SP). A implantação do programa exige investimentos da ordem de meio milhão de reais. Os diversos parceiros dividiram responsabilidades na estruturação do programa. O Sebrae presta consultoria tecnológica e aporte de recursos; a Coopercentral Aurora custeia reagentes, estagiários e a infra-estrutura de laboratórios; a Cooperitaipe mobiliza os produtores que adotaram a metodologia de produção pelo sistema de pastoreio racional Voisin; a Udesc participa fornecendo pesquisadores. Esse projeto do leite orgânico coloca o Oeste de Santa Catarina na produção do que há de mais moderno no mundo, que são os produtos *flair trade* (talento para o comércio), ou seja, produtos que resultam de ações e conceitos de responsabilidade social e ambiental.

Tabela 13 Investimentos do Pronaf em cooperativas do Sul do Brasil.

Cooperativa	Valor	Finalidade	Localização
Cooperoste	R\$ 10 milhões	Ampliação	São Miguel do Oeste/SC
Aurora	R\$ 96 milhões	Fábrica nova	Pinhalzinho/SC
Confepar	R\$ 38 milhões	Fábrica nova	Pato Branco/PR
CCGL	R\$ 48 milhões	Fábrica nova	Cruz Alta/RS
Cosulate	R\$ 25,5 milhões	Fábrica nova	Capão do Leão/RS

Fonte: MDA.

Investimentos como esses geram, além de um produto diferenciado, produtores fidelizados às empresas, garantindo, conseqüentemente, a manutenção na produção da matéria-prima. Como dito anteriormente, o setor tem na aquisição da matéria-prima um

⁷⁵ Pastoreio Voisin atende plenamente aos princípios da agroecologia, sendo uma importante ferramenta para a implementação da chamada pecuária orgânica.

momento de forte concorrência entre as empresas, cuja tendência é se agravar devido ao forte crescimento na capacidade de produção industrial da região. Para superar o problema da concorrência pela aquisição da matéria-prima, as empresas procuram investir cada vez mais em fidelização dos produtores.

A empresa Perdigão, por exemplo, criou o programa Fidelizaleite e tem incorporado seus produtores a um sistema parecido com os integrados adotados no setor de carne; a empresa fornece assistência técnica e parte dos insumos com a garantia de compra de toda a produção. A Elegê, antes de fazer parte da Perdigão, já havia adotado o programa Clube do Produtor como forma de fidelizar seus produtores. Essa medida tem sido adotada igualmente pela Perdigão para garantir produtores; o programa consiste em fornecer bonificação para estimular a produção.

No Rio Grande do Sul, a Perdigão fez em 2008 uma parceria com o SENAR/RS para capacitação dos produtores que fazem parte do Fidelizaleite. A capacitação será fornecida pelo SENAR em três módulos, sendo o primeiro "Encontro técnico para nivelamento de conceitos". O programa alinhará as diretrizes estratégicas de cada parceiro, fazendo com que os participantes conheçam o sistema de trabalho do SENAR-RS e da Perdigão; o segundo módulo, "Treinamentos de Capacitação Técnica para a Produção Leiteira", transmitirá aos produtores conhecimentos técnicos necessários à área, como: nutrição do gado leiteiro, reprodução e melhoramento genético de bovinos e manejo de ordenha e qualidade do leite. Esses três pontos vão ao encontro da demanda feita pela Perdigão, que solicitou a abordagem de outros temas como: contagem bacteriana, células somáticas, incremento na porcentagem de gorduras e proteínas. O terceiro módulo, "Reunião Técnica para Avaliações de Resultados", consistirá na apresentação e avaliação dos resultados observados ao longo de todo o desenvolvimento dos trabalhos.

A empresa Bom Gosto tem utilizado como uma de suas estratégias para garantir produtores o investimento na distribuição em sistema de comodato. Cinco mil resfriadores de expansão para seus produtores, a compra dos equipamentos exigira investimento de R\$ 40 milhões, em parte financiados pelo Banco do Brasil, e serão distribuídos ao longo de cinco anos junto com kits de limpeza. Os criadores, ao mesmo tempo, terão suporte técnico para produção de forrageiras e, em contrapartida, deverão fornecer matéria-prima com exclusividade para a empresa e se comprometer com a elevação dos níveis de produção.

No Rio Grande do Sul, em 2008, a cooperativa Coorlac investiu R\$ 1,6 milhão em assistência técnica para incrementar e qualificar a produção de leite nas regiões do Alto e Médio Uruguai (RS) e, assim, garantir e agregar mais produtores. O montante do investimento é proveniente do projeto de assistência técnica e extensão rural aprovado na Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Igualmente foram liberados recursos pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial e mais R\$ 300 mil, que serão repassados pelas cooperativas que fazem parte do sistema. Serão beneficiadas quatro mil famílias de pequenos produtores de leite que fornecem matéria-prima para a planta da cooperativa localizada no município de Erechim (RS). Uma das ações será melhorar a qualidade e a produtividade do alimento com foco na sanidade, manejo e alimentação dos animais e administração das propriedades.

Outro exemplo é o Programa de Sustentabilidade da Atividade que está sendo implantado pela Cotrijal, que investirá na pecuária leiteira do município de Não-Me-Toque (RS), visando ampliar a produtividade. Trata-se de uma política de trabalho cujo intuito é incrementar a produção de leite, identificando, capacitando e monitorando as propriedades. A meta da empresa é atingir os principais gargalos da atividade na área de abrangência da cooperativa: baixa produtividade, desconhecimento dos custos de produção e mão-de-obra desqualificada. Conforme dados apurados pela unidade de produção animal da cooperativa, do total de produtores, 71,3% mantêm uma média de produção de leite de 3,5 mil litros por mês, garantindo uma margem líquida em torno de 5%. A margem sobe para 19% entre os 16,5% de produtores que mantêm média de 7,8 mil litros mensais, e chega a 32% para os 8,6% de produtores cujo rebanho alcança volume médio de 14,6 mil litros mensais (MILKPOINT, 2008).

No Paraná, a cooperativa Castrolanda, em convênio com BRDE e Sicredi, quer viabilizar financiamentos para pequenas e médias propriedades leiteiras, com recursos do Pronaf, direcionados para compra de ordenhadeiras e resfriadores, com juros de 2% ao ano, os mais baratos disponíveis aos produtores hoje no mercado. A cooperativa também disponibilizará R\$ 10 milhões aos seus cooperados para investirem na bovinocultura leiteira e em atividades de suinocultura.

A briga por produtores é grande, sobretudo nessa nova conjuntura em que as empresas buscam inovar para ganhar espaço no mercado interno e externo. Os investimentos na região voltados para exportação são fruto do bom desempenho do

Brasil nos últimos anos em relação ao mercado mundial de laticínios. As exportações do país vêm crescendo muito se for comparado o recorte feito entre os anos 2000 e 2007. Em 2000, o Brasil exportou 8.935 toneladas, com faturamento de US\$ 13.401; em 2007, esses valores atingiram 96.579 toneladas, com faturamento de US\$ 273.287 e uma balança comercial favorável em US\$ 122.453, no setor. Os principais países na importação de lácteos do Brasil em 2007 foram, respectivamente, Venezuela, US\$ 62.582; Argélia, US\$ 54.867; Senegal, US\$ 12.902; Argentina, US\$ 8.555 e Estados Unidos, US\$ 7.210 (ICEPA, 2008).

5.3.1 A aplicação direta do estado nos investimentos para aumentar a produção

Além dos investimentos com auxílio do estado em parceria com cooperativas, algumas medidas tomadas de forma direta merecem ser mencionadas neste trabalho, como, por exemplo, o projeto de parceria entre a Embrapa Gado Leite com o Iapar⁷⁶ e Emater⁷⁷, no Paraná. O projeto tem como objetivo aplicar uma ação conjunta entre os órgãos para pesquisa e extensão na produção de leite no estado. O Paraná hoje em dia é o segundo maior produtor de leite do país com produção de 2,8 bilhões de litros/ano⁷⁸, ficando atrás apenas do estado de Minas Gerais cuja produção é de cerca de 7 bilhões de litros/ano. A Embrapa já possui um núcleo da Embrapa Gado Leite no Paraná, em Londrina, dentro do núcleo da Embrapa Soja (MILKPOINT, 2008).

O estado do Paraná atualmente tem em média 118 mil produtores de leite, sendo 110 mil da “agricultura familiar” e oito mil, grandes produtores. Sob a alegação de tentar “proteger esses produtores menores”, o governo do estado tem adotado medidas fiscais para apoiar o leite produzido no Paraná, com o escopo de estabelecer a igualdade tarifária com o leite produzido em São Paulo – o maior estado consumidor. O Governo paranaense pretende implantar um decreto para zerar o ICMS do leite, a fim de não perder competitividade com o produto industrializado em São Paulo (MILKPOINT, 2008).

Essa guerra fiscal entre Paraná e São Paulo está ganhando um terceiro agente – Santa Catarina – que, para se defender, está estudando medidas para proteger a produção catarinense. O primeiro projeto de Santa Catarina nesse sentido prevê a

⁷⁶ Instituto Agrônomo do Paraná.

⁷⁷ Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural.

⁷⁸ Números de 2007 (ICEPA, 2008).

criação do Fundo de Desenvolvimento da Produção de Leite na Agricultura Familiar do estado de Santa Catarina (Fundplaf). Esse fundo tem como objetivo financiar a política de renda dos produtores de leite, pela garantia do preço mínimo, financiar a aquisição de máquinas, equipamentos e insumos para a produção e industrialização do leite, bem como ser fonte de recurso financeiro para a execução das ações da política estadual da produção de leite e derivados. Já um segundo projeto de lei antevê a criação do Programa Catarinense de Fortalecimento da Produção de Leite na Agricultura Familiar (Proclaf). Essa iniciativa autoriza o Poder Executivo a elaborar e executar o programa com a garantia de pagamento de preço mínimo, estabelecido pelo governo federal, aos produtores, e o incentivo da atividade leiteira e de seus derivados como fonte de renda e agregação de valor. Ainda, busca incentivar a industrialização da agricultura familiar, criando condições para promover a permanência e ampliação do número de famílias de agricultores na produção de leite.

Uma medida a ser implantada por Santa Catarina visa dificultar a entrada de leite produzido no Rio Grande do Sul, porque os produtores gaúchos, que vendem leite para Santa Catarina, deverão apresentar um certificado de origem do produto e enviar o alimento em caminhões lacrados para o estado.

No Rio Grande do Sul, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) implantado em 2003 pelo governo federal para auxiliar o desenvolvimento dos agricultores familiares deverá ser ampliado de R\$ 15 milhões para R\$ 50 milhões. Essa verba é utilizada pelo governo para aquisição de leite com empresas que apresentem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Os agricultores envolvidos no projeto terão liberação de limite para crédito de até R\$ 100 mil, com prazo de dez anos para pagamento, com taxa de 2% ao ano, mais a TJLP (taxa de juros de longo prazo). O ministério da agricultura estima que, para a safra 2008/2009, cerca de R\$ 2,6 milhões sejam financiados pelos produtores gaúchos.

As medidas adotadas pelo estado visam proteger e garantir de forma direta a produção e industrialização de leite em seus limites territoriais, por questões de aquisição de impostos e recursos para o próprio estado. Nessa direção, as medidas adotadas pelos governos estaduais vão além de incentivos para o aumento da produção. Essas medidas buscam garantir que o leite produzido no estado seja industrializado nele mesmo. Assim sendo, desenvolve o setor dentro do seu limite territorial e gera mais impostos e recursos para os governos dos estados onde a unidade industrial se localiza.

5.4 Considerações finais

Este capítulo teve como objetivo analisar as atuais transformações que estão ocorrendo no setor de laticínios em Santa Catarina, inserindo o estado em um contexto de transformação que é fruto de uma dinâmica que vem formando-se nos últimos anos na região Sul do Brasil. Diante dessa realidade, é importante ressaltar que o estado de Santa Catarina está inserido nesse contexto de transformação regional, com várias peculiaridades em relação aos outros estados que compõem essa região, ou seja, o Rio Grande do Sul e o Paraná. Uma das principais diferenças verificadas em Santa Catarina relativamente aos outros estados está no fato de todos os investimentos que ocorreram em território catarinense serem oriundos de empresas de capital local, diferentemente do sucedido no Rio Grande do Sul e no Paraná, que são estados cujos investimentos são recebidos de empresas multinacionais, nacionais e também locais.

CONCLUSÃO

Uma das principais questões analisadas ao longo da pesquisa se refere a explicar a origem das primeiras iniciativas voltadas para a industrialização de leite na região Oeste de Santa Catarina e o papel delas para o desenvolvimento do setor de laticínios no estado. Nesse sentido, busca-se, primeiramente, neste trabalho a compreensão de como ocorreram as primeiras iniciativas voltadas à produção e ao processamento do leite diante da realidade imposta pelo processo de formação econômica em nascimento no Oeste do estado.

A gênese e o desenvolvimento da principal bacia leiteira hoje no estado de Santa Catarina estiveram, ao longo de sua história, diretamente relacionados a diversos fatores de ordem econômica, social, cultural e política. Fatores esses que se originaram a partir da implantação de um modo de produção fundamentado sobre as bases da formação de uma economia mercantil, baseada na eliminação e substituição de outros modos de produção rudimentares pré-existentes no Oeste.

Com a chegada dos imigrantes de origem européia, oriundos do Rio Grande do Sul, no início do século XX na região, é dado início à produção e industrialização de leite no Oeste catarinense. Produção esta voltada, nesse primeiro momento, para abastecer o mercado local. Mercado esse formado pelo forte dinamismo econômico gerado na região por outras atividades mais importantes naquele período como extração e processamento da madeira, produção e industrialização de carnes e grãos. Nesse primeiro período, o setor de laticínios deve ser caracterizado como uma atividade complementar na área, voltada apenas para atender às necessidades locais.

Um segundo período para o setor de laticínios na região teve início no decorrer da década de 1970, quando a produção voltada a abastecer o mercado local dá lugar para uma produção direcionada a atender o mercado regional. Mercado esse que surge devido a novas possibilidades impulsionadas por diversos fatores como o aumento da população, migração campo-cidade, crise na produção em regiões tradicionais do setor (Vale e Litoral), implantação de novas tecnologias e interferência do estado.

As possibilidades surgidas a partir da década de 1970 possibilitam que alguns pequenos produtores e comerciantes mercantis do Oeste catarinense fundassem pequenas indústrias, fato que contribuiu para que a região no final da década de 1980 passasse a ser a principal região na produção e industrialização de leite em Santa

Catarina. Entre os diversos incentivos que surgem para o setor nesse período, alguns foram responsáveis pelo surgimento de empresas importantes para o setor até hoje, como é o caso da laticínio Tirol.

Para se poder compreender a atual formação da indústria de laticínios em território catarinense, buscou-se delimitar de que forma os diferentes agentes estatais e privados contribuíram para a gênese e evolução do setor no estado.

O processo de formação da indústria de laticínios em território catarinense teve três momentos bem distintos ao longo de sua história. O primeiro ocorre do surgimento da atividade que vai do final do século XIX, até meados da década de 1970 do século XX, com o domínio do setor dado pelas empresas localizadas nas regiões do Vale e Litoral do estado, período esse que fica caracterizado pela falta de estrutura das empresas que possuíam estruturas produtivas rudimentares, devido à falta de investimentos dos empresários em melhorias em suas plantas produtivas.

O segundo período teve início a partir de meados da década de 1970 com a interferência do estado mediante implantação da obrigatoriedade do Serviço de Inspeção Sanitária (SIF), marcando o início do fechamento de várias empresas tradicionais do setor no estado, e o surgimento de novas empresas, que se tornariam importantes no Oeste de Santa Catarina (Tirol).

A terceira fase ocorre após a liberação do preço do leite no país em 1991, período que marca o começo da forte concorrência no setor gerada pela entrada de empresas estrangeiras e fortes investimentos em novas tecnologias, que resultaram do surgimento de novas empresas que aparecem nesse período já preparadas para enfrentar o concorrido mercado lácteo nacional e mundialmente.

Durante o decorrer dos três períodos, é possível observar a reorganização espacial ocorrida no setor em território catarinense. Durante o primeiro e o segundo período, fica visível o surgimento e consolidação das primeiras empresas voltadas à atividade no estado e o início da inversão da produção e industrialização em direção ao Oeste. Na terceira fase, é possível ser verificado o surgimento das novas empresas (CBL, Terra Viva, etc.), que passaram a atuar no setor, concorrendo com as empresas tradicionais (Tirol e CCCL) que resistiram às diversas mudanças ocorridas no setor durante as fases mencionadas.

Em todos os períodos em que aconteceram as principais transformações que permitiram o surgimento de novos grupos empresariais no setor de laticínios em Santa Catarina, é possível se observar de forma bem clara a interferência do estado, direta ou indiretamente, nessas mudanças, por meio de políticas públicas, sejam elas voltadas a favorecer ou não o setor. Demonstrando, dessa forma, a grande importância da interferência estatal no desenvolvimento do setor, sobretudo por intermédio de políticas públicas voltadas a estimular a produção e industrialização, dando fim a políticas voltadas a frear esse campo.

Além das iniciativas públicas, busca-se demonstrar os estímulos dados por parte da iniciativa privada para ajudar o setor a se consolidar no estado. Tais iniciativas têm interferindo de forma direta na atual configuração da distribuição espacial, tanto da produção quanto da industrialização de leite no estado. Dessa maneira, foi demonstrado como a atual configuração espacial da produção e industrialização de laticínios em Santa Catarina é fruto de uma série de políticas públicas e privadas voltadas a estimular o setor.

Entre as principais preocupações levantadas durante o projeto, um dos maiores desafios esteve relacionado com a busca em tentar identificar, localizar e caracterizar as principais empresas envolvidas com a atividade, levando em consideração suas distintas realidades de formação socioespacial e organizacional. Esse desafio foi ocasionado pelas dificuldades encontradas em conseguir se levantar informações, principalmente relacionadas a estratégias organizacionais das empresas, que tentam manter tais informações em sigilo com receio da forte concorrência gerada na área nos últimos anos.

As diversas peculiaridades que compõem a estrutura produtiva do setor de laticínios em Santa Catarina estão relacionadas diretamente com uma busca constante por inovações relativas aos diversos setores que envolvem toda a cadeia produtiva – a produção, industrialização e comercialização do leite em suas mais variadas escalas de atuação diante o mercado.

O setor industrial tem atuado nesse sentido na busca de diminuir custos de produção oriundos dos insumos utilizados na captação da matéria-prima, processamento, comercialização e distribuição. Nessa direção, o presente trabalho demonstra, num primeiro momento, a grande complexidade envolvendo a aquisição da

matéria-prima e as estratégias adotadas pelas empresas para vencer tal desafio. Num segundo momento, a pesquisa apresenta os vários desafios enfrentados pelos grupos empresariais na busca constante por estratégias que visam manter as empresas atuando em um mercado altamente competitivo e dinâmico.

A procura constante por inovações tem sido o grande desafio dos grupos envolvidos com o setor de laticínios que, num primeiro instante, buscaram tais mudanças apenas pela sobrevivência das empresas perante a concorrência gerada entre grupos regionais (até a década de 1980) e, num segundo momento, pela concorrência causada pelos grupos regionais, nacionais e internacionais (a partir da década de 1990).

Já na conjuntura formada pós anos 1990, o dinamismo gerado pelas empresas em Santa Catarina tem apontado para estratégias mais agressivas, objetivando não somente a sobrevivência dos grupos no setor, mas também uma busca cada vez mais constante de aumento de mercado nacional e até internacional, deixando para trás o caráter regional predominante entre as empresas em Santa Catarina até início da década de 1990.

Essa alteração de comportamento das empresas em território catarinense é demonstrada de forma clara pelos investimentos, adotados na busca e implantação de inovações nas unidades industriais estabelecidas no estado, evidenciando a confiança estabelecida no setor de laticínios entre os empresários e agricultores da região que têm confiado cada vez mais no potencial de ampliação da produção e industrialização do leite em Santa Catarina, vendo nessa atividade econômica uma nova alternativa para manter o lugar como uma das principais regiões voltadas ao agronegócio no Brasil.

Com o andamento da pesquisa, constatou-se que as transformações ocorridas em território catarinense fazem parte de um contexto de transformação regional, gerando desse modo a necessidade de se buscar uma maior compreensão do papel dos grupos envolvidos com a produção de laticínios em território catarinense regional, nacional e mundialmente.

Para se compreender a atual dinâmica determinada, sobretudo no setor de laticínios na região Oeste de Santa Catarina, é necessário entender o atual contexto de mercado em que ela está inserida. Nesse sentido, compreender as transformações que vêm ocorrendo na região Sul do Brasil torna-se obrigatório para se analisar com maior precisão o verdadeiro papel de tais transformações em nível nacional.

Conforme se buscou demonstrar no último capítulo do trabalho, Santa Catarina está inserida em um contexto de transformação regional, com várias peculiaridades em relação aos outros estados da região, pelo fato de todos os investimentos ocorridos em Santa Catarina serem oriundos de empresas de capitais locais, diferentemente do Rio Grande do Sul e de Paraná, que têm recebido investimentos de empresas multinacionais, nacionais e locais.

O montante de investimentos direcionados ao Oeste catarinense tem gerado uma nova dinâmica nacional na produção e industrialização de leite, que tem, nesses novos aportes financeiros, demonstrado um novo direcionamento para a produção não só no Brasil, mas também na América do Sul, formando um gigantesco complexo de produção de leite que compreende a região Sudeste e Sul do Brasil juntamente com a Argentina e o Uruguai. Nesse aspecto, a região Sul do Brasil tem um papel fundamental, por se tratar do centro dessa dinâmica e ser a área entre essas regiões onde estão ocorrendo os mais modernos investimentos no setor, fornecendo um caráter extremamente moderno para o setor nesses estados.

Por último, é importante destacar a verificação do papel do poder público dando incentivo a esses novos investimentos, procurando, dessa forma, garantir a consolidação dessa nova realidade no agronegócio da região. Por esse motivo, os investimentos estatais verificados partem por duas vias: uma que busca garantir a produção, incentivando os pequenos produtores a se modernizarem em parceria com as empresas e cooperativas; e uma segunda direção que visa aos investimentos em novas plantas industriais ou modernização de antigas, permitindo assim às empresas da região se tornarem mais competitivas no mercado nacional e mundial de laticínios.

Para finalizar, é importante ressaltar que este trabalho de pesquisa teve apenas a intenção de demonstrar dentro de qual contexto a região Oeste de Santa Catarina está inserida, sem ter a pretensão de querer explicar como toda essa dinâmica se formou na região Sul do Brasil. Tentar explicar toda essa dinâmica requer um aprofundamento na pesquisa, a ser feito futuramente, num novo trabalho que contemple a formação e transformação da produção e industrialização de leite em toda a região Sul do Brasil. Dessa forma, permitindo compreender de uma maneira mais clara a realidade que tem gerado tais mudanças em nível regional, nacional e mundial.

É importante salientar que, ao longo desta pesquisa, muitas transformações foram ocorrendo, ou por iniciativas privadas, ou pelo forte apoio que o governo tem dado ao setor, comprovando, desse modo, a grande dinâmica determinada na produção e industrialização de leite que não pára de crescer em Santa Catarina e na região Sul do Brasil. Tal realidade tem levado a mudanças constantes entre as empresas envolvidas com o setor. O único aspecto que se pode concluir de tais mudanças é que os investimentos voltados ao setor de laticínios são a nova “galinha dos ovos de ouro” do agronegócio da região Sul do Brasil, ou como diriam nas conversas informais o “ouro branco”.

Durante seu percurso, o setor de laticínios tem transformado a paisagem nas regiões envolvidas com a atividade, dando espaço para um novo objeto de observação – as “vaquinhas pastando tranquilas” nos campos –, em contraste, cada vez maior, com o movimento frenético dos caminhões-tanque, levando a matéria-prima para as indústrias, representadas na paisagem por usinas, fábricas, postos de resfriamento e pequenas casas comerciais. Também não se pode deixar de falar de tais mudanças com a população que hoje se depara com uma variedade cada vez maior de produtos que, aos poucos, foram sendo introduzidos nos hábitos diários de consumo, formando uma nova paisagem nas gôndolas dos supermercados, padarias e lanchonetes.

É importante lembrar que a produção de leite é uma das atividades mais tradicionais no meio rural, onde ocorre uma constante luta de classes entre os trabalhadores do campo *versus* iniciativas capitalistas de produção que favorecem a concentração de capital. Por se tratar de uma atividade tradicional, o setor tem enfrentado muitas resistências para se desenvolver, devido às diversas contradições que tais mudanças têm causado entre os envolvidos, sobretudo, os produtores.

Nesse sentido, este trabalho buscou, em vez de partir de uma simples crítica ao desenvolvimento industrial e capitalista ao setor, entender como tal dinâmica tem se formado, permitindo a manutenção dessa atividade econômica de forma viável perante a sociedade capitalista em que ela está inserida. Seguindo, dessa forma, o exemplo de pensadores como Karl Marx, que estudou o desenvolvimento do capitalismo mundial com base na realidade inglesa; Vladimir Lênin, em seus estudos sobre a Rússia e Estados Unidos, destacando o papel do capitalismo no desenvolvimento histórico e econômico desses países e, por último e não menos importante, Ignácio Rangel, desvendando a formação do modo de produção capitalista no Brasil.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, José D. **Padrões tecnológicos e transformação no setor leiteiro: uma abordagem Schumpeteriana**. tese, USP, São Paulo, 1989.

BINSZTOK, Jacob. Organização da Produção Leiteira no Espaço Agrário Brasileiro. **Revista geographia**, Niterói, v. 2, p. 77-88, 2000.

BONA, Avelino de. **Evolução histórica de São Miguel do Oeste**: estado de Santa Catarina. São Miguel do Oeste: UNOESC, 2004.

CARVALHO, Glauco R. **Leite: Porque olhar para o Brasil?**. Disponível em: <<http://www.milkpoint.com.br>>. Acessado em 19 dezembro 2007.

CARVALHO, Vera. R. F. Mudanças patrimoniais na indústria de laticínios do Rio Grande do Sul: os principais grupos econômicos nas décadas de 80 e 90. **Primeiras Jornadas de História Regional Comparada**, Porto Alegre, 2000.

CHANDELER, Alfred. **Ensaio para uma teoria histórica da grande empresa**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

CHOLLEY, André. Observações sobre alguns pontos de vista Geográficos. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, n. 179 e 180, 1964.

COLI, Luiz E. J. **Análise da dinâmica do sistema produtivo de leite do estado de Santa Catarina**. Dissertação, UFSC, 1992.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 2002.

_____. Rede urbana e formação espacial – uma reflexão considerando o Brasil. In: **Estudos sobre a rede urbana**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias de carne do sul do Brasil**. São Paulo, 2002. 261 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2002.

_____. **As Agroindústrias no Brasil: o caso Sadia**. Ed. Grifos, Chapecó, 1999.

_____; BASTOS José Messias. Reestruturação agroindustrial e comercial no Brasil. **Cadernos geográficos**, Florianópolis: Departamento de geociências, mar. 2005.

_____. **Inovação e ciclo**. Aula, Florianópolis, 25 Jun. 2007.
FETAESC. **Notícias**. Disponível em: <<http://www.fetaesc.org.br/index.php>>. Acessado em setembro de 2008.

FIGUEIRA, Sérgio R; BELIK Jacob. Transformações no elo industrial da cadeia produtiva de leite. In: **Revista cadernos de debates**, v. 7, p. 31-44, São Paulo, 1999.

GALAN, Valter B. **Formas de governança e o cooperativismo do leite no Brasil – uma análise de setor, de casos escolhidos e de incentivos**. Dissertação, acervo FEA, São Paulo, 2000.

GERMER, Claus M. A irrelevância prática da agricultura “familiar” para o emprego agrícola. **Reforma Agrária**, V. 31, n 1, jan/abr. 47-62, 2002.

ICEPA, **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina**, Florianópolis, vários anos.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento Geral do “Brazil” 1920**. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ibge.gov.br>>. Acessado em: 01 fevereiro 2008.

_____. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros/SC 1956**. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ibge.gov.br>>. Acessado em: 04 fevereiro 2008.

_____. **População rural e urbana Santa Catarina: 1950-2000**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acessado em: 05 fevereiro 2008.

_____. **Quantidade de leite cru ou resfriado industrializado pelo estabelecimento setembro de 2007**. Disponível em: <<http://www.sibra.ibge.gov.br>>. Acessado em 05 fevereiro 2008.

LATICINIONET. **Notícias**. Disponível em: <<http://www.laticinio.net>>. Acessado em 03 julho de 2008.

LÊNIN, Vladimir I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. 2. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LUXEMBURG, Rosa. **A Acumulação do Capital**. 2. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MAGALHÃES, Reginaldo. Habilidades sociais no mercado de leite. Rio de Janeiro: FGV. **Revista de administração de empresas**, v.47, n.2, p. 15-25, 2007.

MAMIGONIAN, Armen. Estudos Geográficos das Indústrias de Blumenau. Rio de Janeiro: IBGE. **Separata da revista brasileira de geografia**, n.3, ano 27, 1965.

MAMIGONIAN, Armen; FREITAS, Vânia de. Introdução ao estudo da economia leiteira paulista. Presidente Prudente. **Boletim do Departamento de Geografia**. n 7, 1976.

_____. **Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau**. In: Revista Brasileira de Geografia, nº 3. RJ: IBGE, 1965.

MARX, Karl. **O capital**: livro I. São Paulo: Bertrand Brasil, v.II, 1989.

_____. **O capital**: livro II. São Paulo: Bertrand Brasil, v.II, 1989.

MDA. **Notícias**. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/portal/>>. Acessado em novembro de 2009.

MEIRELES, Almir José. **A des Razão Laticinista**: a indústria de laticínios no último quartel do século XX. 5. São Paulo: Cultura Editores, 1996.

MELLO, Marcio A; FERRARI, Dilvan L. A base do Oeste Catarinense, a importância e o perfil da atividade leiteira. In: **A escolha da trajetória da produção de leite como estratégia de desenvolvimento do Oeste Catarinense**. Florianópolis: SAR, 2003.

MILKPOINT. **Giro Lácteo**. Disponível em: <<http://www.milkpoint.com.br/default.asp?actA=7&areaID=50&secaoID=165>>. Acessado em vários meses de 2008.

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Estatística**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acessado em: 2007.

MUNDO do leite. **Perdigão compra a Eleva**. São Paulo:DBO, DBO Mundo do Leite 28, jan. 2008.

ORTIGARA, Anacleto Ângelo. **A cabeça do empreendedor**: o pensamento do fundador de uma empresa de sucesso. Florianópolis: Insular, 2008.

PLASTRELA. **Institucional**. Disponível em: < <http://www.plastrela.com.br>>. Acessado em novembro de 2008.

POSSAS, Mario Luiz. **Estrutura de mercado em oligopólio**. 2. São Paulo: Hucitec, 1987.

RANGEL, Ignácio. Dualidade básica da economia brasileira. In: **Ignácio Rangel Obras Reunidas**, v.1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

_____. A história da dualidade brasileira. In: **Ignácio Rangel Obras Reunidas**, v.2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

_____. Ciclo, tecnologia e crescimento. In: **Ignácio Rangel Obras Reunidas**, v.2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

SANTO, Evelise E. **A agricultura no Estado de Santa Catarina**. Chapecó: Grifos, 1999.

SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método**. São Paulo: Antipode, 1977.

SANTOS, Osvaldo Vieira dos; MARCONDES, Tabajara; CORDEIRO, João Lari Félix. **Estudos da Cadeia do leite em Santa Catarina – Prospecção e Demandas versão preliminar**. In: <<http://cepa.epagri.sc.gov.br>>. Acessado em 01/10/2007.

SCHUMPETER, Joseph A. Processo de Destruição Criativa. In: **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

_____. **A Teoria do desenvolvimento econômico**. 3. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

SIG. **Embalagem Cartonada**. Disponível em: <http://www.sig.ch/site/pt/brazil/home_brazil.html>. Acessado em janeiro de 2009.

SILVA, Marcos A. **Transição capitalista, industrialização e desenvolvimento regional e urbano: notas sobre o Sul do Brasil**. In anais X SIMPURB, Florianópolis, 2007.

_____. **A indústria de equipamento elétrico do nordeste catarinense: um estudo de geografia industrial**. Depto. Dissertação (Mestrado em Geografia) - FFLCH-USP, São Paulo, 1997.

SILVEIRA, Márcio. R. **A importância geoeconômica das Estradas de ferro para o Brasil e para Santa Catarina: Um estudo de Geografia dos transportes**. Qualificação de doutorado, Unesp - Presidente Prudente, 2003.

SPENASSATTO, Ledi Annoni Pinto. **A importância da migração em São Miguel do Oeste para o desenvolvimento regional**. São Miguel do Oeste: Prefeitura, 2008.

TESTA, Vilson Marcos et al. **A escolha da trajetória da produção de leite como estratégia de desenvolvimento do Oeste Catarinense**. Florianópolis: SAR, 2003.

TETRA PAK. **Produtos e serviços**. Disponível em: <<http://www.tetrapak.com/br/Pages/home.aspx>>. Acessado em novembro de 2009.

VIEIRA, Maria Graciana Espellet de Deus; PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. **Formações Sócio-Espaciais Catarinenses: Notas Preliminares**. In: **Anais do Congresso de História e Geografia de Santa Catarina**, Florianópolis 1996.

WAIBEL, Leo. **Princípios da colonização européia do Brasil**. In: **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

ANEXOS

Anexo 1: Fotos da Cooper União

Fábrica de ração animal em Dionísio Cerqueira/SC



Unidade de abate de frango Dionísio Cerqueira/SC



Fotos de campo realizada em 2008

ANEXO 2: Fotos**Feira internacional de lácteos em Chapecó/SC**

Foto tirada pelo autor em 2008

Estoque de queijos tipo grana da Gran Mestri Guaraciaba/SC

Foto tirada pelo autor em saída de campo 2008

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)